

COO JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

D.C.F.E. - U.F.E.V.
DIRETORIA GERAL DO JORNAL DE PORTO ALEGRE

LULA E OLÍVIO



Cartilha
para
um novo
sindicalismo

Como o líder
dos bancários
resiste
à intervenção



**Agente
uruguaio denuncia
oficiais que levaram
Liliam e Universindo**



**EXÚ SEM-VERGONHA,
O HERÓI DOS
MARGINAIS**

da ficção
2 páginas, Cr\$
O CASO
O CASO

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor

Osmar Trindade

Secretário

Manoel Canabarro

Redação

Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Meditsch, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lilian Bem David, Tomás Pereira, Luiz Afonso Franz, Eloisa Henck, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Anosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paulo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Correa (arquivo e pesquisa).

Gerência Administrativa

Jorge Coppia

Gerência Industrial

Francisco Albu

Comercial

Francisco Kleber Bressane e Hermínio Pereira

Circulação e Assinatura

Eduardo Dalmona

Industrial

Ivan Carlos Ferreira Franco, Hélio Pinho, Júlio César Romano, Paulo Ricardo Nobre, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Henrique Bittencourt (revisão), Atil Vinetelo Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (chefe), Carlos Milton de Goz Rios (subchefe).

À venda somente a partir da edição nº 13.

Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372

CEP 90000 — Porto Alegre — RS

Fone 33-5099 (PABX) Telex (0511) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:

FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PBX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Mattias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélio Ferreira, Hélio Gama, Heiton Barreto, Hermelindo Macedo, Higinio Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klinitowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascimentos, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavehanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Liliân Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Arteche, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Maríndia Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Barros, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otilia Goulart, Paulo Marconi, Patricio Renato Bentes, Paulo Fogaca, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thome, Roberto Manera, Rogério Ruschel, Romulo Kraft, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Silvio Ferreira, Silvio Correa, Tania Barros, Tania Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmorio Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Veraine Silveira, Walter Hugo Sperb, Wilson Holderbaum, Waldemar Teixeira, Walter Fumo, Wilmir Marques, Wladimir Ungarette, Zaira...

Caro leitor,

Agora está tudo muito claro. Quem ainda tinha dúvidas sobre o seqüestro dos uruguaios Lilián Celiberti, seus dois filhos, e Universindo Diaz, quem ainda não tinha enxergado como as coisas se passaram com toda a clareza, agora pode deixar de lado as interrogações.

Quem ainda pensava que havia muita "coisa de jornalistas" em torno do assunto, que o caso não era bem assim como diziam os jornais, agora tem a oportunidade de rever suas opiniões. Sabe-se quem, como, quando, onde e porque o seqüestro foi cometido. Sabe-se que, efetivamente, houve a colaboração — aberta, consciente e solidária — de policiais brasileiros aos militares uruguaios. Até o final de julho, segundo promessa do juiz Moacir Danilo Rodrigues, o processo que investiga a participação dos policiais gaúchos Pedro Seelig, Orandir Portassi Lucas (o Didi Pedalada), Janito Keppler e João Augusto da Rosa (Imo) deverá estar concluído e uma sentença lavrada. Seja qual for a sentença, entretanto, restará uma certeza incômoda: os verdadeiros responsáveis continuarão em liberdade.

A Bolívia voltou ao noticiário há pouco tempo, pois suspeita-se que vem aí mais um golpe militar. A Bolívia é um país incrível: em 153 anos de independência já sofreu 188 golpes militares — mais de um por ano. É o protótipo ideal daquela velha imagem da república sul-americana dominada por generais corruptos e sanguinários, devassada pelas multinacionais e habitada por um povo paupérrimo e sofrido. Só que a Bolívia tem uma organização de trabalhadores — mineiros e camponeses — muitíssimo poderosa, com uma respeitável tradição de lutas, e isso só faz aumentar mais ainda o folclore que se criou em torno do país.

Nesta edição contamos a morte do padre Luis Espinal, assassinado em La Paz em março passado. Espinal provocou sua morte: dias antes, ele publicou, em seu semanário Aqui, uma foto de dois oficiais do exército boliviano armados com metralhadoras, em roupas civis, misturados a um dos inúmeros grupos para militares lá existentes, em plena ação assassina. Na matéria que fala sobre o assassinato de Espinal você poderá entender um pouco a história da Bolívia, porque este país consegue tanta notoriedade na lista das ditaduras militares.



Lula e Olívio — assunto principal desta edição — são seguramente dois dos mais representativos nomes do novo sindicalismo brasileiro. Significativamente, os dois vivem hoje situações semelhantes: eleitos por suas respectivas categorias estão afastados de seus postos e seus sindicatos sob intervenção. O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dirigindo por Olívio Dutra, sofre uma das mais longas intervenções por motivos políticos desde os anos 70 — faz nove meses, em junho, que Olívio foi afastado. Ele, entretanto — como conta na entrevista que publicamos nesta edição — não parou de fazer política sindical um só minuto. Pelo contrário, diz Olívio, "livre da burocracia do sindicato pude me dedicar exclusivamente aos problemas da categoria".

O afastamento de Lula já é mais recente, mas as informações que circulam são de que ele não voltará tão cedo para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Sabe-se também que isso não irá alterar a conduta de Lula ou a dos trabalhadores do ABC paulista, que criaram uma estrutura de organização e mobilização capaz de resistir mesmo sem o sindicato — e este é outro ponto comum entre os metalúrgicos do ABC e os bancários de Porto Alegre, como mostra a reportagem que publicamos a partir da página 20.



No dia 11 de junho comemora-se o Dia Internacional pela Liberdade de Imprensa. No Brasil, a data foi marcada por uma solenidade na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde a liberdade de imprensa foi reivindicada por todos os oradores. O Coojornal, infelizmente, não tem motivos para comemorar a data.

O Editor

Tiragem desta edição: 34.500 exemplares.



Depois da maconha, as drogas mortais

"Recentemente, durante uma festa em casa de amigos comuns, pessoa muito bem situada no esquema de poder do sistema e na comunidade nacional de informações, em meio a conversa informal e descontraída, revelou que por trás do elevado índice de criminalidade no país, dos famosos Esquadrão da Morte, Polícia Mineira, Mão Branca, Olho de Lince, etc., está a Máfia Internacional do Tóxico.

Trata-se, também, de outra organização transnacional, multitentacular, que está limpando o território e reservando o mercado para implantar aqui, em larga escala, o seu domínio. Querem eliminar a arraia miúda (os traficantes de maconha) e lançar aqui uma mercadoria mais fina e cara: LSD, heroína, supercocaína, ópio, etc.

Assim, pois, estes gangsters do tráfico de drogas precisam perder com urgência a imagem simpática de "justiciteiros e protetores do povo e da sociedade", que estão tendo junto à classe média principalmente, abrindo-se os olhos da população para os riscos maiores a que estará exposta.

A tudo isto acresce a cooperação, direta ou indireta, por ação ou omissão, dos chamados poderes ou autoridades constituídas, que tornam viável o prosseguimento do crime continuado e organizado, via Esquadrões da Morte, o que envergonha a nossa terra."

Ernani Santos Gonzalez, Rio de Janeiro, RJ

Flávia no Brasil, vitória do movimento popular

"O movimento popular e democrático vem de obter mais uma importante vitória, arrancando dos cárceres uruguaios, após tantos anos de torturas, trabalhos forçados e todo tipo de sofrimento, nossa compatriota Flávia Schilling.

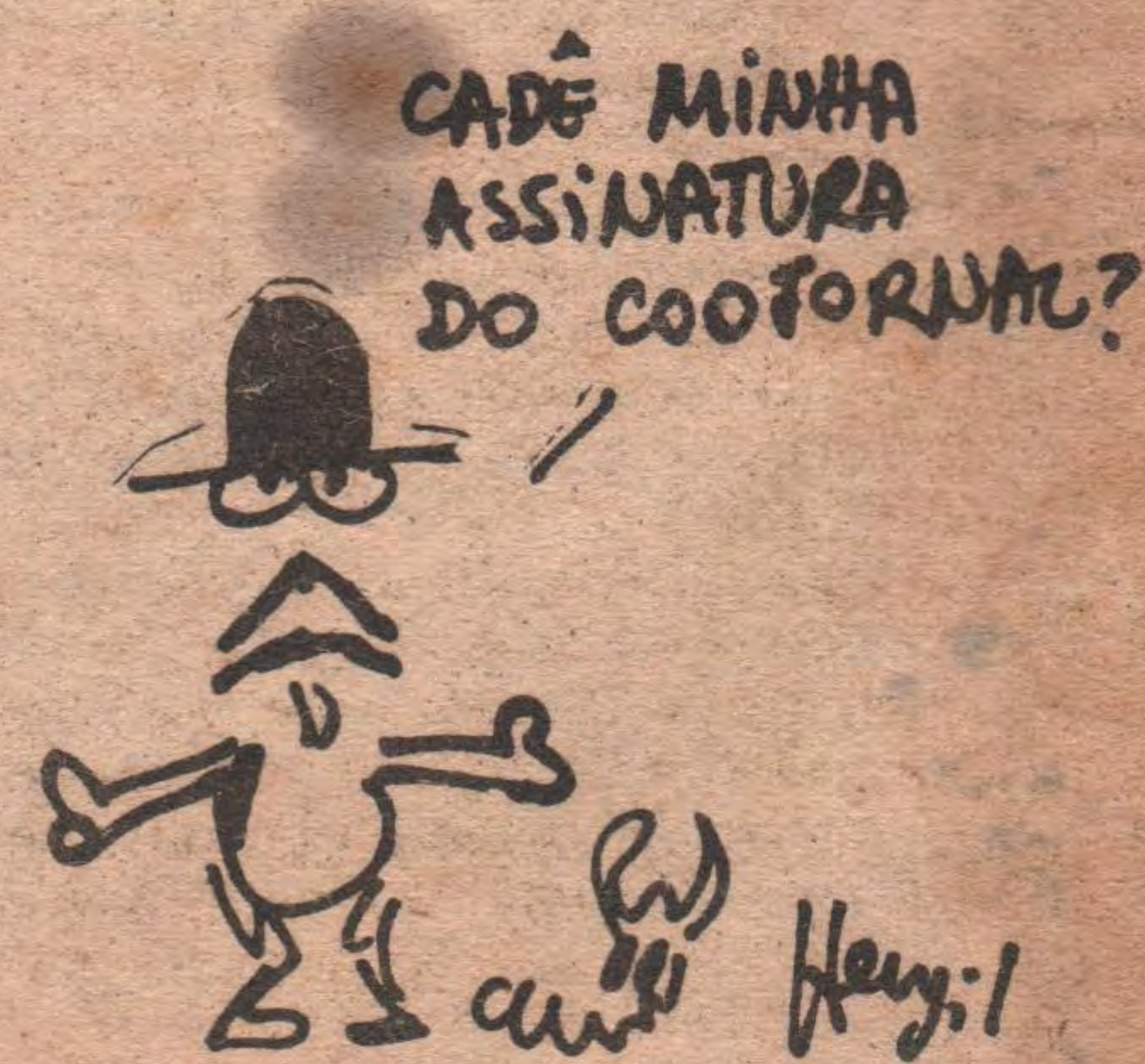
Assim como na vitória parcial da anistia restrita a campanha popular e os esforços de diversas entidades e personalidades demonstraram mais uma vez que o povo, ao defender seus justos interesses com combatividade e persistência, mais dia menos dia obtém a vitória.

Os regimes militares brasileiro e uruguaio, que se irmanaram semeando o terror, torturando, assassinando, seqüestrando, trocando experiências repressivas, tiveram agora que engolir esta vitória popular, e negociaram uma saída honrosa para sua derrota.

Flávia em liberdade, deve nos animar no combate pela punição de todos os torturadores, pela abolição da Lei de Segurança Nacional, pela abolição dos tribunais de exceção, pelo retorno de todos os exilados, pela reintegração dos cassados e demitidos, pelo desmantelamento dos órgãos de segurança e tortura, pelo esclarecimento de todos os mortos e desaparecidos.

Te saudamos, Flávia, e a todos aqueles que contribuíram para a tua libertação."

Sociedade Sergipana de Defesa dos Direitos Humanos, Aracaju, SE



As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



Editorial da Suíça: "D. Hélder, nós o amamos"

"Dom Hélder Pessoa Câmara, com 71 anos, que já foi paraninfo de uma turma de formandos do Seminário Metodista em Rudge Ramos, São Paulo, recebeu, no mês passado, calorosa acolhida do Conselho Mundial das Igrejas, tendo impetrado a bênção apostólica na capela ao mesmo tempo em que o fazia, a seu pedido, o reverendo Philip Potter, secretário geral do CMI, "como expressão do seu mútuo compromisso ecumênico".

Eis o que disse do grande arcebispo de Olinda e Recife o editorial da revista *Um Mundo*, editada na Suíça pelo Conselho Mundial das Igrejas, em abril: "O que você é, fala tão alto que não consigo ouvir o que você fala. Não importava muito o que dom Hélder Câmara disse quando fez sua visita aqui. Ele poderia declarar-se membro da Sociedade da Terra Quadrada ou recitar os dois primeiros capítulos de Levítico. Ainda assim o teríamos saudado, como o fizemos. Nós o amamos e até mesmo nós o colocamos entre os santos!"

Isto constitui o que pessoal de teatro chama de "crítica delirante". E não o foi, absolutamente, imerecida. O pequenino arcebispo, prossegue o editorialista Charles Brewster, "tornou-se um símbolo da necessidade da Igreja de identificar-se com os pobres e oprimidos. Por seu testemunho destemido e estilo de vida modesto, ele parece ter percebido a essência da humildade do Novo Testamento."

Que diriam *O Estado de S. Paulo* e *O Jornal da Tarde* de semelhante depoimento, eles que têm em tão desprezível prateleira a figura indicada para Prêmio Nobel da Paz? O Conselho Mundial das Igrejas representa 295 igrejas em mais de 100 países, ortodoxas e protestantes. Nenhuma delas é católica romana! E o editorial conclui: "Dom Hélder leva os outros a sério e se sujeita às suas necessidades porque Deus nos levou a sério e, em Cristo, sujeitou-se às nossas necessidades."

Roberto Vicente Lessa,
São Paulo, SP

A nave de Júpiter, a imprensa e a pena de morte!

"Por que a nave de Júpiter não apareceu em Casimiro de Abreu no dia oito de março de 1980? De todas as reportagens sobre este disco voador, a melhor que li foi a do *Coojornal*, escrita pelo Roberto Ethel.

O melhor da matéria foi a parte da criança de 12 anos, que não condenou o Edílzio Barbosa. Fiquei horrorizado com certas revistas e jornais por aí que chegaram até mesmo a insinuar que deviam ter lynchado o Edílzio. Quanta desumanidade deste pessoal, que se diz intelectual!!!

Muitas vezes tenho até medo de viver neste planeta. Existem jornais, revistas e até emissoras de televisão que simpatizam e são partidários da pena de morte. Admite-se perfeitamente que uma pessoa ignorante e sem educação aceite a pena de morte, porém, profissionais de imprensa já é demais.

Toda imprensa tem uma obrigação moral de combater a pena de morte, para ser considerada como imprensa civilizada. A pena de morte é uma das práticas mais incivilizadas deste planeta."

Luiz Rebouças Torres,
São Paulo, SP



Medo e desilusão com a Universidade

"Sabedor do papel fundamental que se atribui à imprensa no exercício e aprimoramento dos sistemas democráticos, bem como da sua função extremamente responsável pela formação da opinião pública, levo ao *Coojornal* cópia do pronunciamento que fiz no I Encontro de Engenharia realizado ano passado na Universidade Estadual de Mato Grosso.

Lembrei quando, em 1972, recém-formado, movido por considerável frustração pessoal como estudante consagrado dedicado, dirigi-me ao ministro da Educação e Cultura, acreditando ser aquele um ténue lenitivo para a revolta que hoje sinto e, ao mesmo tempo, uma tentativa despretenciosa de colaboração.

Da pequena estatura de simples universitário e enfocando isoladamente o problema pedagógico, restringi-me a informar ao Ministro o insatisfatório nível do meu curso de Engenharia Civil, ministrado no período de 1968 a 1972, na Universidade Mackenzie.

Não falei da obsolescência, precariedade ou ausência de laboratórios e outros recursos didáticos. Foi suficiente abordar o fator: aulas não ministradas. Como ilustração, citei apenas oito cadeiras do quinto ano, entre elas Estradas e Transportes II; Instalações Hidráulicas; Estruturas e Pontes de Concreto. Situações semelhantes, de menor ou maior gravidade, ocorreram em cadeiras de outras áreas que não a civil.

Como resultado de uma conjuntura muito aquém da esperada para uma Universidade, o nível de aprendizado é, de modo geral, inferior ao que se poderia conseguir. Senti, no primeiro ano, como tantos outros, a "desilusão da Universidade" e pensei seriamente em abandoná-la.

A insatisfação era geral quanto ao clima didático e político existente, de que as coisas estavam assim quando as encontramos e que assim permaneceriam após passarmos. A grande maioria, por desestímulo frente à enormidade de desencantos sofridos, acomodou-se na idéia ingênua de que o ensino superior deveria ser aquilo mesmo. Aliás, na maioria das outras universidades o quadro não é mais alentador. Beneficia-se a quantidade em detrimento da qualidade.

É terrível o momento de se admitir que durante cinco anos, talvez os mais produtivos e criativos, tenham sido escalados com aproveitamento mínimo, enquanto a imagem que a sociedade recebe e, respeitosamente, julga ser verdadeira, apresenta o universitário com qualificações que ele próprio reconhece estar

longe de possuir mesmo que se tenha proposto a isto.

Recebido o diploma, por um acordo tácito, os universitários, agora frente à competição intensa do mercado de trabalho, não mais falam de suas fraquezas. Ao contrário, propõem e divulgam suas escolas como modelos, procurando justificar suas pretensões a melhores colocações e salários. É a necessidade que nos impõe este embuste, pois vivemos numa sociedade competitiva.

E o problema fica transferido para a geração subsequente, que passa pelo mesmo processo, realimentando um ciclo difícil de romper. Por que não ouvir a nós, as vítimas?

Acredito que deveria haver:

1. Fiscalização federal mais rigorosa sobre o número de aulas ministradas e cumprimento de programas.

2. Pesquisas de opinião, periódicas, entre o corpo administrativo, docente e todos elementos do corpo discente, também sob orientação federal, que permitiriam avaliar, no âmbito, a curto prazo, as múltiplas razões, de base, do descontentamento dominante na universidade brasileira.

Aponte exemplos de deficiências, factuais, da minha Universidade, porque delas sou testemunha. Se na minha Universidade, octogenária, reputada como uma das de maior prestígio e tradição do país, a situação é tão desalentadora, também o é nas suas irmãs de igual ou maior tradição.

Qual será então o estado de ânimo dos nossos universitários que hoje concluem sua formação em escolas do interior, precocemente criadas, sem recursos materiais e humanos, que nós, os privilegiados dos grandes centros urbanos, em teoria, pelo menos, deveríamos ter?

Mais tarde, em 1977, recusei, após muita reflexão, o convite para paraninfo da turma de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Mato Grosso. E, confesso, fi-lo com dor no coração. Se as grandes universidades enfrentam hoje problemas ainda maiores, o que dizer desta? Esta Escola de Engenharia, criada na época da política de proliferação das escolas superiores, e reconhecida apenas em 76, é, a meu ver, terrivelmente precoce para o cenário geoeconômico desta região. Vejo hoje nos alunos a insatisfação de minha turma de 1972. Os mesmos medos e desilusões. Talvez maiores."

João Pedro de Souza Zardo,
Campo Grande, MS

A democracia que o governo deseja é a que está aí?

"Progressivamente vai aumentando a perseguição governamental contra o povo, seus líderes e porta-vozes. O Lula foi preso, junto com outros líderes sindicais autênticos. O deputado João Cunha está sendo ameaçado de processo. A Igreja progressista também está sendo atacada, na pessoa de um dom Evaristo Arns ou dom Cláudio.

O corajoso jornal *Hora do Povo* também é ameaçado de processo pelo governo, e foi retirado de circulação em São Paulo, numa atitude arbitrária. Através de tais ações e atitudes antipopulares e antidemocráticas o governo está de fato cercado o povo por todos os lados. Assim mesmo o governo continua falando de abertura e democracia, sem parar. Será que não entendem que o povo não é burro?

Nestes dias difíceis que o povo atravessa, só existe uma saída: a união de todas as verdadeiras oposições. O Brizola já perdeu sua sigla para Ivete. O Lula também encontra enormes dificuldades para fundar o seu PT. O PMDB também recebe ameaças. Parece, então, que o governo só deseja que existam dois partidos: o PDS, que não vem tomando atitudes democráticas, e o PP, que não é nada popular pois é o partido dos banqueiros.

É essa a democracia e abertura que o governo deseja? O povo sabe muito bem que tudo isto não tem nada a ver com abertura e democracia."

T. L.,
Florianópolis, SC

Saudades do Geraldo Vandré

"É uma vergonha que um jornal como este, que se propõe a noticiar fatos de modo imparcial, não tenha, desde o início da abertura, feito alguma reportagem sobre Geraldo Vandré. Onde anda este herói, este mártir da ditadura? Agora, ao ouvirmos a sua famosa música *Prá não dizer que não falei de flores*, ficamos emocionados e sentimos alguma coisa no coração, bem no fundo do coração... Por favor, falem do Vandré!"

Sérgio Galbinski,
Porto Alegre, RS

Nota da Redação: Geraldo Vandré, por livre vontade, está arredio à imprensa. Mas continua na nossa agenda, pois também queremos ouvir sua opinião.

Esta época é de tolerância

"Quero parabenizar este jornal e seus repórteres pela reportagem "O País Proibido de Mr. Ludwig". A Amazônia é nossa, e devemos denunciar tudo o que possa prejudicá-la ou ao país.

Por outro lado, espero que este jornal continue a denunciar a corrupção, o arbítrio e pressões praticadas pelo governo atual. E ficaria contente se explicasse ao povo por que estamos vivendo uma época de tolerância e não de abertura, como o governo diz."

Paulo César da Rocha,
Rio de Janeiro, RJ

Reduto cultural latino-americano

"Muito oportuna a reportagem sobre a Argentina publicada por este bravo jornal em sua edição passada. Para mim, que tive oportunidade de visitar este país em épocas anteriores, é uma verdadeira lástima o que está acontecendo. Lembro que a Argentina sempre foi um reduto cultural latino-americano, onde se podia encontrar as mais atualizadas obras literárias e fonográficas de todo o mundo. Hoje infelizmente, como bem reflete a reportagem, nosso vizinho país é uma caricatura do que foi. Mais deplorável ainda é o apoio brasileiro ao atual governo militar argentino principal responsável pela decadência argentina."

Benjamim de Carvalho, Porto Alegre

Aprendendo com o Visconde do Rio Branco

"Rever os ensinamentos da História é sempre uma lição interessante. Colho no jornal *Novo Tempo*, numa edição datada do longínquo 1844, o seguinte artigo do Visconde do Rio Branco, que merece transcrição por sua atualidade indiscutível:

"Quereis a prosperidade da Nação? Derramai o bálsamo da conciliação; por vossos atos inspirai ao país a maior confiança possível no seu futuro: franqueza e justiça para todas as opiniões, a par da fortaleza para com o delírio das facções; alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nas negociações do estado, proscreei o exclusivismo, que manda somente dar importância a um limitado número de pessoas; usai de clemência para com o vencido; economizai o suor da nação; estendei afoitamente a espada da justiça até os lugares onde empregados delapidadores estragam a riqueza pública; fazei com que as Câmaras sejam realmente a expressão do país inteiro e não comissões de certas potestadas. Assim conservareis à coroa todo o seu brilho e majestade; a Constituição deixará de ser uma quimera; a vertigem dos revolucionários desaparecerá como as névoas da madrugada ao primerio clarão do oriente.

Quereis a desgraça do país? Pois bem: exercei a parcialidade e a injustiça para com aqueles cujas opiniões forem diversas; concentraí todo o vosso poder nesses amigos que vos acompanharão nos dias de felicidade e que vos darão o último empurrão para o abismo no dia da desgraça; sede desapiedados com os vencidos, condenai à fome, à miséria e à morte os que não se jurem ao vosso carro; eternizai as dissensões civis, e a vossa obra estará completa com o desmantelamento do Império e o aniquilamento de tudo quanto de mais caro à nação."

Wilmar Lütz Farias,
São Leopoldo, RS

A imprensa pode ser notícia?

"Como assinante do *Coojornal* há cerca de quatro anos e, por outro lado, sendo também jornalista, achei-me no direito de dirigir uma crítica, que não se refere somente ao último jornal, mas cito o de nº 53, pois neste saíram exatamente três páginas com notícias relacionadas especificamente com a atividade jornalística.

Já que este não é um jornal que se propõe a atingir especialmente a uma classe, no caso a dos jornalistas, questiono a validade de divulgar matérias tipo a que consta na página sete, sobre a participação do jornalista Elmar Bones no jornal *A Platéia*, de Livramento.

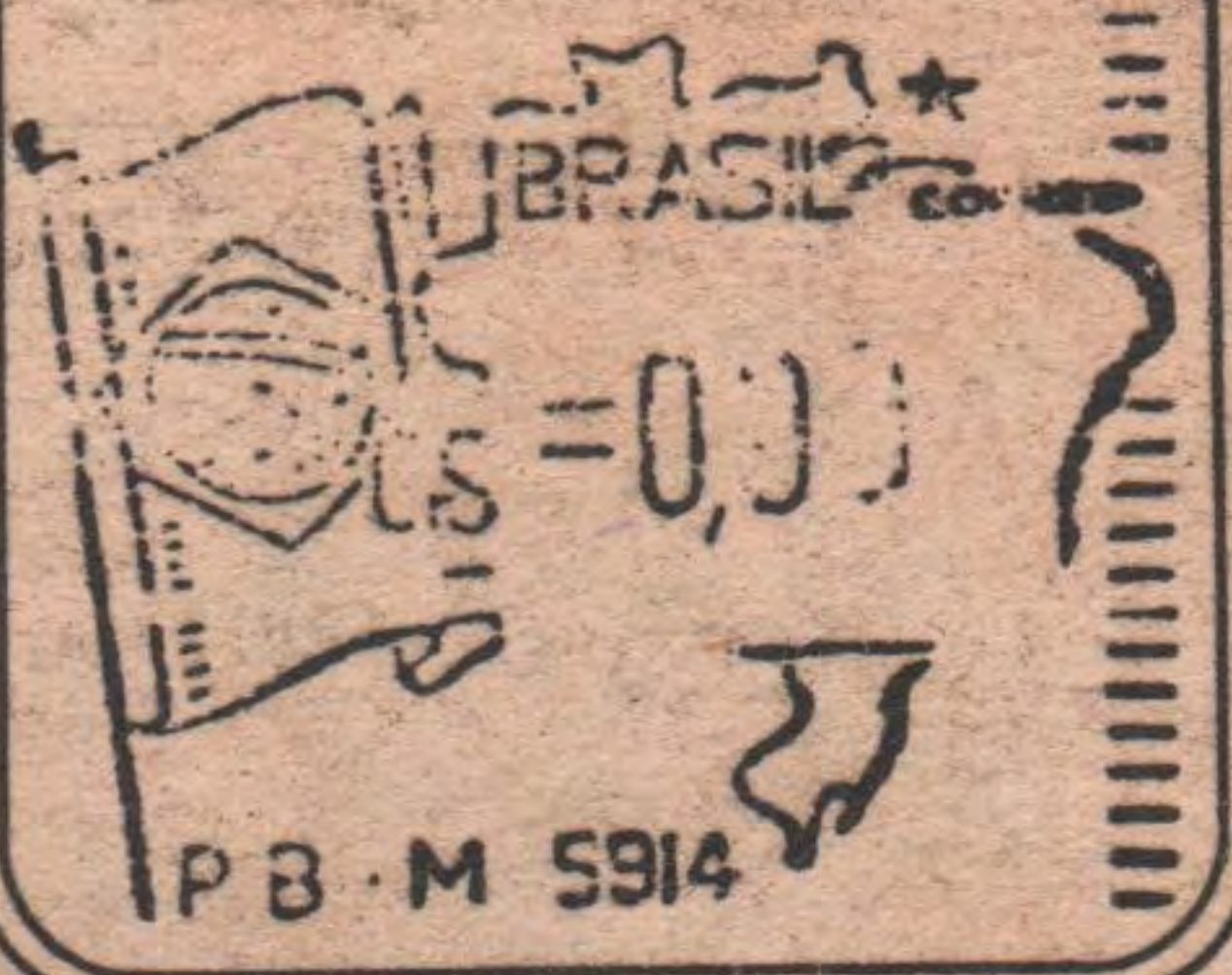
Acredito que os assinantes e leitores do *Coojornal* que não se enquadram na categoria de jornalistas realmente não estão interessados em saber dos mexexemes de nossa classe e nem quantas e quais pessoas estão sendo demitidas em determinado jornal de Santa Catarina. Na minha opinião, estas matérias servem, isto sim, para serem publicadas em boletim de sindicatos ou associações.

Esperando ter conseguido fundamentar-me, aproveito a oportunidade para cumprimentar a equipe do *Coojornal* pela atitude combativa e pelo posicionamento não partidário, porém e sobretudo corajoso."

Heloisa Prestes de Oliveira,
Porto Alegre, RS

NR — Ao divulgar fatos envolvendo jornais e jornalistas, partimos do princípio que a imprensa deve ser noticiada, explicada e analisada para os leitores como qualquer um outro setor da atividade da sociedade em geral. *Coojornal* decidiu manter, de há muito tempo, um espaço dedicado à imprensa, que pode ser uma ou mais páginas.

CARTAS



Todo apoio à participação da Igreja no ABC

"Em meio ao noticiário contraditório sobre a participação da Igreja nos acontecimentos do ABC paulista, e nas áreas de conflitos pela posse de terras, o CNL — Conselho Nacional de Leigos —, vem manifestar seu decidido apoio à corajosa e oportuna presença de bispos, padres e leigos no centro desses movimentos populares de reivindicações de condições mais humanas de trabalho, de salários menos injustos, de acesso à terra de trabalho, e de outros direitos humanos habitualmente desrespeitados.

A missão da Igreja, de anunciar o Reino de Deus, não se esgota, evidentemente, nas dimensões do atendimento às necessidades materiais básicas dos homens, mas passa necessariamente por essa forma concreta de denúncia dos mecanismos sociais injustos que geraram tamanhos desequilíbrios na distribuição dos bens do progresso e de civilização. E tal denúncia tem evidente dimensão política, no mais belo e abrangente sentido da palavra.

Essa missão profética da Igreja é indeclinável e inalienável. Omitindo-se, ela se tornaria cúmplice da iniquidade. As reações que surgem a essa postura evangélica da Igreja são sempre esperadas. São rigorosamente idênticas às que enfrentou Jesus de Nazaré, ao denunciar as estruturas opressoras de seu tempo."

Hélio Mendes de Amorim,
Rio de Janeiro, RJ

Flávia: motivo de alegria

Quero parabenizar os repórteres do *Coojornal* pela sensível entrevista com Flávia Schilling. É um motivo de alegria constatar que, após todas as privações por que passou, essa moça consiga manter o equilíbrio e a serenidade. Flávia é um exemplo que muito nos orgulha.

Luiza Cardoso
Vitória, ES

Publicação dos relatórios foi um grande serviço ao Exército

"Os jornalistas Osmar Trindade, Carlos Rafael Guimarães Fº, Elmar Bones e Rosvita Saueressig, integrantes da redação do *Coojornal*, respondem a inquérito policial militar. Alega-se contra os mesmos a divulgação, em caráter exclusivo, de documentos sigilosos do Exército sob o título "Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha".

Durante o período de arbítrio instaurado em 1964, cuja mitigação somente se verificou a partir de 1979, ocorreram casos isolados de guerra de superfície, a que a "doutrina de segurança nacional" preferiu classificar de guerra revolucionária, enfatizando natureza e finalidades subversivas. Apesar da férrea censura sobre a imprensa, e em parte devido a terem sido contrabandeadas para o estrangeiro ou reveladas por familiares e amigos dos desaparecidos, a nação tomou conhecimento, muito por alto, dessas ações violentas de grupos voluntaristas em resposta à violência institucionalizada.

Foi assim que os eventos de Foz do Iguaçu, Caparaó, Ribeira e Araguaia, contra a vontade dos historiadores oficiais, não puderam ser sepultados na vala comum, de modo a que não ameaçassem o mito do *Homem Cordial Brasileiro*.

O *Coojornal* se fixou na guerrilha do Vale da Ribeira, em São Paulo, 1970, primeira aplicação prática da ideologia do neo-voluntarismo insurrecional, de que se fizeram porta-vozes Carlos Marighella, Joaquim da Câmara Ferreira e Carlos Lamarca, os quais romperam com a linha dita revisionista e pacifista do Partido Comunista brasileiro.

Em substituição ao PCB, considerado instrumento incapaz de realizar a conquista do poder, criou-se a Aliança Libertadora Nacional (ALN), sigla de uma "frente única de massas" nucleada em torno de uma organização antifascista. Os fatos se encarregariam de demonstrar que, como em 1935, as massas despolitizadas não acompanhariam no "protesto armado contra o fascismo", o pugilo dos heróis, bravos entre bravos, mas divorciados da realidade.

A missão precípua da imprensa é a de informar, a de suprir o grande público de elementos fáticos e de comentários, de modo que se dirimam quaisquer dúvidas acerca de fatos presentes e passados. As guerrilhas de 1965/1975 eram uma nebulosa na história brasileira. Graças à imprensa ficamos sabendo que Foz do Iguaçu não passou de uma psicose dos responsáveis pela segurança do marechal-presidente, Humberto Castello Branco, que visitava Sete Quedas, ao mesmo tempo em que um ex-coronel expulso das Forças Armadas coincidentemente se encontrava na região, apenas explorando a possibilidade de fazer contatos no Brasil. E pior ainda é que sua saúde se acahava em vias de colapso, ao ser preso o suposto guerrilheiro Jefferson Cardim.

Quanto a Caparaó, o amadorismo reduziu o episódio a um mero folclore político: o anedotário do país se enriqueceu com o jamboree desses escoteiros de calças compridas que foram brincar de guerrilha na Mantiqueira. Restaram como possibilidades de eventos sérios, dignos de análise pelos historiadores, Ribeira e Araguaia.

Os documentos que o *Coojornal* publicou demonstram que, em realidade, o caso de Registro não foi uma guerrilha consumada. Tratava-se apenas de uma base de treinamento de guerrilheiros, os quais seguiam instruções do manual de Marighella e os ensinamentos de Che Guevara. O serviço secreto detectou-a através de confissão arrancada pela tortura. E, involuntariamente, pretendendo dar o cerco ao professor, que outro não era senão o ex-capitão Lamarca, e nos seus alunos, o Exército contribuiu para tornar um acontecimento sem qualquer importância real, numa operação de grandes proporções, envolvendo toda uma região.

O mais extraordinário de tudo é que, para o Exército, a guerrilha da ALN-VPR foi um amargo aprendizado no combate à guerrilha. Os guerrilheiros não passaram de 10 e contra eles se lançaram dois mil homens, ou seja, uma proporção de 200 para um, coisa que nem Tito suportou na Jugoslávia. Lamarca furou o cerco,

Noutras palavras, teve êxito. Muito temporário, pois logo seria localizado e morto, apesar de ter sido aprisionado vivo, no sertão da Bahia.

No entanto, sem o insucesso da Ribeira o Exército não teria esmagado a guerrilha do Araguaia, uma guerrilha que durou três anos, envolveu cerca de 50 mil homens numa área do tamanho da Holanda. Foi o maior acontecimento bélico da História do Brasil no século XX, mesmo se levarmos em conta Contestado, em 1930, a rebelião paulista e a FEB. O Exército saiu vitorioso porque soube aproveitar a lição de Ribeira, isolando o guerrilheiro da massa, ou seja, tirando o peixe da água. Usou, no caso, um pensamento de Mao Tse Tung às avessas.

A publicação do relatório frio, sereno, conclusivo, do general José Canavarro Pereira, acerca de guerra de bolso de 40 dias, entre uma dezena de aprendizes de guerrilheiros e aprendizes de contra-guerrilheiros, foi um grande serviço que o *Coojornal* prestou ao bom nome das Forças Armadas.

Raros militares mostraram maior compatibilização entre capacidade e humildade castrenses. Ele não se atribui, no final do evento, nenhuma vitória, apesar da limpeza efetivada na área de Registro. Nada de triunfalismo. Apontou, corajosamente, as falhas técnicas, do planejamento à operação. Pode-se dizer, hoje, que sem os ensinamentos do general José Canavarro Pereira, o Exército não teria atuado, no Araguaia, com a capacidade e versatilidade operativa que surpreenderam os próprios e magníficos guerrilheiros do PC do B, muitos deles treinados em escolas de guerrilhas afeitas ao exterior.

Daí porque causa espécie que o Exército tenha se sentido melindrado com o fato de que documentos do ano de 1970, que só têm, hoje, valor especificamente histórico, os quais em nada contribuem para abalar a confiança das elites dominantes no seu braço armado, tenham chegado ao conhecimento público. Em face do que se convencionou chamar de abertura, chega a parecer, tal atitude, um ranço da linha dura.

O Brasil caminha, muito embora não em sentido linear, para se tornar um estado de direito social, adaptado ao desenvolvimento da civilização industrial moderna, que revele fórmulas simplistas, arcaicas e elitistas na regência de vida entre governantes e governados. Mesmo no período de transição em que nos encontramos é alentador comprovar que se está criando uma relação sadia entre Imprensa e Poder, baseada no respeito mútuo. Processos como o que se quer instaurar na Justiça contra o *Coojornal* — a competente é a justiça civil, a lei insidente só pode ser, honestamente, a de Imprensa — põem em crise este relacionamento básico. O arquivamento seria a forma mais sensata para se por fim a um conflito de interesses, indesejável para ambas as partes.

Se o presidente Figueiredo deseja fazer dessa nação uma democracia a *muque*, deve espelhar-se pelas democracias ocidentais, com tradições de soluções pragmáticas de conflitos semelhantes, entre a imprensa e o poder militar, os comunicólogos e os estrategos. Os Estados Unidos são um exemplo clássico. A sobrevivência da liberdade de imprensa durante duas guerras mundiais, vários conflitos regionais e acontecimentos graves como o de Watergate, bem demonstram o dito de Winston Churchill: "A democracia é o pior regime, excluído, naturalmente, todos os outros".

Clóvis Melo,
Recife, PE

ASSINE O
COOJORNAL!



33 Herculano

Dourado: o redator-chefe



A sutil denúncia do humorista Nobre

O presidente do Grêmio demite jornalistas em Porto Alegre

Os tempos negros da imprensa brasileira, quando quem criticava as instituições corria o risco de perder o emprego, estão sendo revividos no jornalismo esportivo gaúcho, mais precisamente entre os repórteres que fazem a cobertura do Grêmio Portoalegrense. O censor, no caso, é o próprio presidente do clube, Hélio Dourado, que não tem pruridos para exigir a demissão dos jornalistas que ousem apontar as falhas de sua administração. É o que é pior, suas exigências são cumpridas com impiedosa rapidez pelas empresas jornalísticas.

Hélio Wolkmer Dourado, 50 anos, cirurgião e dono de uma escola com oito mil alunos, ficará na história do Grêmio como o presidente que concluiu o Estádio Olímpico. A partir de 1976, quando assumiu o cargo, ele promoveu uma intensa campanha de mobilização entre os simpatizantes do clube da capital e interior do estado para conseguir cimento e material e fechar o anel superior do estádio, coisa que nenhum presidente anterior conseguiu fazer, desde a inauguração do Olímpico, em 1954.

No entanto, ele nunca foi uma pessoa simpática dentro do clube, e muito menos entre os jornalistas. Há dois anos ele tentou interferir na escalas de transmissões esportivas, exigindo que comentaristas identificados como torcedores do Internacional, como Larri Pinto de Faria, da TV Difusora, e Lasier Martins, da Rádio Guaíba, não fossem escalados para cobertura de jogos no Olímpico. Para tanto, ele atizou a torcida contra os referidos profissionais e depois disse simplesmente que não garantiria a segurança dos mesmos.

MÉDICO DO PATRÃO

De outra feita, ele agrediu verbalmente a repórter Jussara Custódio, do jornal Zero Hora, que, durante um Grenal, foi incumbida de acompanhar as reações do presidente gremista. "Eu notei que ele estava bêbado e fiquei por perto", conta ela. "De repente houve uma confusão em campo e ele começou a chamar os jogadores do Internacional de desordeiros. Fiz a matéria e ele me processou. Fui proibida de entrar no estádio e, dias depois, fui despedida, porque o Dourado é médico do patrão". O patrão, no caso,

é o proprietário do jornal, Maurício Sirotski.

No início deste ano, Dourado influiu decisivamente na demissão do repórter Jodoê Souza de seus dois empregos, na TV Difusora e no jornal Folha da Manhã, da Caldas Júnior. Jodoê, 18 anos ininterruptos como setorista do Grêmio, vinha fazendo críticas sistemáticas à direção, desde irregularidades na administração do dinheiro para constuir o Olímpico até o corte de filé mignon na comida dos jogadores.

Entre outras coisas, ele antecipava que a reinauguração do Estádio Olímpico, marcada para março, só aconteceria em maio ou junho, por azões não explicadas. Imediatamente, Dourado convocou os diretores da TV Difusora e foi claro: se a empresa não despedisse Jodoê Souza, os anúncios do carnê de prêmios Bolão do Grêmio, que dispunham de uma verba de Cr\$ 16 milhões para propaganda, não seriam veiculadas pela emissora. Em março, fato semelhante ocorreu na Caldas Júnior. Após uma reunião dos diretores, Jodoê Souza, que continuava criticando a direção gremista, foi demitido. Em declarações ao programa Atualidade, da Rádio Gaúcha, Dourado confirmou que realmente pressionara a direção de duas empresas para afastar um repórter que não lhe agradava. A mesma coisa ocorreu com Jesus Afonso, também despedido da Difusora.

Em maio, foi a vez do editor de esportes da Folha da Tarde, Valter Gonçalves dos Santos, receber o bilhete azul. Logo após a estréia do jogador paraguaio Kiese, que custou Cr\$ 30 milhões ao clube, o jornal publicou uma entrevista com o meia cancha lura, que perdera a posição para o novo contratado, em que ele dizia: "Sou muito melhor que o Kiese".

"ESTAFILOCO DOURADO"

Dourado não gostou e comentou: "Isto é irresponsabilidade dos repórteres, que sabem que o lura é um cara nervoso e botam o microfone para ele sair dizendo besteiras". A gota d'água foi a publicação de uma charge do desenhista Ronaldo, em que Dourado aparecia vestido como paciente do Hospital Psiquiátrico São Pedro. No mesmo dia, um alto funcionário da Caldas Júnior telefonou para o Grêmio pedindo desculpas. Pouco depois, Valter perdeu o emprego e os que ficaram foram aconselhados a aumentar a cobertura das coisas boas do Grêmio.

O fato provocou uma nota da Associação dos Cronistas Esportivos Gaúchos, criticando o "comportamento irresponsável de Dourado". A nota, publicada pelos jornais, afirma: "De forma prepotente, este senhor tem usado a força de seu cargo e do poder econômico para

tentar moldar o trabalho da imprensa gaúcha de acordo com seus interesses". O humorista Carlos Nobre também atreveu-se a comentar o assunto. Em sua coluna diária na Zero Hora ele escreveu: "—Qué qui deu naquela repórter que foi obrigado a sair da empresa onde trabalhava? — estafilococo dourado".

Outros repórteres, como Lauro Quadros, da Folha da Tarde, Afonso Licks, de O Globo, e Pedro Macedo, da TV Gaúcha, chegaram a ser ameaçados de agressão física pelo presidente ou pessoas a ele ligadas. Nem o comedido e conceituado comentarista Rui Carlos Ostermann, da Rádio Gaúcha, escapou de uma discussão de baixo nível com Dourado. O mais declarado torcedor gremista da imprensa, Paulo Santana, tinha um contrato verbal para fazer propaganda do Bolão do Grêmio, que lhe renderia Cr\$ 50mil mensais. O contrato foi desfeito na primeira crítica do comentarista ao time, em sua coluna na Zero Hora.

A prepotência do presidente gremista não se volta unicamente para a imprensa. Os ex-diretores Fernando Zacouteguy, Nelson Olmedo e Alberto Galia, que trabalharam com Dourado nos últimos anos, estão proibidos de entrar no clube. Seus nomes constam de uma lista de 32 pessoas não gratas que fica em poder dos porteiros do estádio.

"ROBERVAL E TAVARES"

Algumas vezes, Dourado promove cenas incríveis, como a da visita do presidente da CBF, Giulite Coutinho ao governador gaúcho, Amaral de Souza, no ano passado. Durante a recepção, no Palácio Piratini, ele chamou o então presidente do Internacional, Gilberto Medeiros, de Roberval Taylor, o personagem de Chico Anísio. Medeiros respondeu: "Então tu és o Tavares, que só parece lúcido quando está bêbado". Só não aconteceu uma memorável luta corporal entre os dois dirigentes, graças à intervenção dos outros convidados.

Nos últimos meses, Dourado encontrou outro alvo para despejar sua ira. A torcida. No início do ano, ele prometera a conquista do Campeonato nacional. Para tanto, o clube contratou jogadores como Paulo Isidoro, Mauro e Kiese, mas se desfez de outros nomes importantes como Éder, Manga e Paulo César.

O time fez uma campanha de altos e baixos, mas não chegou a motivar a torcida. Numa partida contra o Colorado, do Paraná, quando o Grêmio venceu por 2 a 0, mas jogava muito mal, os torcedores começaram a vaiar. A situação piorou quando o time paranaense chegou ao empate. No final o Grêmio venceu por 3 a 2, mas a torcida prosseguiu com suas manifestações de descontentamento. Foi quando Dourado apossou-se dos microfones e acusou os manifestantes de "subversivos", garantindo que todos eles já haviam sido devidamente identificados. Episódios semelhantes repetiram-se quando o Grêmio venceu o Coritiba por 1 a 0, mas ficou de fora das finais. A torcida, aos gritos de "queremos time", pediu a queda de Hélio Dourado e seus companheiros de direção.

O presidente, no entanto, gastava seu tempo trocando ofensas pelos jornais com o presidente do Botafogo, Charles Bohrer. O móvel da briga é o jogador Renato Sá, que fora emprestado ao clube carioca mas, que por uma desatenção administrativa, acabou ficando em definitivo para o Botafogo.

Hélio Dourado não deverá concorrer à reeleição. Seu candidato para a eleição do fim do ano é o atual diretor de futebol Rafael Bandeira dos Santos. Em 1978, Dourado foi convidado pela Arena para concorrer a deputado estadual. Ele chegou a vacilar, afinal nunca escondeu suas simpatias pelo atual governo, mas preferiu ficar no Grêmio. Talvez, a partir do ano que vem, o discutido personagem transfira-se para o parlamento, na condição de político situacionista.

RAFAEL GUIMARÃES



A caricatura que motivou a demissão de Valter Gonçalves

A janela fechada

Guarnieri escreve mais um capítulo da briga entre os intelectuais e a TV

Quem perguntar a Gianfrancesco Guarnieri por que ele não escreverá mais textos para a televisão, ouvirá a resposta dramática e meio sentimental:

— Porque não quero ter vergonha de olhar para a cara dos meus filhos.

Dramaturgo, autor de televisão, ator e diretor de cinema e teatro, o cinquentão precoce Guarnieri (46 anos) teve como último emprego na TV a responsabilidade em dupla com Ferreira Gullar do núcleo de seriados Carga Pesada, na Rede Globo. Mas o espírito crítico o fez abandonar a função, em nome da independência e integridade de autor. Guarnieri chega a se revoltar com o papel destinado pela televisão de modo geral, ao autor em relação à posse da obra acabada, a qual não mais verá como sua para sempre depois de produzi-la para a TV.

— Não jogo fora meus direitos, é vergar a espinha demais. Não abro mão desses direitos, abro mão da TV.

Guarnieri dá a síntese de sua posição em relação à televisão, com a qual privado da intimidade há cerca de 25 anos como autor, ator e diretor.

— Agora eu aprendi, achava que era possível abrir uma brecha, pensava que meu trabalho era um negócio que estivesse servindo para de qualquer maneira abrir uma janela. Agora acho que não é possível, não adianta abrir uma brechinha.

As observações não são em tom emocional. Guarnieri vai falando e ao mesmo tempo reelabora as frases para se tornar cada vez mais claro. Essa espécie de renúncia em relação à TV, Guarnieri passou a assumir por coincidência após o episódio Lauro César Muniz, seu amigo, que após anos de bons serviços foi demoralizado pela Globo por meio de censura empresarial exercida sobre a novela "Os Gigantes", a pedido de uma conhecida multinacional.

— Eu vejo meus amigos escritores de novela. São atraídos por um salário fixo, que é baixo, e têm de trabalhar num ritmo alucinante. A televisão é assim, procura tirar a independência do artista na medida em que este se torna um funcionário dela, com horários, local de trabalho fixo e salário regular.

MANIPULAÇÃO

Mas o que mais indigna Guarnieri são os contratos de trabalho, através dos quais o criador cede suas obras, que poderão ser reaproveitadas eternamente

sem que o autor ganhe nada mais por isso. Mas Guarnieri avisa que isso não quer dizer que esteja rompendo radicalmente com o veículo, do qual não se pode ficar marginalizado. Ainda mais sendo um nome consagrado como é:

— Sou um homem de espetáculo, não estou à procura de um meio de vida mas sim de me expressar e, se você consegue sobreviver, muito bem.

Íntimo da televisão em suas melhores fases nos últimos 25 anos, Gianfrancesco Guarnieri acredita na possibilidade de uma melhor utilização para o veículo. O autor cita época em que se exploram temas sociais, na fase áurea da Record e Tupi, em 1956, quando eram encenadas ao vivo peças do Teatro de Arena, ou nos bons tempos da Excelsior, por volta de 1962. Um tempo em que personagens como Cacilda Becker produziam e apresentavam programas que traduziam o melhor que o teatro moderno já teve no Brasil. A forma era despojada, tal como permitiam as condições técnicas da época, mas o conteúdo das programações era inigualável.

Talvez por partilhar esses bons momentos da televisão é que Guarnieri se mantenha otimista. Não muito, é claro, pois afinal ninguém melhor do que ele sabe que se trata de "um meio de controle e manipulação ideológica, um tentáculo do poder".

Experiência desagradável foi a que o artista viveu em 1974, após escrever e dirigir *Pivete*, para a Tupi. Trata-se de um caso especial sobre a formação de um delinqüente infantil, guardado prudentemente nas prateleiras da emissora até hoje, apesar de liberado pela Censura na época.

Apesar de tudo, Gianfrancesco Guarnieri acredita numa saída para o impasse político criado em relação à televisão brasileira. É por isso que diz que chega um momento em que o povo consegue sacar a realidade.

— A televisão é um veículo extremamente importante, não pode ser visto como uma caixinha de divertimentos, ela faz a cabeça das pessoas e isso deve ser considerado.

DEBATE

Nesse sentido, Guarnieri tem uma sugestão prática para o encontro da televisão com as verdadeiras aspirações populares.

— O debate sobre isso deve ser aberto de novo, pois até o momento tem sido muito radicalizado. Uns não assistem, dizem que não põe em casa. Outros acham que a televisão é importante mesmo do jeito que está. O debate mesmo, sobre o que ela significa, não está sendo travado e isso deve ser discutido pelos partidos políticos, estudantes, Igreja, por todos.

FLÁVIO DECKES

Picaretagem: diplomas de jornalismo pelo correio

Há também violão, corte e costura, tricô e crochê

— O jornalismo é uma profissão de fé. É um romantismo objetivo e o jornalista é um poeta, uma personalidade sensível como uma corda tensa de um violino.

Estas frases de rara inspiração fazem parte do folheto promocional de um curso de jornalismo por correspondência, promovido pela Escolas Associadas de São Paulo, segundo denúncia do jornal *Entrevista*, dos alunos da Faculdade de Comunicação de Santos, em sua edição nº 2. O curso, que "ensinará todos os segredos do profissional", conforme promete o anúncio, tem a duração de 10 meses. Para acompanhar as aulas o aluno interessado recebe 10 laudas de papel ofício, duas canetas, um bloco para reportagens e um dicionário. Concluído o curso, "o aluno poderá fazer um estágio de dois anos num jornal, se tiver aptidão, trabalhar como jornalista", garantem os diretores do estabelecimento.

Como se vê, trata-se de um verdadeiro crime contra a economia popular, já que o curso em termos legais não tem a menor validade. Segundo a legislação da profissão, só poderá trabalhar como jornalista quem tiver concluído a faculdade. E o curso por correspondência, conforme a



Santiago

propaganda, custa o mesmo valor de uma mensalidade das faculdades particulares.

Além disso, o folheto publicitário prima por pintar um quadro irreal da profissão, pelo menos em relação à grande maioria dos profissionais, diz ele: "É o jornalista que interpreta as ocorrências para a opinião pública. É um mundo distinto que lhe garante uma série enorme de vantagens que o destacarão como pessoa acima da massa comum. Dinheiro e posição também fazem parte da carreira. Não há, como se vê, carreira mais eclética que esta: que favoreça o desabochar de novas idéias promovendo a emancipação econômica de quem a abraça".

Para os que não se sensibilizam com as vantagens anunciadas a Escolas Reunidas oferece outras opções de igual importância: os cursos de Violão e de corte e Costuras.

RAFAEL GUIMARÃES

TVE: PLANOS PARA UM CANAL ALTERNATIVO

Uma televisão alternativa, capaz de difundir cultura — especialmente da gaúcha — e totalmente despreocupada com os números do Ibope. É, importante: feita por jornalistas. Assim, José Antônio Daudt, o novo diretor da TV Educativa de Porto Alegre, entende sua emissora.

— Deve ser um projeto para abrir mercado. Minha intenção é de contratar cem profissionais de televisão até o começo de 1981 —, diz. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso que a Assembleia Legislativa aprove a transformação da emissora na *Fundação Rádio e TV do Rio Grande do Sul*. Por enquanto, sem maiores recursos, Daudt procura fugir da palavra "educativa": — Isto apavora o telespectador, fazendo com que o sete seja apenas um canal de passagem.

Hoje, a Educativa promove alguns milagres para ir ao ar. Daudt necessita 17 operadores além dos que possui. O teletexto é péssimo, mas a situação estava ainda pior:

— Quando cheguei aqui, em maio, tive que alugar duas câmeras sonoras da Difusora e dei de mão noutras duas que estavam desativadas no Palácio Piratini e na Secretaria da Agricultura... Os salários são baixíssimos: estou pagando Cr\$ 7 mil para um locutor, quando deveria pagar, no mínimo, Cr\$ 20 mil".

Quando chegou à TVE, Daudt encontrou uma situação insólita: cerca de 30 professores e apenas cinco jornalistas mantinham a televisão no ar. Depois das sete da noite encontrar alguém na

Educativa era uma façanha. Aos sábados e domingos nem se fala. O mais estranho de tudo, porém, foi a descoberta de duas toneladas de parafusos. É o maior mistério dentro da estação pois até hoje ninguém descobriu para que servem.

MEDALHÕES

A primeira providência da nova direção foi devolver os professores à Secretaria de Educação. E a segunda, contratar jornalistas, 25 até agora. Na parte de programação, o primeiro passo já foi dado: às seis e meia da manhã, quando as demais tevês estão fora do ar, a Educativa entra com o seu *Bom Dia, Gaúcho*, programa que inclui um jornal e diversos quadros tratando de cultura, psicologia, conselhos médicos, política e outros assuntos. Uma tentativa de firmar um hábito de ligar televisão pela manhã que ainda não foi avaliada. "Existem apenas os comentários favoráveis do pessoal com quem falamos", reconhece Daudt.

Outros planos: contar a história do Rio Grande usando grupos teatrais da cidade, discutir questões levadas à Assembleia Legislativa, concertos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, tocando apenas folclore. Com 40 anos, 17 de jornalismo, ex-chefe de programação da TV Gaúcha, mais conhecido pela veemência de suas denúncias e o vigor com que esmurrava sua mesa da TV Difusora, Daudt já sabe que não realizará pelo menos uma de duas idéias:

— Pretendia fazer uma reunião de medalhões, jornalistas conhecidos na praça que, uma vez por semana, discutiriam um tema em destaque. Mas entrou na cabeça do pessoal da RBS e da Caldas Júnior — proprietários, respectivamente, dos canais 12 e dois que o Canal 7 é concorrente e nossos convidados foram proibidos de participar...

AYRTON CENTENO



O Coojornal faz a cabeça da Elis.



Faça como a Elis: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.

12 edições por apenas Cr\$ 440,00

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre - 90.000 - RS.

**Cupom de assinatura
Coojornal**

Nome: _____

End.: _____ N° _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Por HÉLIO MARCOS DOYLE, de Brasília

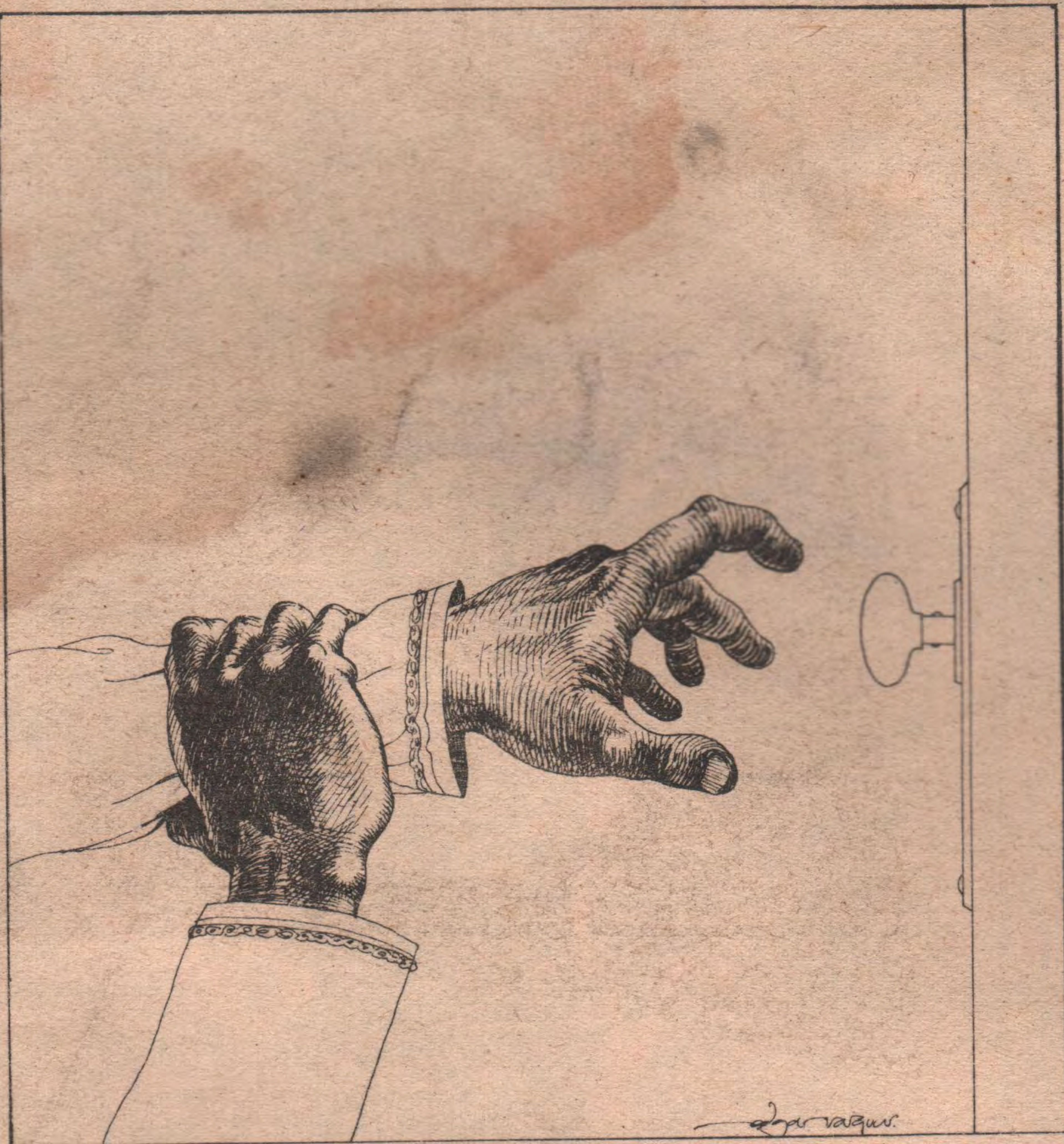
Abertura: fim da ilusão

Para os que ainda se iludiam quanto ao alcance das chamadas aberturas políticas, os diversos fatos ocorridos ultimamente devem estar sendo senão desapontadores, pelo menos esclarecedores. A ação do governo na greve dos metalúrgicos do ABC, a instauração de processos contra parlamentares, o adiamento das eleições municipais, a acenada nova Lei de Imprensa, as restrições a que o legislativo recupere as prerrogativas dele retiradas em 1964, tudo isso mostra o sentido da abertura — que, inegavelmente, existe, mas é algo bem distante de uma real democratização do país. Para ser mais claro, é preciso dizer que a abertura, tal como vem se processando, é uma coisa: democracia, ainda que aquela democracia ao estilo clássico, liberal, é outra coisa bem diferente.

Depois de tantos anos comprimido nos estreitos limites de um regime militar baseado no AI-5 e muitos outros instrumentos de exceção, é natural que o país se sinta aliviado com a distensão observada a partir do início de 1979: nos sindicatos, nos movimentos populares, nas universidades, nos parlamentos, na imprensa, na rua mesmo, todos sentem a abertura, negar isso é negar o óbvio. Mas essa abertura não melhorou o nível de vida da população, não resolveu problemas econômicos e sociais básicos, e assim, como os canais de manifestação e expressão mais desimpedidos, é igualmente natural que as aspirações dos diversos setores se revelem com maior intensidade, traduzindo-se em reivindicações mais fortes e movimentos mais ousados. Ora, o regime abriu-se, todos trataram de aproveitar a abertura. Só que em essência o regime continua o mesmo, autoritário, militar, paternalista, e um regime assim não aceita muito bem reivindicações e movimentos populares. Estabelecida a contradição, como resolvê-la?

Toda a questão pode ser resumida nisto: a abertura tem limites. Os parlamentares podem falar mais, se os jornais quiserem podem publicar todos os seus discursos, eles podem até ir às portas das fábricas a respaldar piquetes (correndo riscos de espancamentos, claro); mas não podem criticar as forças armadas, não podem ir além de limites para eles estabelecidos. Os deputados João Cunha, do PT de São Paulo, e Francisco Pinto, do PMDB da Bahia, passaram dos limites estabelecidos pelo governo, por isso são processados.

Os jornais agora não sofrem censura prévia, a imprensa, a rigor, pode publicar o que quiser. Mas, é bom lembrar que a Lei de Segurança Nacional está em vigor,



e pode ser aplicada a qualquer momento seu dispositivo que autoriza o Ministro da Justiça a suspender a circulação de publicações. As apreensões tornaram-se quase rotineiras, atingindo os órgãos da chamada imprensa independente, pois a grande imprensa vem se mostrando suficientemente dócil e prudente para evitar dissabores como esses. Ou seja, não passa dos limites estabelecidos. Para os que passam, inclusive, o governo prepara uma nova Lei de Imprensa, mais rígida, mais eficaz, instituindo multas em dinheiro para punir jornalistas e inviabilizar a circulação de publicações com menos recursos financeiros.

Os trabalhadores podem ir à greve, segundo a lei e segundo as autoridades do governo. Basta que cumpram uma lei praticamente impossível de ser cumprida. Podem se manifestar, podem se organizar em sindicatos, po-

dem reivindicar. Mas os movimentos dos trabalhadores têm limites estabelecidos, as greves ilegais são violentamente reprimidas, os sindicatos sofrem intervenção, dirigentes sindicais são presos e processados. Quando os limites estabelecidos são ultrapassados, a palavra de ordem é reprimir.

O governo, de acordo com o cronograma da abertura política, quer eleições diretas para governadores, quer acabar com a Lei Falcão — que impede a propaganda de candidatos pelo rádio e televisão — quer novos partidos, etc. mas também adiar as eleições municipais marcadas para novembro deste ano. Simplesmente ele utiliza a maioria de que dispõe no Congresso, manobra à vontade sem maiores pudores e pronto — as eleições não serão mesmo realizadas.

O congresso nacional quer recuperar prerrogativas perdidas, como as imunidades parlamentares, o direito de legislar

em matéria financeira, em demorar mais tempo examinando as propostas do executivo sem o risco de vê-las aprovadas pelo decurso de prazo. O governo aceita a recuperação de algumas prerrogativas, mas — lembra — existem limites para isso, que de forma nenhuma devem ser ultrapassados.

Enfim, a grosso modo, isso é a abertura política que o governo procura promover. O objetivo é institucionalizar o regime, substituindo mecanismos de exceção por mecanismos permanentes que assegurem o controle do estado e do poder pelo mesmo grupo que o vem detendo desde 1964. O importante, para o governo, é não perder o controle do processo, não deixar que a abertura seja tão grande que permita a outras forças que hoje à margem ou fora do poder, possam colocar em risco a dominação. O regime, na verdade, continua autoritário, segura as rédeas com mão forte. Em substância, nada mudou.

Institucionalização, assim, não é bem democratização. Está havendo até uma liberalização em alguns aspectos, o que também não pode se confundir com democratização. A democracia liberal, ao estilo ocidental, não está sendo implantada — e é a isso que aspiram importantes setores da sociedade. A social-democracia, ao estilo da internacional socialista, muito menos. Quanto a uma democracia mais participativa, popular, quanto à essa nem adianta falar, pois está longe, muito longe, dos planos governamentais.

Por isso, ninguém deve se espantar com os rumos que tomam as coisas, com a abertura de processos contra parlamentares, com repressão policial, com apreensões de jornais, com adiamento de eleições e por aí adiante. A abertura é exatamente isso. Os que esperam — ou esperavam — democratização, em qualquer estilo, devem estar decepcionados, frustrados, mas apenas porque se iludiram quanto aos propósitos do governo, pois desde o tempo da distensão política do general Ernesto Geisel já se sabe que a democratização não é o objetivo. Democratização pressupõe imprensa livre, congresso imune às pressões do governo, judiciário independente, eleições livres, diretas e secretas, anistia (alguns anistiados mal podem sair de casa, não podem ter vida política nem ir a bares depois das 22 horas...), direito de greve, sindicatos autônomos. Nada disso existe hoje, e, respeitando-se os limites estabelecidos, tão cedo não se chegará a isso.

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
 TELEFONES: 2-3625 — 21-5869
 PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

Cepal.
livraria de bolso
de intelectua!

POSTOP

A livraria da Cepal é uma livraria revolucionária que convive pacificamente com o nosso modelo econômico. O que distingue a Cepal é o espírito cooperativista, a ideologia que a consagrou. Na livraria Cepal, todo o intelectual que seja sócio tem, de carinha, desconto. E ainda tem todas aquelas facilidades que o sistema econômico criou para estimular o consumo, como o crediário na hora, que você parcela do jeito que puder, com ou sem entrada.

Lá a gente encontra toda aquela pilha de



CEPAL

livros-ideias que fizeram e continuam fazendo as cabeças mais agitadas de todos os tempos. Também tem o B-A-BA da gramática, da matemática, os tratados de física, química, as leis de Taylor, Newton, os livros de Veríssimo, Josué Guimarães, Jorge Amado, Kafka e por aí afora. Dê um pulinho na Cepal da André da Rocha e faça a sua adesão. Garanto que você pode até se dar conta de que, quem sabe, nem tudo está perdido neste século.

A música feita em casa

Cresce a produção de discos independentes

— A postura do disco independente é uma postura de marginalidade. Ficou a idéia de que a obra produzida é artesanal, de baixa qualidade, com um resultado hermético, inviável para as rádios. No entanto, sete anos depois das primeiras iniciativas no gênero, ele já faz parte do sistema: existe a gráfica, a prensa, o estúdio e a distribuidora de apoio ao artista isolado. E esta é uma realidade apta a virar a cabeça das pessoas, porque dá lucro.

A afirmativa é do integrante do conjunto vocal Boca Livre, David Tygel que, com um trabalho elogiado pela crítica e aplaudido pelo público, vendeu 60 mil cópias, tornando-se em poucos meses o responsável pelo chamado boom na produção independente do Brasil. Se, depois desta experiência, a mineira Júnia Horta também resolveu se aventurar — lançou seu disco agora em maio —, tudo indica que os pioneiros tenham sido Zé Ramalho e Lula Cortês que, em 1973, gravaram *Paebiru — O caminho da Montanha do Sol*. Apesar da semelhança do título com enredo de escola de samba, os artistas conseguiram levantar dinheiro no Recife para financiar a produção.

Vamos para o ano de 77. O compositor Antônio Adolfo (com Tibério Gaspar ele ficara famoso fazendo *Sá Marina*) sofria a pressão das gravadoras que rejeitavam o seu trabalho. Então, num gesto único, vendeu um órgão americano que possuía, e com os 90 mil ganhos gravou sua fita no estúdio. Ainda chegou a oferecê-la às empresas, sem sucesso, decidindo finalmente se encarregar de tudo. O trabalho tomou o nome de *Feito em Casa*. Os discos, prensados industrialmente, recebiam capas que eram realizadas mesmo em casa — com carimbos coloridos, uma por uma — por Antônio e sua mulher. Com um lote de discos de baixo do braço, ele saía a percorrer as lojas. Vendeu de início 500 cópias — já chega hoje aos 15 mil — e ficou tão empolgado que quis fazer um álbum duplo logo a seguir. Cinco meses depois lançou *Encontro Musical*, também produção independente, e mais tarde, *Viralata*.

Nos Estados Unidos, em fins de 76, o compositor Toninho Horta (*Beijo Partido, Diana*), companheiro de muitos anos de Milton Nascimento, começou a aproveitar as sobras dos *tapes* e os intervalos de gravação nos estúdios Malibu e Shangri-la, na Flórida, para gravar "uma fita de demonstração". Com Ronaldo Bastos, ele não tinha a intenção de fazer um disco, mas apenas de registrar uma experiência, que envolvia também todos os músicos em viagem pela América, numa espécie de canja.

"MEDIDA CONFORTÁVEL"

Conhecido guitarrista o instrumentista Toninho nunca se preocupara antes em fazer um disco-solo. Compositor desde os 13 anos (tem 31), sentiu-se primeiro motivado pela absoluta liberdade de gravar o que tinha vontade e levar para a frente um sonho de infância. O trabalho demorou três anos, até que ele considerasse o resultado satisfatório. Ao examinarem a fita, já no Brasil, as multinacionais do disco levantaram problemas: o custo era alto (havia um débito com todos os músicos que participaram); não era comercial; os períodos de gravação nos estúdios americanos não se encontravam legalizados.

O compositor ainda conservava o orgulho de levar até o fim a iniciativa independente, mas foi se cansando. A Odeon surgiu nesta época interessada em fazer um contrato com ele e, já acostumado com a casa — onde trabalha desde o início da carreira — aceitou. Impôs, porém, uma condição: que lançassem o *tape* gravado nos EUA. Hoje, Toninho pensa que conseguiu "uma medida con-



A produção independente: boas capas e sucesso nas paradas

fortável": embora tenha gasto Cr\$ 1 milhão na gravação da fita, cedendo-a para a gravadora recebe os oito por cento normais de *royalties*, mais uma participação na produção (quatro por cento). E a Odeon ficou com todo o trabalho promocional em torno do lançamento do compositor Toninho Horta e de seu disco *Terra dos Pássaros*.

Hoje, Antônio Adolfo — visto como o pai da produção independente no Brasil e consultado por todos os que querem entrar no campo — calcula que cerca de trinta discos tenham sido feitos pelos próprios artistas, desde que o movimento começou, em 1973. Danilo Caymmi foi outro que, animado pelo *Feito em Casa*, lançou o seu *Cheiro Verde*, enquanto Luli e Lucinha e o mineiro Francisco Mário também tiveram suas experiências.

QUEM É PRODUTOR INDEPENDENTE?

Para Antônio Adolfo, existem dois tipos de produtor independente: os novos, que procuram um caminho mais válido que os festivais para se mostrarem; e os rejeitados, que não interessam às gravadoras. "Uma reação geral contra a manipulação" — eis como ele qualifica o gênero, ressaltando que "já existe um esquema montado e não é por dificuldade de execução que se deixa de gravar".

A norma, utilizada pelo conjunto Boca Livre e pelo próprio Antônio Adolfo — que inaugurou o selo *Artesanal* — era a de fundar uma firma para poder produzir e comercializar o disco. Um LP, incluindo a capa, sai em média Cr\$ 45,00, sendo vendido para as lojas ao preço de Cr\$ 170,00. Para chegar até aqui, o compositor ou intérprete deve, em primeiro lugar, gravar a fita em estúdio, investindo cerca de Cr\$ 400 mil. Com a fita pronta, fará mixagem e mandará prensar. Antes, a distribuição se ligava diretamente à gravadora e os independentes tinham mesmo de bater as lojas oferecendo seu produto. Agora, porém, o Estúdio Eldorado — Distribuidora Independente — se encarrega disto, livrando mais uma preocupação.

No Rio, as gravações independentes vêm preferindo os estúdios da Sonoviso, com apoio do técnico Toninho Barbosa. É ele quem vira as noites acompanhando a produção independente, que utiliza o horário mais barato do estúdio (de 20 às 6 horas da manhã). A Tapeçar fornece a prensa, enquanto algumas gráficas já se acostumaram a pegar capas de discos para fazer, constituindo mais um elo da infra-estrutura a se firmar no mercado.

QUEM LUCROU MAIS?

E o disco independente dá lucro? O Boca Livre que o diga. Com 50 mil cópias já vendidas e mais dez mil distribuídas nas lojas de todo o país, a ele já foi até sugerido um troféu como o "Disco de Ouro da Produção Independente", uma idéia que premiaria os recordistas na categoria, lógico que com menos tiragem que os artistas contratados das gravadoras. Cláudio Nucci, Maurício Maestro, José Renato e David Tygel, integrantes do grupo, revelam que ganharam 400% a mais do que se estivessem ligados a um contrato.

— É preciso tirar o bicho de sete cabeças do artista isolado — dizem eles.

— Desde que as pessoas começaram a seguir este caminho, não se encontra ninguém que não tenha tido um retorno, ou um lucro, por pequeno que seja. Não se pode pegar o disco e ficar em casa. Tem que batalhar.

Um exemplo: Luli e Lucinha gravaram seu disco e venderam duas mil cópias. Maria Bethânia, uma das maiores vendedoras de discos do país, contratada por uma multinacional, vendeu 60 mil discos. Quem lucrou mais? Em dados reais, os ganhos deverão ser equivalentes, só que as duas meninas são as donas absolutas de seu trabalho, enquanto Bethânia vendeu a fita à gravadora, a qual, em qualquer tempo e a qualquer época, tem o direito de reproduzir aquele material, sem consultá-la.

Já houve tentativas de se fundar uma Associação Brasileira dos Produtores Independentes, logo que o número de artistas que procuravam esta alternativa começou a crescer, como uma necessidade de proteção contra o sistema. Porém, a idéia não foi para a frente. Até hoje — embora o número dos *isolados* chegue a trinta produções — ainda não se tem uma idéia de conjunto.

— Não é um movimento, um único barco, mas vários barquinhos que acompanham uma precisão. De repente, pode vir um maior e afundar todo mundo — diz Maurício Maestro, do Boca Livre, assumindo o medo das multinacionais. David, que se confessa "aberto às discussões", espera que "cada um se desenvolva por si, antes de formar um todo".

O que é ser produtor independente? Para David, significa "arcar com sua posição de artista na sociedade, com todas as decorrências disto". Já o novato Vasco de Brito — que gravou um compacto há alguns anos — pensa "não compactuar com os poderosos", enquanto Lourenço Baeta, que acaba de lançar um disco pela Continental, reflete: "Ser produtor independente é ter a consciência de que, depois de alguns anos de batalha na música, você pode sobreviver com seu trabalho, sem ficar abaixando a cabeça para os que manipulam o processo de comercialização fonográfica".

Lourenço Baeta, violonista, arranjador e compositor dos mais novos, diz que primeiro trabalhou para comprar um telefone, condição essencial de trabalho. "Agora, vou à luta para adquirir um piano. A próxima meta é fazer o meu disco". Atualmente, o compositor Antônio Adolfo encontra-se em campanha para atrair novos candidatos para uma espécie de *bloco* recém fundado na Cooperativa dos Músicos do Rio de Janeiro, a Coomusa: o Bloco Independente.

Com um trabalho dedicado aos sócios, a Cooperativa empenha-se em facilitar a importação de instrumentos — já conseguiu a licença da Cacex e espera a insenção das taxas —, prestar assessoria jurídica aos contratos assinados e quer também controlar as gravações nos estúdios, designando fiscais. O Bloco Independente já elabora projetos de financiamento para a sua produção, dando assistência a esta área. Quem quer se lançar já não precisa mais abrir firma: o trabalho pode sair sob a responsabilidade da Coomusa.

THAÍS DE MENDONÇA

O Correio de Notícias fechou. Indignado

"Riam todos, festejam: O Correio fechou". Assinado pelo secretário de redação Benedito Pires, foi este o título da matéria na segunda página do *Correio de Notícias*, que circulou no domingo, dia 1º de junho, pela última vez em Curitiba. "Tem gente rindo. Muita gente está rindo. O Cleto de Assis, por exemplo. O Moraes, Neto, o Oscar Alves e outros secretários de estado", escreveu Pires, mandando torpedos para todos os cantos e gabinetes. Pires ao menos não teve papas na língua, citou nominalmente curitibanos, paranaenses e paraguaios que teoricamente riram com o fechamento do jornal — um episódio, segundo Pires, "que me arrebeta e arrebeta de raiva, me sacode a indignação".

De indignação foi também o último editorial do proprietário do *Correio*, o empresário Faruk El-Khatib — que comprou o título do jornal em dezembro e o relançou no dia 11 de março deste ano (ver *Coojournal* nº 52). Porém, ao denunciar pressões, injunções de toda a ordem que passaram a atingir sua empresa, "com a disposição de debilitá-la e assim impedir que o *Correio de Notícias* continuasse a existir", Khatib não cita quem foi ou foram os personagens dese boicote.

Na quinta-feira, 30 de maio, em meio a muito uísque na sede da agência de publicidade *Exclam*, Khatib deu a conhecer ao secretário de Imprensa do governo paranaense, Cleto de Assis, sua disposição de fechar o *Correio* três dias depois. Afinal, o *Correio* quase não tinha anúncios e Khatib, um homem do ramo, sabia que apenas a venda dos seus outros produtos gráficos (revistas *Peteca*, *Rose*, *Katy Apache*, etc.) não sustentaria o passivo do *Correio*.

Khatib, no seu editorial, diz apenas que o culpado do fechamento foram "eles". Quem são "eles"? Todos apontam para o Palácio Iguaçu, principalmente, sede do executivo paranaense. Cleto de Assis, o secretário de Imprensa, se defende: "Eles sempre foram tratados em igualdade de condições com os outros jornais do estado, a não ser que desejassem coisas especiais".

Coisas especiais, no caso, não seriam verbas publicitárias oficiais, mas ajudas em forma de subsídio. Algo, porém, capaz de horrorizar a Khatib e seu time de jornalistas. Para Assis, "eles esperavam mais do que o governo vinha ganhando" e nega qualquer boicote. "Quem boicotou, se é que houve boicote", diz ele, "foi a iniciativa privada". E depois, acrescenta, "a Volkswagem, por exemplo, não anuncia só porque o veículo existe, não é em três meses que se prova a viabilidade de um jornal. Eles foram muito precipitados". Em todo o caso, na terça-feira, dia 03 de junho, o Conselho de Comunicação social do governo do Paraná fez constar em ata um unânime voto lamentando o fechamento do jornal. E Cleto mandou um telegrama a Khatib.

MANOEL CANABARRO

A última edição do Correio de Notícias: acusando sem dar nome aos bois

Correio de Notícias

Esta é a última edição do CORREIO. Um balanço de três meses de imprensa democrática

PARA CONTINUAR INDEPENDENTE O CORREIO FECHA. UM DIA VOLTA: INDEPENDENTE

A aula que irritou Bornhausen

O governador de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen, foi pessoalmente ao Colégio Catarinense, na tarde do dia 23 de maio, exigir a demissão do padre Guido Stahl, orientador religioso da escola, acusando-o de tentar humilhá-lo perante seus filhos (um freqüente a 8ª série do 1º grau, outro a 1ª do 2º). Para Bornhausen, Stahl teria distribuído uma lista, publicada pelo jornal *Hora do Povo*, onde seu nome constava como um dos brasileiros com dinheiro depositado em bancos estrangeiros, e proposto uma redação sobre o tema *Amor e Egoísmo*.

Furioso, na presença do diretor do Colégio, o governador exigiu uma retratação. Sem perder a calma o professor alegou um fato público: as cópias da lista apareceram aos milhares pela cidade, não só no pátio do colégio, até mesmo no Tribunal de Contas, portanto não era obra sua. Mais tarde reproduziu, para a *Coojornal*, o tenso diálogo:

— Não posso me retratar e não o farei, governador, quem publicou a lista foi o jornal *Hora do Povo*.

— O senhor não deveria comprar este jornal.

— Não compro. Mas recebi a matéria da lista em minha mesa, de algum aluno.

— O senhor não pode ler este jornal.

— Por que um padre velho como eu não pode, quando qualquer criança pode comprá-lo na esquina? Enquanto não vivermos numa ditadura completa eu posso ler o que quiser. Além do mais, estamos numa democracia, quem o disse foi o próprio presidente da República, governador.

— Exijo uma retratação!

— O senhor me pede o impossível. O que eu poderia dizer aos meus alunos? Quer que eu diga que quando alguém deposita milhares de dólares no exterior, enfraquecendo nossa moeda, está dando um exemplo de amor, de patriotismo? Não tenho do que me retratar. Mesmo não tendo proposto o tema para redação, não podia me furtar ao debate, trazido pelos alunos que já tinham a lista. Respondi com clareza: para mim uma sociedade só é feliz quando baseada no amor cristão. E infeliz no egoísmo. E que o fato denunciado na matéria do jornal era prova de egoísmo, de antipatriotismo, que só poderia minar uma sociedade. Mas nunca referendi a acusação. Além do mais, para sua tranqüilidade, o debate não ocorreu nas turmas onde estudam seus filhos.

Apesar da firmeza da posição de Stahl, um jornal de Florianópolis publicou uma versão do incidente, afirmando que ele se retratara, o que o padre contestou:

— Não é verdade. O governador saiu daqui com a minha posição, testemunhada pelo diretor da escola. Não satisfeito, passou a fazer pressão sobre a instituição, a Companhia de Jesus, junto a meus superiores em Porto Alegre, através de telefonemas. Costaria de dar o episódio por encerrado, pois precisamos de tranqüilidade para exercer nosso trabalho.

WALTER MORAES



Stahl: "não estamos numa democracia?"



Jornais do dia 29: uma só "notícia"

Edições sem manchetes

Na Escola Superior de Guerra, o ministro Delfim Netto admitiu que a inflação poderia chegar a 85%. O Ministério da Agricultura, por sua vez, anunciou o estabelecimento de um cordão sanitário para tentar erradicar a febre aftosa que atinge o gado no Rio Grande do Sul. O secretário de Turismo do município de Santo Ângelo afirmou que as famosas ruínas das Missões ameaçam desabar. E os políticos gaúchos comentaram o encontro entre Brizola e Lula. Todos estes fatos, ocorridos dia 29 de maio, sem dúvida mereceriam as manchetes dos jornais de Porto Alegre no dia seguinte.

No entanto, para eles, a notícia mais importante do dia 30 de maio foi a inauguração de um grande magazine no centro da cidade. Nesta data, as capas dos quatro jornais da capital — *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Zero Hora* e *Jornal do Comércio* — foram preenchidas com um anúncio de página inteira do *Hipo Imcosul*(¹). É bem verdade que a *Zero Hora*, por exemplo, reservou um pequeno espaço para o jornalismo, dando uma chamada de um incêndio que quase atingiu o Hospital de Pronto Socorro, e a *Folha da Tarde* conseguiu anunciar algo sobre o movimento salarial dos professores gaúchos.

A maior surpresa ficou reservada para os leitores do *Correio do Povo*, que não trouxe nenhuma chamada de capa. O anúncio do *Hipo* ocupava toda a primeira página do jornal tamanho standard. Só não é um fato inédito nos 85 anos de existência do jornal porque, em novembro de 1954, a fábrica de fogões Wallig comprou a capa do *Correio* para comemorar seus 50 anos de fundação.

A campanha publicitária do *Hipo* iniciou 15 dias antes de sua inauguração, com pequenos e enigmáticos anúncios de cinco centímetros quadrados na terceira página dos jornais e de cinco segundos nas emissoras de TV: "Hipo, os melhores num só", a cada dia, os anúncios foram aumentando de tamanho e duração, culminando com propagandas de até 10 minutos consecutivos no horário nobre das emissoras de TV, dia 29, esclarecendo o que era o *Hipo*, e a compra das capas dos jornais, dia 30.

— Conseguimos gerar expectativa e ansiedade na população — comenta o diretor comercial das Lojas Imcosul, José Galló. — Alguns achavam que o *Hipo* era um novo hipermercado, outros que se tratava de uma nova discotéca da rede Hippopotamus. Tivemos que corresponder a esta expectativa com uma publicidade massiva, ou seja, tornar o *Hipo* conhecido em apenas 24 horas. A Imcosul, cujo controle acionário pertence ao Grupo Financeiro Maisonnave, tem-se caracterizado pelo arrojo em suas propagandas. Segundo o Instituto Paulista de Mercado, os anúncios da Imcosul, elaborados pela agência Escala, são os que mais chamam a atenção do público gaúcho.

Entre manifestações de surpresa e indignação, uma curiosidade tomou conta dos leitores: quanto teria custado a campanha do *Hipo* e, principalmente, a capa dos jornais? Os diretores dos jornais não respondem oficialmente e os encarregados do Departamento de Marketing da Imcosul limitam-se a dizer: "Gastamos o correspondente ao retorno".

Segundo a tabela, as capas dos dois jornais da Companhia Jornalística Caldas Júnior — *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* — teriam custado aproximadamente Cr\$ 1,2 milhão; a da *Zero Hora*, Cr\$ 500 mil, e a do *Jornal do Comércio* um pouco menos. Os que ficaram revoltados com o tratamento dado ao jornalismo que se preparem: os diretores da Imcosul garantem que este record de impacto publicitário será superado em breve com uma nova campanha.

RAFAEL GUIMARÃENS

(¹) O *Hipo Imcosul* é o maior magazine de Porto Alegre, com uma área de 7 mil metros quadrados em oito pisos. Seus departamentos vão desde as bijuterias às confecções, passando por eletrodomésticos, móveis, som, fotografia, um restaurante e uma cafeteria.



LEVE VANTAGEM VOCÊ TAMBÉM

Se você é comerciante, comprador profissional ou prestador de serviço com constituição jurídica e ainda não tem o Passaporte Makro, telefone para: 42-9188 ramal 41 com Ligia - Porto Alegre ou remeta o cupom preenchido para Caixa Postal 30414 - S. Paulo - SP

o superatacadado **makro**

Desejo obter gratuitamente o Passaporte Makro.

FIRMA _____

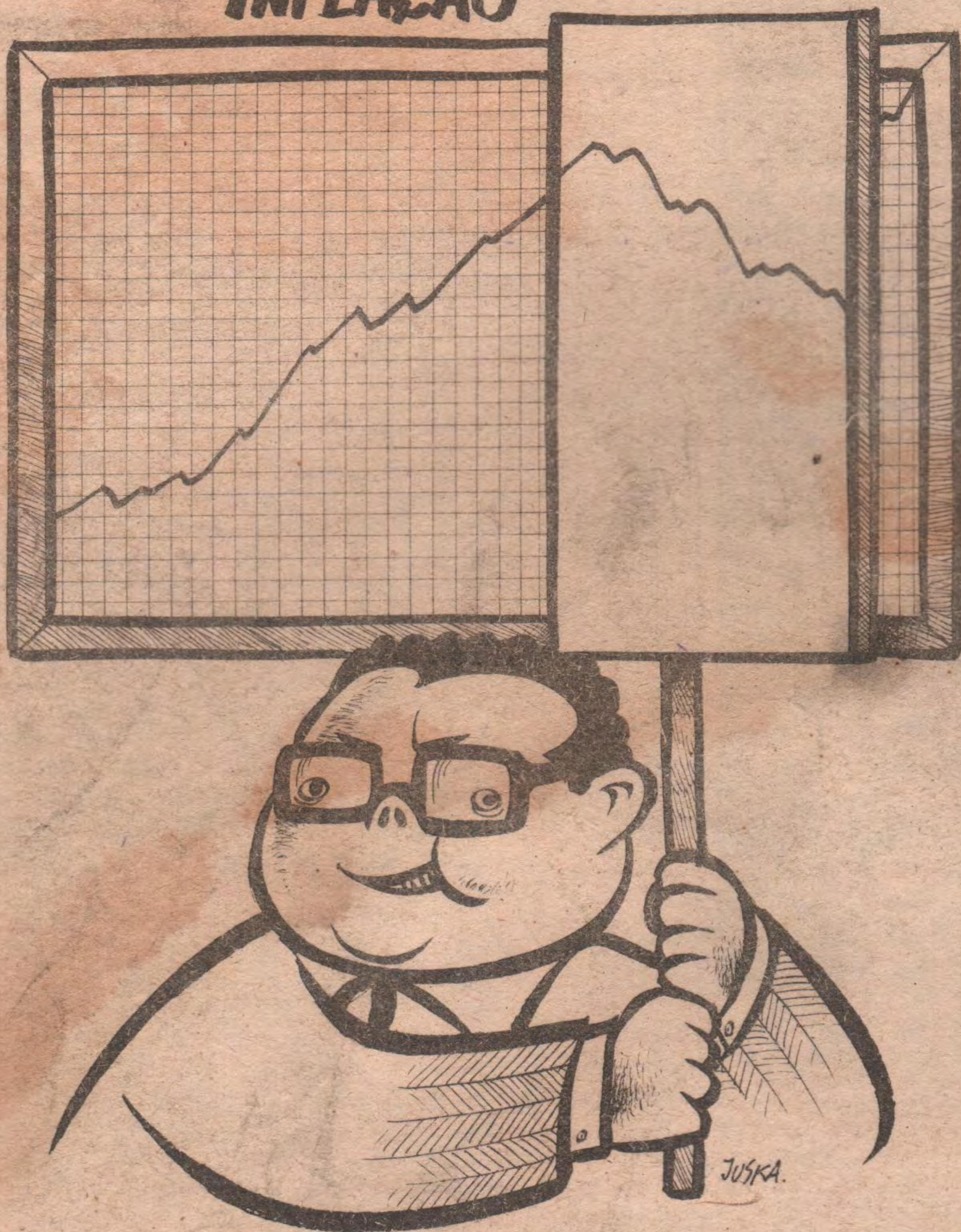
ENDEREÇO _____

RAMO _____ TEL. _____

CGC _____ NOME DO COMPRADOR _____

RESPONSÁVEL _____

INFLAÇÃO



Inflação: voltam os "mágicos" de 73

Os índices do governo falseiam a realidade e lesam os assalariados

Vários economistas andam estrilando contra a mutretagem dos índices de inflação no Brasil. Mais uma vez, lembrando a manipulação de 1973, surgem indícios de que os levantamentos oficiais não estão sendo feitos corretamente.

A novidade agora é que as autoridades, em vez de fazerem a coisa por baixo do pano, justificam as mudanças na forma de calcular os índices e defendem seus argumentos previamente.

A jogada para baixar os índices da inflação vem sendo feita em várias frentes.

1) *Acidentalidade* — esse conceito foi inventado pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, coincidentemente, autor de uma das denúncias de manipulação dos índices de 1973 contra Delfim Netto. A idéia de Simonsen era que uma quebra de safra provocada por acidente climático (geada, granizo, enchente, seca) deveria ser "expurgada" dos cálculos da inflação. Na prática, isso significaria ignorar a realidade.

O conceito de acidentalidade, afinal de contas, não chegou a ser muito empregado durante a gestão de Simonsen na Fazenda ou no Planejamento. Mas ele voltou a ser defendido por Delfim Netto em relação aos aumentos repentinos do preço do petróleo. Segundo Delfim, as altas súbitas do petróleo devem ser "expurgadas" dos cálculos da inflação, pois são provocadas por acidentes políticos originários do Oriente Médio. Em 1980, segundo consta, o conceito de acidentalidade está sendo usado para valer, ao menos no levantamento dos preços no atacado.

2) *Seleção de produtos* — segundo o governo, quando um produto sobe muito de preço, a população deixa de comprá-lo, substituindo-o por outro mais barato. Os pesquisadores do custo de vida, quando um produto sobe muito, substituem-no por outro mais barato. Na prática, isso significa que os pesquisadores, além de evitar os preços elevados selecionam alguns produtos baratos. No final das contas, a pesquisa não retrata a realidade global do custo de vida. Se isso não é manipulação...

3) *Preferência por produtos tabelados*

— quando um produto é tabelado, os pesquisadores não pesquisam: simplesmente anotam o preço de tabela, sem procurar saber se o preço de tabela está sendo cumprido na realidade e ignorando se o produto tabelado existe no mercado, isto é, se está sendo de fato consumido. No final das contas, tantos são os produtos tabelados, que o índice de custo de vida acaba não retratando a realidade dos preços. Assim foi feita a manipulação de 1973, que deu tanta má fama a Delfim Netto.

4) *Práticas diversas* — embora preocupado em seguir uma metodologia científica no cálculo dos índices, o governo sabe que pode lançar mão de determinadas práticas, num deliberado esforço para burlar o rigor da ciência econômica. Por exemplo, os levantamentos de preços são realizados até o dia 25 de cada mês. Por isso muitos aumentos de preços são autorizados geralmente na última semana de cada mês, para que não apareçam nos índices. Embora a população já sofra o aumento nos últimos dias de um mês, os índices só passarão a registrá-lo no mês seguinte. Naturalmente, acaba havendo um descompasso entre os índices e a realidade que eles deveriam retratar.

Para concluir, convém lembrar que os diversos índices levantados pelo governo (preços no atacado, preços da construção e preços ao consumidor) servem como referência básica para reajustes da correção monetária, dos aluguéis, dos salários, etc. Assim, se é nos preços do atacado que se baseia o governo para calcular a remuneração da caderneta de poupança, é evidente que a existência de índices expurgados, deprimidos selecionados e manipulados, acaba por resultar em índices igualmente expurgados, deprimidos, selecionados e manipulados para a remuneração das cadernetas, o pé-de-meia mais popular do país. Igualmente, se os índices de preços ao consumidor sofrem tantas distorções que já não retratam a realidade dos preços pagos de fato pelo consumidor, o que dizer dos reajustes de salários — calculados com base nesses índices fajutos?

Ora, de tudo isso só podemos concluir que os índices no Brasil foram transformados num instrumento para lesar aquela maioria que está na base da economia e da sociedade — os assalariados.

A Nicarágua começa sua segunda libertação nacional

A Campanha Nacional de Alfabetização, considerada pelos nicaraguenses como a segunda guerra de libertação do país, já sofreu sua primeira e importante baixa. No dia 18 de maio, o líder das brigadas alfabetizadoras da região nordeste, Gregorio Andrade, foi assassinado por antigos integrantes da Guarda Nacional somozista, fazendo com que o governo criasse uma lei prevendo até 60 anos de prisão para os delitos cometidos contra os brigadistas.

Apesar de tudo, a campanha está funcionando a todo vapor, segundo relato dos repórteres Abelard Bedard e Veronique Soulé, que estiveram na Nicarágua em abril. Logo após a vitória da revolução sandinista, o governo decidiu que a alfabetização seria a primeira prioridade para a reconstrução nacional, já que 60% dos nicaraguenses não sabem ler e escrever. Foi criado o Exército Popular de Alfabetização (EPA), formado por 70 mil pessoas, em sua maioria professores e estudantes, com idade mínima de 12 anos.

A preparação durou quatro meses. Numa primeira etapa, 80 ensinadores participaram de um seminário de formação, com duração de 15 dias. Em seguida, partiram para alfabetizar, durante dois meses, nas vilas de Manágua, para testar os métodos a serem empregados na campanha. Num segundo seminário, estas 80 pessoas formaram outros 640 ensinadores que, por sua vez, formaram mais 13 mil pessoas. No final de março, após cerca de sete mil seminários realizados em todo o país, o EPA conseguiu reunir mais de 70 mil educadores.

PLACAR GIGANESCO

Este contingente assumiu a tarefa de alfabetizar de cinco a seis pessoas. Atualmente eles estão espalhados por toda a Nicarágua, repartindo o teto e a comida dos camponeses e participando do trabalho no campo. As duas horas diárias de aula são dadas no fim da tarde, depois da jornada de trabalho. Nas cidades e nas vilas, a insurreição cultural é conduzida pelas milícias operárias de alfabetização.

Dois livretos básicos foram elaborados para a campanha, inspirados no método pedagógico de Paulo Freire. Um deles, chamado *El amanecer del Pueblo*, é a cartilha de aprendizagem. É dividido em 23 temas, baseados na história política do país, desde o papel de Sandino até o programa de governo da junta de reconstrução nacional. O segundo livreto é o *Machete del Alfabetizador*, que desenvolve os 23 temas e contém conselhos pedagógicos, além de outro manual de iniciação matemática e economia aplicada.

Com a ajuda do Ministério de Cultura, comandado pelo padre Ernesto Cardenal, os brigadistas vão recolher ainda as canções populares, peças de folclore e duas mil declarações gravadas em cassete sobre a guerra, com a finalidade de escrever a história da libertação. Ao todo, o empreendimento custará 200 milhões de córdobas — cerca de 20 milhões de dólares — conseguidos com o auxílio de outros países e entidades como a Opep, a OEA, A Comunidade Econômica Européia e o Conselho Mundial de Igrejas.

O conteúdo político dos cadernos de alfabetização tem sido freqüentemente acusado de ser marxista ou de servir exclusivamente à propaganda da Frente Sandinista. O padre Cardenal responde que "toda a educação é política, já que o analfabetismo e a exploração estão estreitamente ligados".

Ele explica que existem duas grandes escolas pedagógicas: A pedagogia opressiva, tão fácil de identificar nas ditaduras latinoamericanas, e a libertária, que parte da realidade social, econômica, política e cultural. Na Nicarágua, esta realidade é a revolução sandinista, uma revolução pluralista.

As acusações não são suficientes para tirar o entusiasmo dos nicaraguenses. Na

Plaza Carlos Fonseca, no centro de Manágua, um gigantesco placar permite acompanhar, estado por estado, os progressos dos brigadistas e o recuo do analfabetismo. A Junta de Governo pretende declarar, no final de agosto, a segunda libertação nacional da Nicarágua.

Uma agência nova para os velhos Diários Associados

Um mês e meio depois de ter interrompido suas atividades, a Agência de Notícias do Diários Associados (Anda) voltou a funcionar. Ela foi criada há cinco anos, como um departamento do *Correio Braziliense*, para substituir a extinta Agência Meridional, com um déficit mensal de Cr\$ 1,5 milhão, já que apenas quatro de seus 26 clientes faziam os pagamentos em dia, a Anda fechou suas portas dia 31 de março.

Surpreendentemente, em meados de maio, a direção do *Correio Braziliense* anunciou a reabertura da agência e revelou seus planos: enviar notícias diretamente de Brasília sobre política e economia até, no máximo, às 20 horas, antes das agências concorrentes. O material jornalístico chegará aos jornais devidamente copidescado por uma central de notícias que também atenderá ao *Correio Braziliense*.

Para isso, sua direção enfrenta alguns problemas. O principal, sem dúvida, é mudar a imagem da Anda, considerada "vagarosa". Além disso, terá que melhorar a situação de algumas filiais, como a do Rio de Janeiro, onde a agência atuava precariamente junto ao associado *Jornal do Comércio*, com seis jornalistas mas sem carro e máquinas fotográficas. Sem falar, é claro, na situação financeira.

A direção já está tomando providências para garantir o sucesso da reformulação da Anda. A primeira é a abertura para jornais não pertencentes aos Diários Associados, como a *Última Hora* e *O Dia*, do Rio de Janeiro, *O Povo*, de Fortaleza, *O Estado do Pará* e todos os veículos de Paulo Pimental, no Paraná. Para alguns, a Anda já envia material normalmente.

Para superar os problemas financeiros, a direção da Anda passou a exigir o pagamento em dia dos serviços prestados, das despesas com a Embratel e uma taxa mínima que será paga pelos jornais dos Diários Associados. Dois deles, inclusive — o *Diário de Pernambuco* e *O Estado de Minas* — entrarão como sócios da agência, pagando Cr\$ 150 mil por mês. A exigência do pagamento em dia fez com que alguns dos antigos clientes "não se interessassem" pelas notícias.

Mesmo assim, o redator-chefe do *Correio Braziliense* e mentor do novo esquema da Anda, Oliveira Bastos, está entusiasmado e anuncia algumas vantagens:

— O material será editado, o que não acontecia antes, e teremos um correspondente junto a cada cliente, nas diversas cidades brasileiras, com poder de acesso a qualquer informação do jornal para escolher e enviar aos demais clientes todo o material que for conveniente à agência. Com isso, teremos mais poder de fogo.

LUIS JOSÉ MAGALHÃES

*Ribalta
Promoções
apresenta:*

Ópera do Malandro

de Chico Buarque

Curta
temporada
Estréia dia
18 de junho



Teatro
Leopoldina
- um hábito
de gente
inteligente

Produção: BENÊ MENDES

Espionagem nas contas do país

Em dezembro de 1976, o senador americano Lee Metcalf apresentou um contundente relatório de 1.760 páginas denunciando o envolvimento das grandes empresas de auditoria contábil nos escândalos econômicos que se sucediam na época, entre eles o célebre Caso Lockheed. Os principais alvos do senador eram as chamadas Big Eight — Price Waterhouse, Arthur Andersen, Coopers e Lybrand, Arthur Young, Ernst e Ernst, Haskins e Sells, Peat Marnick Michelk e Tocche Ross — que dominam o mercado mundial. Segundo o documento, as práticas destas auditorias consistiam em ocultar, adulterar e sonegar peças contábeis das sociedades anônimas, conduzindo a balanços irreais nestas empresas.

Para os auditores gaúchos, as denúncias do senador Metcalf não causaram surpresa. No ano anterior, o clube dos Bacharéis em Ciências Contábeis e o Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul enviaram ofício ao governo federal alertando sobre "a verdadeira espionagem econômica feita em empresas nacionais pelas auditorias estrangeiras, ligadas às empresas multinacionais".

Nada foi feito. Segundo o auditor Waldir Bronzatto, que presidia o Clube dos Bacharéis na época das denúncias, o problema agravou-se: "Além de controlar 90% do mercado nacional, as multinacionais de auditoria conseguiram homens de sua confiança em postos-chave da economia nacional, com responsabilidade inclusive de redigir decretos na área econômica e financeira do país".

BANCO DE DADOS NO EXTERIOR

Os efeitos da penetração de empresas estrangeiras no setor de auditoria são bem palpáveis. Uma auditoria contábil tem acesso a todos os números de uma determinada empresa. Esses números, se enviados a um banco de dados no exterior, permitem um controle completo da economia de um país. Isso, segundo Bronzatto, está acontecendo no Brasil.

As auditorias estrangeiras entram no país pela mão das multinacionais que, não confiando no trabalho dos auditores brasileiros, contrataram os serviços da Big Eight. Elas instalaram seus escritórios aqui e, além de fazer auditorias para as multinacionais, passaram a trabalhar com empresas nacionais.

Para Bronzatto, estas auditorias colocam riscos até mesmo à segurança nacional. "Sabendo das fraquezas das



Bronzatto: "As auditorias multinacionais ameaçam a segurança da nação"

empresas nacionais, as multinacionais con-correntes ficam à vontade para abusar da costumeira prática do dumping, ou seja, baixar o preço de seus produtos até terminarem com as descapitalizadas concorrentes nacionais", prossegue. "Não é surpresa o fato de muitas empresas privadas nacionais serem constantemente abordadas por multinacionais com propostas feitas, como aconteceu recentemente com a tradicional fábrica de produtos vinícolas Dreher Irmãos, que passava de pai para filho desde 1910 e atualmente é controlada pela alemã Heublein".

As empresas estatais também não escapam. Empresas como a Petrobrás, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, a Açominas, o Banco do Brasil, entre outras, são anualmente contabilizadas por representantes das Big Eight. "Estas informações, filtradas para o exterior, fazem com que as empresas estatais fiquem à mercê do capitalismo monopolista internacional", acusa Bronzatto.

CONTROLE DE ENTIDADES

Para alcançar esse estágio as multinacionais da auditoria valem-se de vários expedientes, muitos deles facilitados pelo próprio governo. Primeiro porque, com respaldo econômico garantido pelas matrizes, elas entram com vantagens nas concorrências com as nacionais, já que os editais para auditoria nas grandes empresas fazem exigências de capital, instalações e pessoal bastante restritivos.

Outra prática, denunciada pelo próprio relatório do senador Metcalf, é a

infiltração de elementos ligados às multinacionais em entidades do setor contábil. O maior exemplo é o Instituto de Auditores Independentes, uma espécie de entidade de elite que reúne apenas 400 dos 55 mil contadores habilitados e registrados no país. Cerca de 70% dos membros de sua direção são assalariados das Big Eight. O Instituto tem influência na escolha de pessoas para as Comissões de Valores.

Os contratados de instalação destas empresas no país primam pela omissão de questões importantes, ou seja, são rigorosamente ilegais. O contrato da Price Waterhouse, a principal auditoria contábil do mundo, registrado no 3º Tabelionato de Notas de São Paulo, com data de 21 de outubro de 1966, é um exemplo. As partes interessadas são quatro contadores brasileiros, que detêm 32% das cotas; outras 13 pessoas de diversas nacionalidades, qualificados como consultores, e a Price.

MANOBRAS OFICIALIZADAS

A 8ª cláusula do contrato dita que "os lucros líquidos serão distribuídos entre os sócios da maneira, na proporção e nas condições que entre si eles estabelecerem". Quer dizer, não há o menor controle sobre a proporção de lucros que fica no país e o que vai para o exterior. Além disso, está registrado no contrato que o sócio que se retirar da sociedade não pode trabalhar no ramo nos três anos seguintes, ou seja, o profissional fica proibido de trabalhar, o que caracteriza uma ilegalidade. Mesmo assim, o contrato foi registrado.

Um exame do contrato de instalação da Treuhend Auditores Associados, que não integra as Big Eight, deixa as coisas mais claras. Pode ser resumido assim. Os quatro sócios brasileiros, qualificados como responsáveis técnicos, entram com 48,91% do capital, fazem todo o trabalho e ficam com 0,001% dos lucros; os dois gerentes alemães entram com 0,59% do capital e recebem 1% dos lucros, e as duas empresas alemãs, a Deutsche Revisions e a Deutsche Treuhend, entram as duas com 50,5% das ações e embolsam 98,009% dos lucros. Tudo estipulado no contrato, registrado em 1970 pelos Conselhos de Contabilidade.

Quando surgiram as primeiras denúncias, a Price substituiu os 13 sócios estrangeiros por brasileiros e declarou que era uma empresa nacional. A manobra foi inútil porque o próprio Conselho Administrativo do Banco do Brasil, ao contratar os serviços da Price, no ano passado, justificou-se dizendo que tratava-se de "uma empresa com larga experiência internacional".

Existem outros fatos incríveis. Recentemente o Ministério da Fazenda recrutou um grupo de profissionais para fiscalizar as multinacionais. O grupo, inclusive, recebeu treinamento no exterior, mas antes de entrar em ação, a maioria de seus integrantes foram contratados pelas Big Eight.

ANTI-ÉTICO E ANTI-SOCIAL

As denúncias de Bronzatto são mais graves. "O auditor Álvaro Ayres Couto, ex-sócio e atualmente assalariado da Price, é quem estabelece as normas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários", afirma. "Outro ex-integrante da Price, o contabilista Manoel Ribeiro da Cruz Filho, declarou há pouco tempo que foi um dos que elaboraram o capítulo XV da Lei das Sociedades Anônimas, que trata da parte contábil, econômica e financeira". E acrescenta:

— A lei penaliza as empresas descapitalizadas (as nacionais) fazendo com que elas paguem Imposto de Renda. Por sua vez, as capitalizadas que, na maioria dos casos, são multinacionais, tiveram uma redução no Imposto de Renda. A própria Secretaria do Planejamento reconheceu o resultado negativo desta medida para o Tesouro Nacional, mas a emenda foi pior que o soneto: foi criado o empréstimo compulsório que prejudicou ainda mais o empresário nacional, que é quem precisa dos empréstimos.

O Confederação dos Contadores Públicos de Los Países Andinos, realizado em junho do ano passado, em Caracas. O Congresso concluiu que a ação das multinacionais é antiética, por ensinar que a pressão econômica prevaleça sobre a verdade científica; anti-social, porque tira a oportunidade da maioria dos contadores no mercado de trabalho; antipatriótica, porque ameaça a Segurança Nacional; e antieconômica porque descredita a poupança popular e fere os interesses dos cofres públicos.

Rafael Guimarães

Dois livros de Goiás para você!

Peça já pelo reembolso postal



Panela de Pobre, de Jorge Braga — o traço do humorista goiano posto à disposição da denúncia. Um livro de cartuns, para rir e meditar.

CANTIGAS MENORES . . . 60,00
PANELA DE POBRE . . . 100,00



Cantigas Menores, de Dom Pedro Casaldáliga — 200 poemas em que o bispo de São-Félix do Araguaia retrata, com amor e humor, o homem da Amazônia.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. Rua Comendador Coruja, 372. Porto Alegre — 90.000 — RS.

Nome: _____ Nº: _____
End.: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Cidade: _____
Estado: _____
Profissão: _____

Uma cooperativa para enfrentar as multinacionais

A briga dos contabilistas gaúchos contra as multinacionais de auditoria não se limita às críticas e denúncias. Eles resolveram organizar-se numa cooperativa para disputar o mercado de trabalho com as concorrentes estrangeiras em igualdade de condições. A Cooperativa dos Auditores e Contabilistas do Rio Grande do Sul (Audicoopersul) completou seus registros em maio deste ano e já assinou seus primeiros contratos.

Atualmente ela conta com cerca de uma centena de associados, cadastrados segundo suas especialidades. Ao assinar um contrato, a Audicoopersul distribui as tarefas e as cargas horárias de acordo com as disponibilidades de seu quadro social. Com isto, ela consegue cumprir com as exigências dos editais das grandes empresas que, na maioria das vezes, estão fora do alcance das firmas

de auditoria nacionais. Segundo seu presidente, Vladimir Duarte Dias, a Audicoopersul "é uma saída dos contabilistas gaúchos para escapar das limitações impostas à classe pelo monopólio das multinacionais". Ele enfatiza o objetivo nacionalista da cooperativa: "É uma empresa de maior confiabilidade que não deixa filtrar informações que interessam ao país e nesse sentido é um instrumento político da classe".

O primeiro passo da Audicoopersul é manter contato com as cooperativas e entidades classistas. Seus três primeiros clientes são a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal), a Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CooCEEE) e a entidade assistencial Amparo ao Menor Carente (Ameacar).

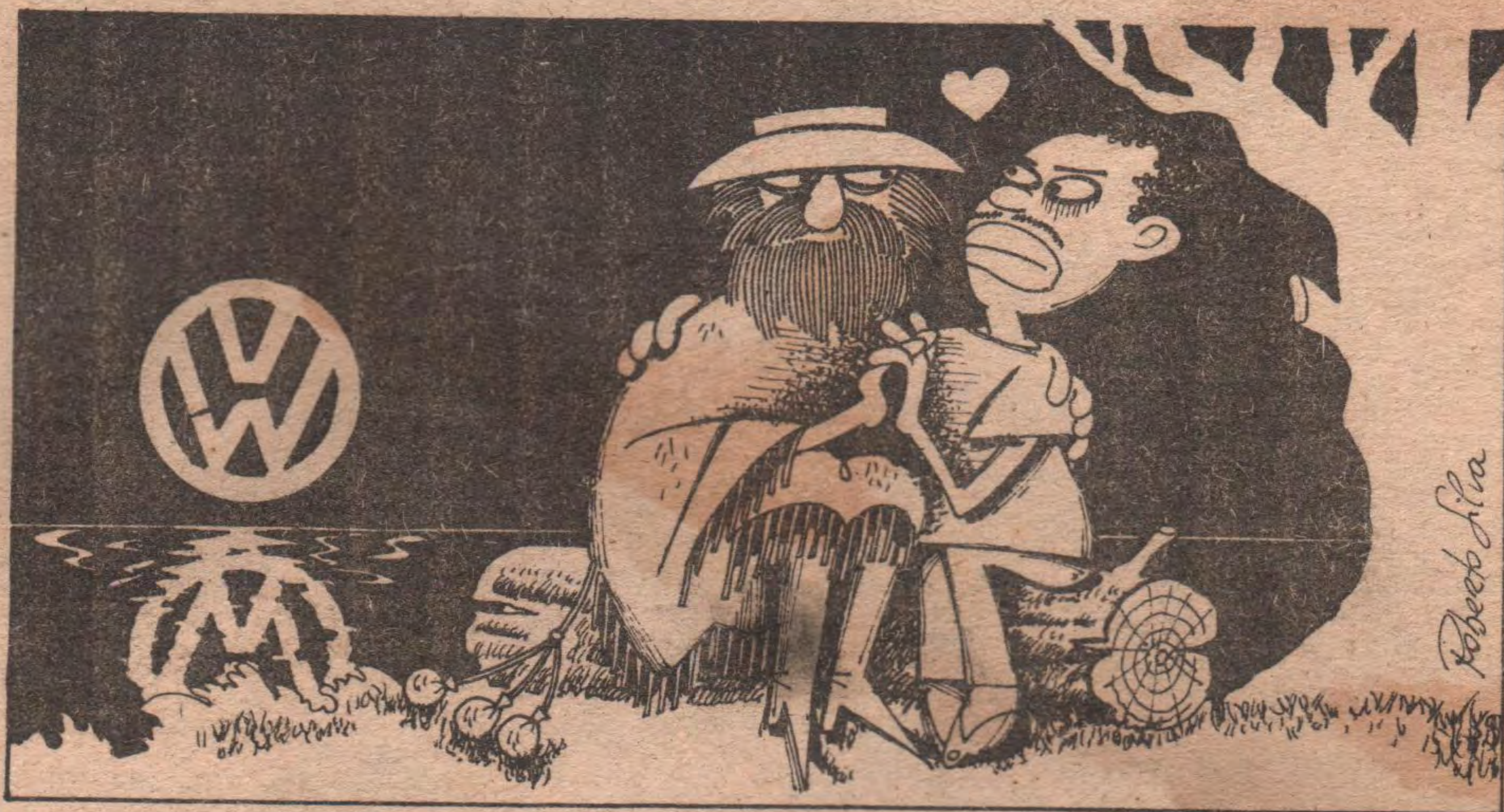
Volks: forçando a aproximação entre Brasil e Argentina

A Alemanha tem pressa em abrir novos mercados

A visita do presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, à Argentina, precedeu de alguns dias a visita do presidente Figueiredo a Buenos Aires. Sauer lá esteve para selar a compra da Chrysler-Fevre argentina pela Volkswagen do Brasil. Figueiredo, para cortar a fita da abertura comercial — uma nova fase na história das relações entre os dois países, que lança o Brasil na liderança do processo de divisão internacional do trabalho no continente. Liderança que começou a consolidar-se duas décadas atrás, justamente quando da instalação da Volkswagen no país.

Não é casual o fato de ser alemã a empresa que se antecipa à mais importante investida diplomática do Brasil na América Latina. Dependente mais do que qualquer outro país industrializado da receita das exportações, a Alemanha tem pressa em criar novos espaços econômicos onde sua indústria possa florescer.

Em graus variados, é o que faz todo e qualquer país industrializado. Nenhum deles, porém, está sujeito a tanta pressão de sua própria economia, como a Alemanha, país cuja vocação industrial é produzir a industrialização dos outros. Explico-me: sozinha, a Alemanha responde por 42% das exportações mundiais de máquinas ferramenta, ou seja, máquinas que produzem outras máquinas, e é ainda um dos principais exportadores de bens de capital em geral. Seu negócio por excelência é vender indústrias. Por circunstâncias históricas, este é o papel que lhe cabe na liderança tripartite (mais Estados Unidos e Japão) do capitalismo mundial.



LAÇOS PERMANENTES

O fato de ser a Alemanha o primeiro exportador mundial de bens de capital impõe-lhe tarefas diplomáticas de larga envergadura. Como essa, por exemplo, de empenhar-se pelo encontro de dois genrais-presidentes — de países que, embora vizinhos, não se visitavam há meio século — para cortar a fita da entrada inaugural na Argentina da Volkswagen e, atrás dela, quem sabe, de toda a indústria alemã. É por essa mesma razão que o capital alemão é constrangido a envolver-se em grau elevado nos assuntos internos do país-hospedeiro. No Brasil, ele não conseguiu ainda eleger o presidente da República — privilégio do primeiro grande investidor estrangeiro, os Estados Unidos. Mas, na condição de segundo, o capital alemão já conseguiu fazer um vice-presidente, além de um ministro da Indústria e Comércio, justamente o responsável pela política industrial do país.

De quebra, conta ainda com Mário Garnero na comissão nacional de energia, posto estratégico que o recém-demitido general Andrade Serpa queria ver ocupado por um autêntico representante dos interesses nacionais.

Para entender essa obstinação em meter o bedelho na vida alheia, basta atentar para o caráter estratégico do tipo de produto que a Alemanha mais exporta. Vender uma máquina-ferramenta — produto sobre o qual a Alemanha exerce um quase monopólio no comércio mundial — não é o mesmo que vender um televisor. Ao pagar a conta, o comprador de um televisor diz adeus ao vendedor. A compra de um bem de capital, ao contrário, marca apenas o início de um geralmente longo processo de dependência do cliente em relação ao fabricante. Controlando a produção de máquinas a vapor e teares mecânicos, a Inglaterra dominou o mundo durante mais de um século. Isto foi possível porque, um bem

de produção não apenas produz, mas também modela todo o sistema de produção.

Mas, dirá você, se a Volkswagen não é uma empresa fabricante de bens de capital que tem isso a ver com a viagem de Sauer e Figueiredo a Argentina? Ocorre que a maior parte da produção automobilística alemã também se destina ao exterior. E, como se trata de um setor competitivo — ao contrário do que acontece com o de bens de capital —, continuar fabricando na Alemanha é correr o risco de perder mercados para o concorrente eventual que se tenha estabelecido no Brasil, por exemplo, onde o custo da mão-de-obra na indústria automobilística é, no mínimo, quatro vezes menor do que na Alemanha, graças a uma política de arrocho salarial que bota na cadeia quem contra ela se insurgir.

NEGÓCIO DA CHINA

A solução, pois, adotada não somente pela Alemanha, mas por todos os países desenvolvidos, é manter na matriz apenas a produção de alta tecnologia do setor monopolístico (bens de capital, computadores etc) e transferir cada vez mais o setor competitivo (têxtil, calçados, automóvel, metalurgia etc) para os países periféricos, onde a mão-de-obra é barata; e daí tentar ganhar novos mercados, como está fazendo a Volkswagen na Argentina. Um negócio da China, diga-se, pois ela irá vender aos argentinos um fusca 1300 a um preço quatro vezes maior do que o vigente no Brasil: 176 mil dólares (800 mil cruzeiros). Se se levar em conta que, mesmo pagando ao trabalhador brasileiro quatro vezes menos do que ela paga ao trabalhador alemão para produzir um carro que custa mais ou menos a mesma coisa no Brasil e na Alemanha, pode-se imaginar quanto a Volks está levando nisso. É compreensível, portanto, que tenha sido ela a primeira empresa alemã a passar pelo buraco da abertura comercial de Figueiredo. Garnero soube fazer-se entender pelos generais.

SAIU! AFRICA ARDE

CARLOS COMITINI

Lutas dos povos africanos pela Liberdade

- Formato: 14 x 21cm
- 360 páginas com dezenas de fotos, diagramas, gráficos e mapas.
- Belíssima e sugestiva capa impressa em 3 cores e plastificada.
- Tipologia de fácil leitura

Um completo levantamento jornalístico de Carlos Comitini. Leitura indispensável para quem deseja estar em dia com a realidade política e social da África de hoje. Mais um volume da "COLEÇÃO TERCEIRO MUNDO".

- Tudo sobre os movimentos revolucionários na África
- As atrocidades do imperialismo colonialista
- O Apartheid
- As guerras de libertação
- Os líderes populares
- O poder popular nas regiões libertadas.



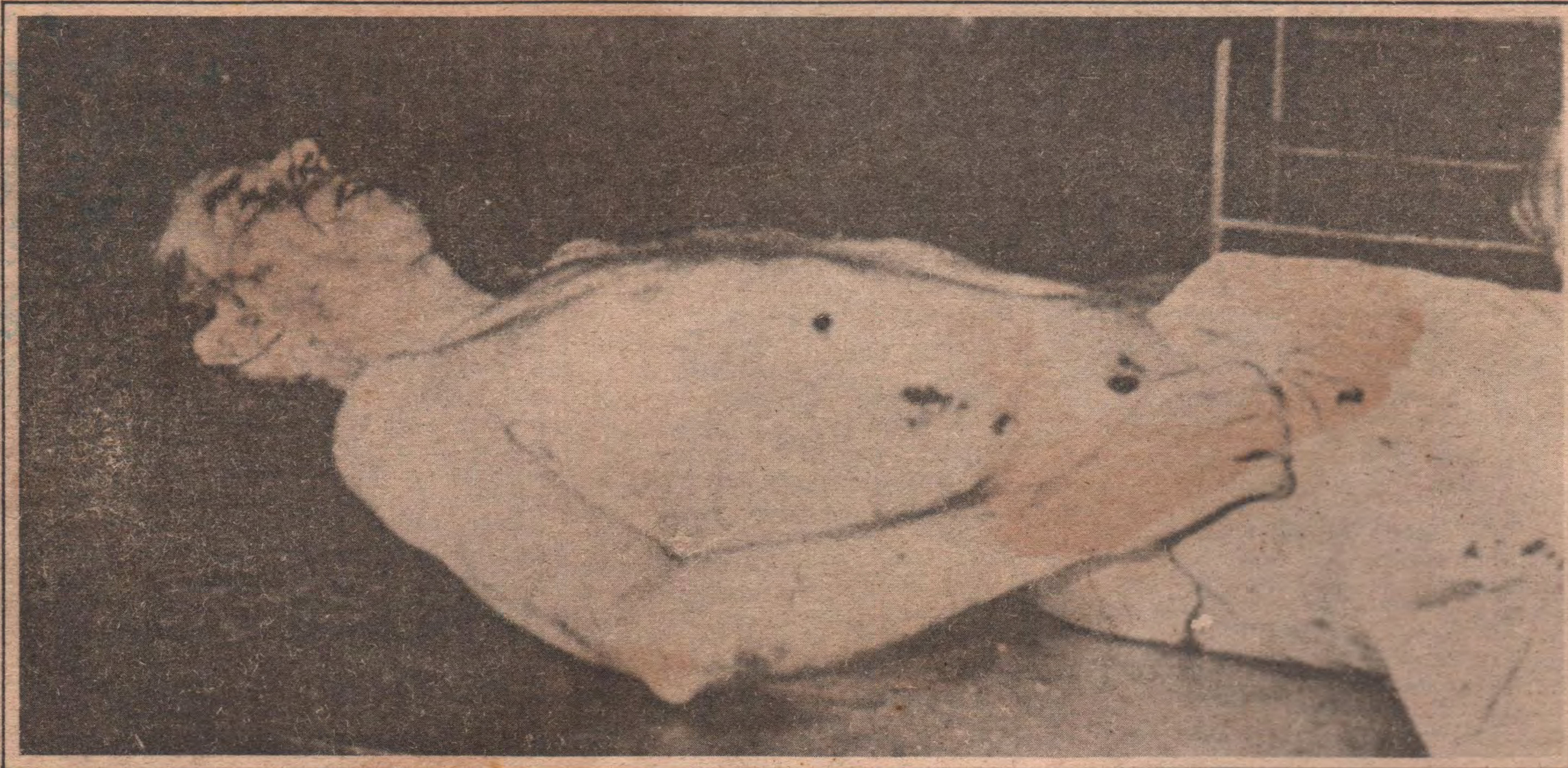
somente Cr\$ 300,00.

CERTIFICADO DE RESERVA

À EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

SIM, queiram enviar-me o seguinte livro :
REF. 02 ÁFRICA ARDE

NOME _____
 ENDEREÇO _____
 PROFISSÃO _____ IDADE _____
 CEP _____ CIDADE _____ EST. _____
 ASSINATURA _____



Mataram Lucho!

O padre Luís Espinal saiu do cinema, na noite de sexta-feira, 21 de março de 1980, e caminhou para sua casa. Cerca de 23h15min, quase chegou em casa. Quase: um jipe Toyota, provavelmente verde, sem chapas, abriu as portas e alguns homens agarraram o padre. Houve luta. Espinal entendeu o que estava acontecendo e gritou:

— Socorro, ajudem que vão matar-me.

Os gritos foram ouvidos por um estudante que, de seu quarto, a 50 metros, saiu correndo em socorro. Na semi-escuridão o estudante de engenharia Walter Pareja Ampuero apenas viu um homem magro ser empurrado por outros três homens fortes para dentro do jipe. O Toyota arrancou e desapareceu na escuridão.

Walter Pareja Ampuero voltou para casa e continuou estudando. "Deve ter sido uma briga de rua", pensou. Dormiu a uma hora do sábado. Ao amanhecer, ouviu a Rádio Fides informando que o padre Espinal estava desaparecido. Ampuero levou um susto: lembrou-se que o sacerdote jesuíta morava justamente no local da "briga de rua" da noite anterior.

Antes que o cadáver de Espinal fosse encontrado, os policiais já criavam barreiras para desvendar o crime. "Como é que você sabe que era um Toyota", perguntaram ao estudante. "Porque estudo mecânica, conheço o barulho do motor do jipe", respondia Ampuero. "Como é que você presume que seja o padre Espinal o seqüestrado? Como é que pode afirmar que eram três os raptadores?"

Nesta mesma manhã cinzenta de La Paz, um vendedor de leite é chamado por seu sobrinho: "Tio, há um homem bêbado ou morto deitado na beira do caminho". O camponês Vicente Mamani encontrou o cadáver de um homem aparentemente pouco mais de 40 anos, magro, com evidentes sinais de tortura e várias perfurações de bala no corpo, caído na estrada de Achachijala, a uns 5 quilômetros de La Paz. Ele foi à polícia e voltou com dois agentes do Departamento de Investigaciones Nacionales (DIN), um órgão mais de repressão do que propriamente policial.

Isso acontece às 10h30min. Os policiais recolhiam o cadáver de Espinal exatamente quando as emissoras de rádio davam o alarme sobre o seu desaparecimento, os padres jesuítas começavam as buscas e a Comissão Permanente de Direitos Humanos tomava as primeiras providências. Somente à tarde, porém, às 16h20min, os policiais foram à Rádio Fides pedir informações sobre Espinal. Um dos dois homens era o próprio diretor do DIN, general Adolfo Dávila. Um diretor da emissora saiu com os agentes e foi ao necrotério. Cerca das 17h, confirmava-se: Luís Espinal fora assassinado. A notícia explodiu em La Paz:

— Mataram Lucho!

Quem matou o padre Luís Espinal?

O sinal verde para o assassinato do padre jesuíta foi dado pelo comandante do Exército boliviano, general Luís García Meza — um dos articuladores do golpe do coronel Natudch Busch, que culminou no massacre do dia de Todos os Santos (2 de novembro do ano passado), com 204 mortos conhecidos. Mas o articulador da tortura e morte de Espinal foi o coronel Luís Arce Gomez, chefe da Sección II do DIN, que é o verdadeiro Serviço Secreto do Exército da Bolívia. O coronel Arce, homem violento e de passado comprometedor, usou uma espécie de departamento civil do DIN, chefiado por Hugo Benevides, para arregimentar os assassinos de Espinal.

O ex-ministro do Interior, Jorge Selum Diez, afirmou que o crime foi cometido pelas mesmas forças fascistas que desencadearam o golpe de novembro de 1979, em uma alusão clara ao grupo liderado pelo comandante geral do Exército, general Luís García Meza. Segundo o ex-ministro, o governo de Lídia Gueiler não tem forças para impedir estes assassinatos terroristas nem meios para investigá-los. Jorge Selum Diez revelou que quando era ministro do Interior não tinha poder algum para investigar estes crimes porque, de fato, todo serviço de inteligência — até seu próprio telefone — era controlado pelos homens do Exército infiltrados no DIN. Quando Jorge Selum Diez resolveu depurar seu Ministério e assumir de fato o controle do serviço de inteligência do país — PROMETENDO ACABAR COM OS GRUPOS PARAMILITARES EM TRÊS MESES —, o Ministério do Interior foi invadido pelos homens do coronel Arce. Os arquivos foram saqueados e levados para um quartel, numa operação feita por civis armados e militares dando cobertura. Jorge Selum Diez teve que renunciar e, hoje, diz que está ameaçado de morte.



Luís Espinal, numa das últimas fotos

De onde vem o poder do coronel Arce?

O coronel Luís Arce Gomez é o protetor todo-poderoso dos grupos terroristas de direita. Seu poder remonta a um passado de repressão violenta, quando ele foi o chefe da Operação Condor, na Bolívia, que unia as forças repressivas da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil, no período mais duro das ditaduras do Cone Sul. Ele é acusado de ter organizado o atentado que matou o ex-presidente boliviano José Torres, em Buenos Aires, em 1976, e atualmente comanda praticamente toda a informação interna na Bolívia. Usa o arsenal das Forças Armadas para organizar e armar grupos paramilitares e conta com dois aviões, inteiramente à sua disposição, para qualquer eventualidade.

Uma prova da força de Arce foi dada recentemente. Quando ocorreram uma série de explosões terroristas em La Paz, o coronel Arce disse à imprensa que, se a presidente Lídia Gueiler pedisse, ele daria os nomes dos que jogavam as bombas. Era um desafio do coronel à presidente. Lídia Gueiler engoliu o sapo: disse apenas que cada um deveria cumprir o seu dever e, se Arce sabia quem eram os responsáveis, que agisse de acordo com sua consciência.

Lídia Gueiler entendeu a mensagem: não deveria investigar os atentados, porque a investigação certamente levaria aos militares. E se os militares tivessem que ser punidos, haveria golpe de estado. Os atentados, patrocinados ou permitidos pelo coronel Arce, eram uma provocação dupla: repetindo-se, criavam um clima de instabilidade que poderia incentivar um golpe, se investigados e descobertos militares envolvidos, poderiam "insultar" o Exército, o que também provocaria um golpe.

Recentemente, quando começaram tímidas providências para a investigação sobre a morte de Luís Espinal, o general Ruben Rocha Patiño, comandante do Exército, disse que era absurdo investigar as Forças Armadas. E acrescentou que o assassinato de Espinal fora cometido pelos extremistas de esquerda, para lançar culpa no Exército, orientados desde Cuba por Fidel Castro que só tem uma meta: desprestigiar as Forças Armadas bolivianas.

Logo em seguidas às declarações de Rocha Patiño e ao desafio de Luís Arce Gomez a presidente, o general Luis Meza disse que a democracia era algo formal e o cargo de presidente da República apenas decorativo... a essas declarações seguiu-se um novo atentado, contra Aníbal Aguillar, um militante da esquerda, que escapou com poucos ferimentos. Naturalmente, os autores do atentado ficaram impunes. Todas essas escaramuças compunham um quadro de avisos à presidente Lídia Gueiler para que não apoiasse nenhuma investigação mais séria sobre a morte de Espinal. E o processo para apurar o crime do padre jesuíta parou.

Como os fatos são conhecidos na Bolívia?

Exceção dos fatos notoriamente públicos — como as declarações desafiadoras e provocativas dos militares à imprensa —, os fatos narrados até aqui constam de relatórios secretos do Exército. Alguns documentos foram discutidos em reuniões de oficiais e suboficiais e queimados, "para que não fiquem nos arquivos". São documentos que recomendam discussão sobre jornais e jornalistas, insinuando que se faça um julgamento deles. Luís Espinal foi citado, num desses relatórios destinados ao fogo, como "pai de tercermundista de orientação marxista, diretor de um semanário (*Aqui*) que agride e difama o Exército". O relatório sugeria a execução de Espinal.

Da forma mais estranha ficou esclarecido o assassinato de Espinal e o envolvimento do DIN como responsável pelo crime:

(No dia 5 de fevereiro deste ano, a mulher de um importante jornalista boliviano começou um processo de divórcio. Ela também artista de destaque na Bolívia. Ambos de excelente situação econômica. A fama dos dois, as amizades e os bens a dividir, formaram ingredientes de um divórcio litigioso. Em busca de provas, a mulher procurou um profissional da espionagem para investigar a vida do marido. Tendo em vista quem era o marido e a sua própria reputação social, não poderia recorrer aos serviços de um detetive qualquer. Foi ao melhor que ela conhecia: um investigador de alto nível do DIN.

Separando-se do marido, a mulher tornou-se muito amiga e posteriormente amante desse investigador. Provavelmente já eram amantes quando começou o processo para executar Espinal. Tinham encontros freqüentes em vários lugares, conforme o depoimento que ela prestou e está em poder da presidente Lídia Gueiler e arquivado pelo Alto Comando do Exército. Um dia o policial disse-lhe que tinha um serviço especial e curioso: vigiar o padre Luís Espinal. "O que será que eles estão querendo com o Espinal?", teria comentado o agente do DIN com sua amante, segundo ela mesma contou.

A investigação que se fazia sobre Luís Espinal era secreta — uma das tarefas era registrar todo o mundo que entrava na casa do jesuíta —, um trabalho aparentemente fácil e subalterno. Ele ficava muitas tardes num bar próximo da casa de Espinal ou dentro de um carro. Entediado, o policial passou a telefonar para a mulher, com quem mantinha longas conversações. Mais adiante, passaram a se encontrar no bar onde ele tinha seu posto de observação e até mesmo ela chegou a ficar no carro com ele, vigiando Espinal.

"Não acreditava que ocorresse nada demais, apenas vigiavam o padre de forma corriqueira", justificou a mulher em seu depoimento. Um dia, porém, ao encontrar-se com o policial, viu que ele estava com o rosto marcado de socos, os olhos vermelhos e muito emocionado. Ele pediu-lhe que ela fosse embora, era o dia 19 de março: "Vão acontecer coisas graves", disse-lhe. O policial não compareceu a um encontro no dia seguinte. Finalmente, tiveram um último e dramático encontro no dia 21 de março, às 16h, na mesma rua Diaz Romero, próximo à casa de Espinal. O agente ainda tinha os olhos vermelhos, o corpo alquebrado e quase chorava. "Me trataram muito mal no Estado Maior. Ah! Menos mal que isso tudo vai acabar hoje. Depois vou pedir transferência..." Enquanto eles falavam — contou a mulher — apareceu um outro homem, baixo, vestido com um terno preto, que gritou: "Despeça-se chica, vá embora... E você L., volte imediatamente ao seu posto".

— Ainda tivemos tempo para marcar um encontro para o dia seguinte, 22 de março. Fui embora rapidamente, com medo de ser reconhecida. No outro dia, ele não apareceu ao encontro. Procurei-o, mas ele não se encontrava em nenhum dos lugares habituais. Depois fiquei sabendo que o padre Luís Espinal estava morto. Então entendi: por isso ele me disse que "menos mal que isso tudo vai terminar hoje". Ele sabia que iriam matar Espinal.

Crispim está feliz por contribuir, "de alguma forma", para a luta dos metalúrgicos. E conta que o aniversário do Lula, no ano passado — "não me lembro bem o dia" — foi comemorado ali, com muita pinga 51 e cerveja. Ao contrário da maioria dos comerciantes do centro da cidade, Crispim teve de aumentar seu estoque durante a greve. Serviu mais de 500 cafézinhos por dia, e garante ele, mais de mil doses diárias de 51, além de centenas de sanduíches.

No Aquarius, — estrategicamente situado ao lado da igreja matriz e na frente da praça — o 1º de Maio foi o pior momento. Crispim era obrigado a subir e descer a porta de aço dezenas de vezes, para abrigar mulheres com crianças, jornalistas e peões, que corriam em busca de lugar seguro, fugindo das bombas e dos cassetes dos seis mil policiais deslocados para São Bernardo, numa verdadeira operação de guerra que incluiu até helicópteros sobrevoando a praça em vôos rasantes.

O clima estava muito tenso aqui dentro — relembra Crispim, — e chegaram até a jogar bombas de gás lacrimogênio, todo mundo chorava sem parar. Eu decidi sair e falar com o comandante. Pedi a ele que não permitisse bombas contra pessoas desarmadas e indefesas. Ele então me assegurou que não eram os seus PMs, disse que aquilo era coisa de agitadores.

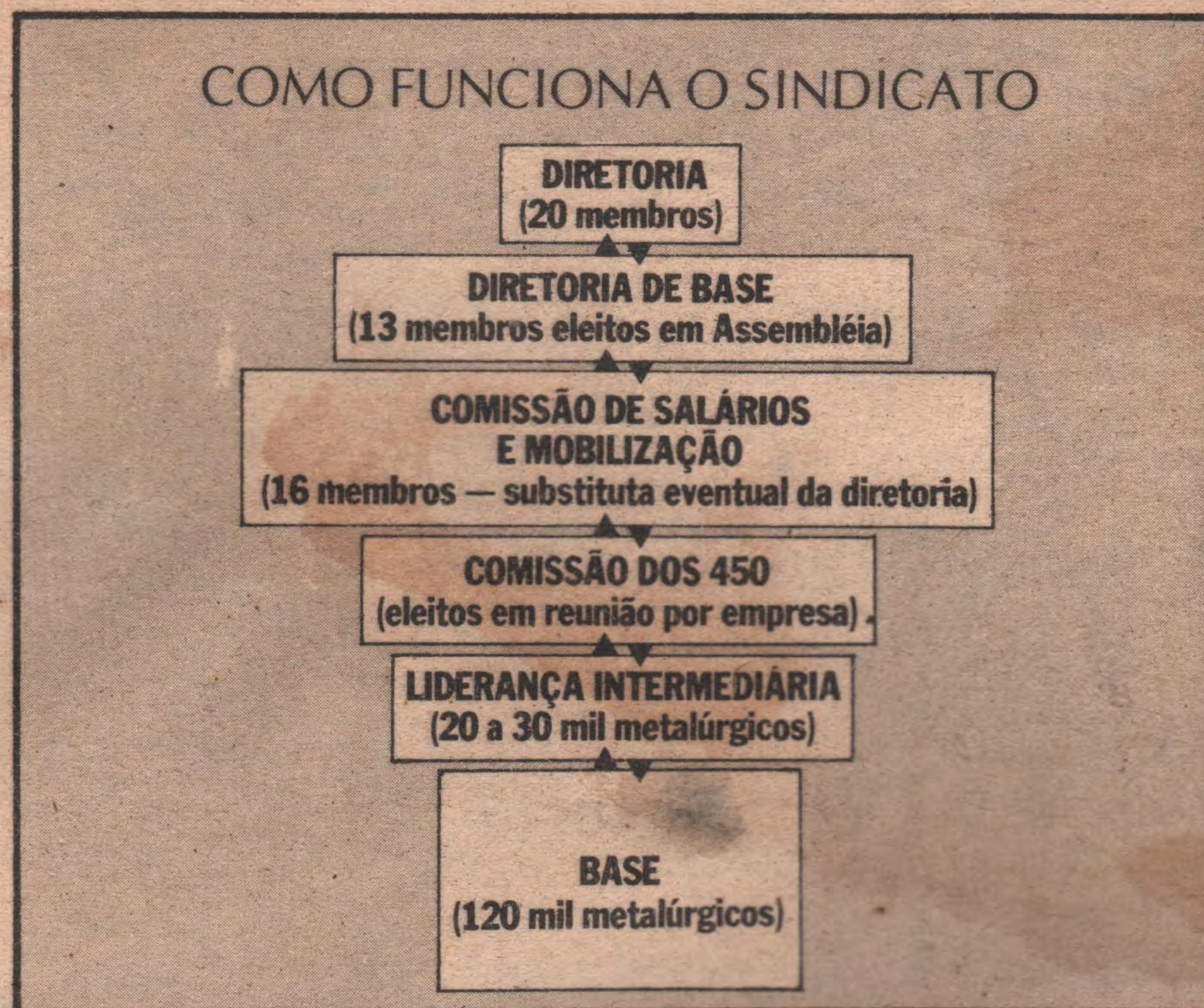
A polícia, porém, tentou invadir o bar, ameaçando: "Abram, senão vamos estourar tudo". Crispim decidiu a questão indo até a porta e anunciando com voz firme: "Temos mulheres e crianças aqui, por isso não podemos atender, compreendam". Não se sabe por que, mas os policiais desistiram e não incomodaram mais.

Embora faça questão de ressaltar que "policia aqui não é realmente bem acolhido", Crispim lembra que uma noite, logo depois do 1º de Maio, os policiais que guardavam a praça, em frente ao bar, "não resistiram à nossa batucada e foram se aproximando, ressabiados. Era uma noite quente e bonita; a gente precisava relaxar um pouco, depois de tanta emoção. Então os policiais se juntaram a nós e cantamos juntos, foi uma batucada democrática. Eles ficaram de voltar, mas sem o fardamento, porque diziam que não eram contra os trabalhadores, apenas cumpriam ordens". O Aquarius, que está a poucos metros da casa paroquial na rua Padre Lustosa, funcionou em "horário especial" — sem hora para fechar e abrindo às 6 da manhã — nos 41 dias de greve, e se transformou também durante estes dias, em "sala de imprensa", com dezenas de jornalistas usando o telefone para passar matérias, trocando informações e checando dados. Crispim, mais de uma vez, também anotou recados e afixou avisos no mural improvisado, e no dia seguinte à decretação do final da greve sentia-se literalmente "em férias". Mas apreensivo quanto ao que ainda poderia ocorrer.

Depois da greve, quatro mil demitidos "por justa causa"

A algumas quadras do Aquarius, o prédio de quatro andares, sede do Sindicato, abriga um interventor desde 17 de abril. Lá dentro, dois dias antes da libertação de Lula e de outros líderes destituídos; o Departamento Jurídico — que conta com uma dúzia de advogados especializados em causas trabalhistas, civil, doenças do trabalho e direito previdenciário — atendia, ininterruptamente, centenas e centenas de "demitidos por justa causa" — um dos rescaldos da greve. Muitos peões aglomeravam-se diante de um balcão, em filas imensas, aguardando a vez de denunciar sua demissão por ter participado da greve e constar, a partir de agora, do "listão negro" — uma relação detalhada, feita nas delegacias de polícia do ABC, onde estão os nomes dos ativistas, considerados "elementos nocivos", em qualquer empresa.

Até o dia 25 de maio, chegava a quase quatro mil o número de demitidos. Apesar disso, e com os recibos de paga-



A Liderança Intermediária é formada por 20 a 30 mil metalúrgicos solidamente organizados, que atuam como ponte contínua entre base e liderança. Eles praticamente sustentaram a mobilização antes, durante e depois da greve, participando de piquetes, reuniões de bairros e auxiliando o Fundo de Greve. A Comissão dos 450 foi eleita pelas empresas para representar os operários de cada fábrica junto à diretoria do Sindicato. Os 450 elegeram os 16 membros da Comissão de Salários e Mobilização, que, por sua vez, substitui a diretoria em casos de emergência, como ocorreu durante a última greve, após a prisão de Lula e os outros diretores. A Diretoria de Base, com 13 membros, é eleita pela Assembléia, que também escolhe os 20 nomes da Diretoria (sete efetivos e 13 suplentes).

mento do mês de abril nas mãos, onde há muito débito e nenhum saldo, os demitidos conseguiram brincar: — Olha, bicho, tô devendo prá firma. E vou pagar com o quê? Só se for com o dinheiro do Fundo de Greve.

A primeira sede do Sindicato — fundada no dia 12 de maio de 1959 — era um velho barracão de madeira construído pelos próprios metalúrgicos. Hoje, aos 21 anos, o sindicato tem em sua base territorial 142 mil trabalhadores, dos quais 43 mil sindicalizados. Desta base, fazem parte os empregados de três das maiores indústrias multinacionais instaladas no Brasil: a Volkswagen (43 mil operários, 12.800 sindicalizados), a Mercedes Benz (16 mil operários, sete mil sindicalizados) e a Ford (12 mil empregados, 4.800 sindicalizados). O Sindicato tem hoje 150 funcionários, 15 médicos, oito dentistas, e uma escola, fundada em 1975, voltada prioritariamente para atender os peões, que conta com 10 professores e quase 900 alunos. A escola funciona em seis horários diferentes, durante todo o dia. E há ainda um grupo de teatro — O Forja — que reúne 30 metalúrgicos.

O dia 12 de maio incorporou-se à história deste sindicato não apenas pela data de fundação, mas por algumas coincidências: neste dia eclodiu a famosa greve da Scania, em 1978, e também foi em 12 de maio deste ano que os metalúrgicos voltaram ao trabalho. Tudo isso faz parte do acervo deste sindicato, que começou a distinguir-se por volta de 1974, quando surgem as primeiras revoltas espontâneas dentro das empresas, onde o máximo que acontecia eram as paralisações localizadas contra o sistema de horas-extras, e que — segundo depoimento de um membro da Comissão de Salários — "paravam ali, feitas por metalúrgicos que nunca tinham ido ao sindicato e que sequer tinham ouvido falar em Paulo Vidal, então presidente". Nessa época, o pernambucano Luis Inácio da Silva, Lula, era suplente de diretoria. Em 74 ele dirigiu o 1º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado num clima de muita apreensão. Um ano depois do Congresso, Lula se elegeu presidente do Sindicato, e em 1978 — com mais de 90% dos votos da categoria — foi reeleito com sua "diretoria de peões", varrendo de uma vez por todas o velho sindicalismo.

— Lula chegou no momento exato — assegura um velho metalúrgico — como conseqüência do desenvolvimento da luta e do nível de organização e da insatisfação que crescia.

Apenas em 1978, com a greve dos operários da Scania, 21 dias depois da posse da nova diretoria, se deflagrou o movimento — que durou todo o ano — pela reposição dos 34,1% perdidos desde 73. No ano passado, a principal reivin-

dicação foi pela negociação direta entre patrões e empregados. A greve durou 15 dias, os metalúrgicos enfrentaram 45 dias de intervenção, mas Lula e toda a sua diretoria foram reconduzidos ao Sindicato.

— A diferença fundamental entre a campanha salarial deste ano e a do ano passado foi justamente quanto ao nível de organização pela base — garante um dos diretores do sindicato. Os 250 mil metalúrgicos da região do ABC começaram a discutir e se informar sobre a Campanha Salarial de 80 desde o segundo semestre do ano passado. Várias reuniões passaram a ser feitas nos bairros onde moram os peões e suas famílias, aproveitando as estruturas das Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) ou das Comunidades Eclesiais de Base — organizações ligadas à Igreja, que cederam não apenas o local, mas participaram ativamente das reuniões.

"A gente é como tatu: perde o rabo mas não a vergonha"

Os grupos formados nos bairros passaram, rapidamente a verdadeiros "núcleos de resistência" dentro de suas comunidades. Igrejas, galpões, salões, casas de metalúrgicos, sedes de SABs, foram transformadas em pontos essenciais para reuniões quase diárias — como nos bairros de Baeta Neves ou na Favela do Jardim Petrone — onde os moradores providenciavam a distribuição de boletins do ABCD, Jornal, assumiam a venda de bônus para o Fundo de Greve e arrecadavam mantimentos. Além, naturalmente, de avaliar "a quantas andava a greve" — explica Maria Conceição, 34 anos, metalúrgica sindicalizada há seis anos: "A gente tinha de fazer chegar até a Comissão dos 16 (veja quadro) as nossas avaliações, críticas e propostas, isso é que eu acho que garantiu muito esse 41 dias." Morando em um bairro de Santo André, o Jardim Estela, com quatro filhos e o marido, também metalúrgico, ela assegura que a participação das mulheres, "aumentou muito a moral dos nossos homens".

No domingo, 18 de maio, uma semana depois de terminada a greve, quase uma centena de mulheres representantes de bairros de São Bernardo, Santo André e Mauá, reuniram-se para avaliar seu desempenho e discutir como manter e

ampliar a participação das mulheres. O esquema, criado segundo as condições de cada bairro, ia desde convites como "venha tomar um chá com a gente no salão da igreja", até a participação nos piquetes nos pontos de ônibus.

A gente fazia uma espécie de segurança para os homens, eu por exemplo fiquei com um papel onde estavam anotados todos os telefones necessários, caso alguém fosse preso ou a coisa esquentasse, conta J.M.S. Elas também atuaram como poderosas forças que ajudaram a impedir muito fura-greve de ir trabalhar: "Já pensou que coisa horrível uma vizinha olhar prá gente e dizer que nosso marido é fura-greve?" A persuasão dentro de casa, junto aos filhos, maridos, irmãos e até netos, fêz parte das tarefas femininas no ABC.

Toninha, moradora de Ferrazópolis, um dos bairros mais pobres de São Bernardo, conta: — No dia em que o Macedo disse que todos os metalúrgicos do ABC ganhavam Cr\$ 100,00 por hora, as mulheres ficaram doidas de raiva. Uma foi contendo prá outras, fomos conversando, e nesse dia, graças ao Macedo, consegui formar o nosso grupo de mulheres no bairro.

Ela ganha Cr\$ 22,55 por hora e tem 4 anos de firma. Seria muito difícil detalhar cada pedaço do caminho que as mulheres do ABC percorreram nos 41 dias, num trabalho anônimo, "de formiga mesmo". Mas algumas ficaram conhecidas, como Mãe Eufrásia — apelido que a metalúrgica Selma ganhou desde a primeira semana em que se instalou diante do fogão providenciado na quadra de esportes da igreja matriz de São Bernardo, sede do Fundo de Greve. Ela preparou litros e litros de café para os 100 voluntários que ali trabalharam nunca menos de 12 horas por dia, distribuindo alimentos.

— Não sei bem quem começou a me chamar de Mãe, a moda pegou, e eu brinco com meus filhos: "Pois é, a mãe está aqui, mas o pai foi até preso, que é o Lula" — conta ela, que foi demitida da Prestécnica, onde trabalhava há 4 anos, ganhando Cr\$ 18,50 por hora. — Não me importa perder emprego, sei me virar. E eu penso, se Deus feha uma porta, abre mil. A gente é que nem tatu: tatu perde o rabo mas não perde a vergonha.

O Fundo de Greve: estatuto apolítico e três mil sócios

Instalado atrás da igreja-matriz de São Bernardo, num vasto galpão coberto, o Fundo de Greve cumpriu, com eficiência invejável, a tarefa de distribuir 422 toneladas de alimentos, e atender, de 14 de abril a 14 de maio, 24.500 famílias de metalúrgicos grevistas, beneficiando cerca de 140 mil pessoas e manipulando um total de quase 8 bilhões de cruzeiros arrecadados nos mais diversos setores do próprio ABC, de São Paulo e do país. Fruto de uma proposta já idealizada no ano passado — quando os metalúrgicos em assembléia discutiram formas de gestão dos 700 mil cruzeiros que sobraram em caixa — o Fundo de Greve conta hoje com Estatutos, e 3 mil sócios efetivos, que contribuem mensalmente, desde setembro do ano passado, com Cr\$ 30,00. Rezam os Estatutos que o Fundo "manterá, em todas as suas atividades, independência em relação a partidos políticos, tendências políticas, entidades similares e entidades filantrópicas". E os objetivos básicos, definidos em assembléia, ressaltam que o Fundo não deve ser apenas um organismo financeiro, mas uma nova frente de trabalho e de organização da categoria.

Após a greve o Fundo continua atendendo uma média diária de 250 famílias,

(*) O ABCD Jornal, com tiragem semanal de cinco mil exemplares serviu de porta voz aos grevistas, sendo distribuído gratuitamente em toda a região, em substituição à Tribuna Metalúrgica, órgão oficial do Sindicato, cuja circulação foi suspensa após a intervenção.

mas nas primeiras semanas chegou a distribuir mantimentos para 1.400 famílias por dia, e tem funcionado das 7 da manhã às 9 da noite, com equipes se revezando. O operário ou sua mulher apresenta, na porta, o recibo de pagamento do mês de abril, passa por uma mesa onde é feita sua ficha com dados sobre o número de pessoas na família. Recebe um cartão com a letra "A", "B", ou "C" — que significa o tipo de pacote a que tem direito, com uma cota de alimentos necessários para oito dias, depois dos quais ele terá direito a retornar ao Fundo para mais uma retirada. A cota inclui arroz, feijão, batata, macarrão, açúcar, sal e óleo. A organização e perfeitamente controlada e raramente ocorrem atropelos nesse sistema coordenado pela diretoria do Fundo de Greve, eleita em assembléia. André, um dos diretores, mostra, emocionado, um bilhete que guarda na carteira profissional, escrito por seu filho de 7 anos no domingo em que a greve chegou ao fim: — "Um pai luta enquanto o governo fica com o dinheiro do povo. Os policiais prenderam o Lula, quem vai prender agora? Meu pai ou eu? Assinado: André". Cheguei exausto em casa, e quando vi o bilhete, fui abraçar meu filho e chorei — diz André.

A Igreja: do Bispo aos padres, todos na opção pelos pobres

O ABC se habitua cada vez mais a palavra, **companheiro**, usada até mesmo para o bispo Dom Cláudio Hummes, um gaúcho de voz mansa, cujo apoio irrestrito aos metalúrgicos — colocando à disposição dos grevistas, todas as igrejas da região para assembléias e reuniões —, foi fundamental para que o esquema de organização não se desmantelasse. A igreja do ABC tem sido, nos últimos anos, alvo de sofisticadas análises sociológicas, porém, para quase duas centenas de sacerdotes que ali desenvolvem seu trabalho de evangelização e conscientização do povo, tudo é muito simples e resume-se no princípio — mais do que nunca colocado em prática nesses meses de abril e maio — de que a igreja deve caminhar ao lado de seu povo.

— Aqui no ABC a igreja está inserida dentro de um processo histórico trabalhista, sindical, pela alta concentração do Capital e do Trabalho —, afirma o pároco da igreja-matriz de São Bernardo, padre Adelino, também gaúcho, há cinco anos convivendo com as tensões e os movimentos do ABC. — Aqui existe, em proporções acentuadíssimas, os grandes contrastes entre o alto poder econômico e político industrial, e o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores. Desta forma, onde existam conflitos, a igreja tem de estar presente e se manifestar. Senão, corre o risco de perder sua missão —, completa ele.

A igreja-matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem é a igreja-mãe de todas as 100 paróquias do ABC, catorze das quais estão em São Bernardo, e ali, na praça cravada no centro da cidade, está um pouco da história do sindicalismo brasileiro. "Eu reuni minha comunidade e a maioria concordou em que cedêssemos a igreja para assembléias, aliás não vejo porque proibir a entrada de metalúrgicos numa igreja que permanece normalmente aberta das 6 da manhã às 8 da noite, para todos os paroquianos". E, assegura padre Adelino, "estamos prontos pra outra, pois a igreja não toma atitudes esporádicas, casuais. O que é justo uma vez, será justo sempre, ou o evangelho é ou não é a favor do povo".

No outro extremo da região do ABC, em Mauá, num bairro onde a maioria dos trabalhadores mora em favelas que crescem assustadoramente, o padre José Mahon, francês naturalizado, 16 anos no ABC, trabalhou como fresador na Villares de São Bernardo, em 1964 — "e naquela época", lembra ele, "não podia imaginar que Lula sairia dali". Indo em busca de uma convivência mais direta com o dia-a-dia da fábrica, "para melhor atender à população de minha comunidade", esse padre-operário foi chamado, certa vez, pela assistente social da empresa.



O Fundo de Greve atendeu a duas mil famílias por dia durante o movimento



Lula e o bispo Dom Cláudio Hummes: o apoio da igreja foi decisivo

— Ela queria confirmar boatos de que eu era mesmo um sacerdote, e como nunca fizemos segredo disso, me pediu que se notasse injustiças ou problemas na seção, que eu não falasse aos companheiros, mas fosse até lá e que tudo seria resolvido. Percebi as intenções daquela moça, e logo que pude dei um jeito de mudar de turno, porque no horário noturno não tem assistente social, há um pouco mais de liberdade, e a gente se sente mais à vontade para conversar com os colegas —, conta padre José, também conhecido como Zequinha. Depois de um ano e meio ele se desligou da produção, para cuidar melhor dos bairros. Hoje, avaliando os movimentos grevistas, se diz convencido de que a igreja tem de acompanhar esse processo: "Hoje a igreja está totalmente organizada em Comunidades Eclesiais de Base, que são os grupos de leigos, a maioria trabalhadores, que muito nos auxiliaram nesse processo de mudança profunda na linha da igreja aqui no Brasil".

E na história dos trabalhadores do ABC São Bernardo, sem dúvida, tem sido o principal protagonista. Seus 413 km² abrigam um dos mais ricos municípios do país, com arrecadação em torno dos 3,5 bilhões de cruzeiros — superior, várias vezes, a muitos estados do nordeste. Mais de 700 indústrias — 65% das quais, metalúrgicas, fizeram desta cidade

Paulista algo muito especial. Para administrá-la, os trabalhadores elegeram, em 1976, um ex-seminarista de 57 anos, cinco filhos, Tito Costa. De seu gabinete no 18º andar do edifício do Paço Municipal, Tito governa uma população heterogênea não apenas em sua origem mas principalmente na sua composição social. "Administrar isso aqui", admite Tito Costa, "não tem sido muito fácil". Problemas existem, e ninguém se engane com os índices de arrecadação — sempre inferiores às necessidades da população, garante o prefeito.

— Temos todos os problemas das grandes concentrações urbanas, e não dispomos de recursos suficientes para atender solicitações que aumentam a cada ano. Além disso, enfrentamos o fantasma do boicote de verbas, pois estamos na Oposição (Tito filiou-se ao PMDB, tendo sido eleito pelo ex-MDB) e aqui se confunde muito política com interesses pessoais, desabafa o prefeito.

Ali em São Bernardo a melhoria nas condições de vida e trabalho de sua população não tem acompanhado o desenvolvimento econômico. Segundo Tito, existem hoje em São Bernardo cerca de 80 mil favelados.

— Na medida em que a riqueza aumenta, aumenta também, na mesma proporção, o número de favelados, na maioria trabalhadores que vivem em con-

dições de vida incompatíveis com o crescimento e o desenvolvimento do município.

Os baixos salários, as dificuldades de moradia, o preço alto dos aluguéis, o excesso de migrantes que procuram São Bernardo como um novo Eldorado, derrubam por terra a tese de que ali "se concentra a elite do operariado brasileiro". É verdade que são os mais bem pagos do país, porém, adverte Tito, "eles produzem também em proporções muito maiores, geram lucros altíssimos, e nada disso é revertido em seus salários".

Mas, além dos trabalhadores, quem mora em São Bernardo? Existe, é claro, a sempre presente classe média alta, constituída, em sua maioria, por técnicos (engenheiros, principalmente) do segundo escalão das grandes empresas, e que são apontados, pelos trabalhadores, como "o pessoal mais reacionário do país". E de outro lado estão os descendentes dos primeiros imigrantes italianos, as famílias proprietárias de grande parte dos terrenos e dos imóveis, e que moram nos bairros mais "fechados" em mansões que proliferam às margens da represa Billings, vizinhos dos proprietários das empresas mais sólidas ou de altos executivos das multinacionais. "Ainda assim", afirma Tito Costa, "penso que a classe média aqui é menos conservadora, porque isto aqui é fruto de muita coisa, e da confusão toda sai algo diferente na composição de uma classe média".

Chegou a hora do camelo beber água

"Chegou a hora da onça beber água" — foi o slogan da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC este ano cujo símbolo era uma onça. Presente em boletins, adesivos, broches, camisetas, a onça se integrou ao dia-a-dia dos peões, e hoje, galhardamente fazem piada e sugerem novo símbolo para o próximo ano: "Tem de ser um camelo, e não uma onça. Porque camelo agüenta muito mais de 41 dias sem água". E a maioria dos peões, hoje, consegue entender porque têm de "andar de cabeça erguida" — uma frase repetida por Lula durante todos estes dias. A greve conseguiu vitórias, é o que garante a Comissão de Direção da Greve, que substituiu a diretoria presa.

— Vitoriosa porque provocou o nascimento de uma organização nos bairros, que está se consolidando e mantém propostas de continuidade desses grupos de bairro. Vitoriosa porque o Fundo de Greve, funcionando muito bem, garantiu um impulso novo para maior organização em torno dessa nova frente de luta —, assegura um metalúrgico, e continua: — É verdade que economicamente não conseguimos quase nada, porém, ao contrário do ano passado, a base hoje não questiona mais a greve como instrumento legítimo de luta e não ouvimos ainda nenhuma crítica ao Sindicato. E também consideramos vitória o fato de todo o país ter sido chamado a apoiar nossa greve enviando contribuições em dinheiro e em alimentos. Tivemos solidariedade de todos os trabalhadores do Brasil e de vários países. Um desses gestos solidários que mais nos emocionou foi a doação de Cr\$ 10 mil enviada pelos posseiros da região de São Félix do Araguaia.

Quanto à greve ter sido "política" como afirmam governo e empresários, a Comissão avalia: "Governo e empresários, na sua feroz intransigência, transformaram reivindicações salariais em greve política. Inclusive, se o governo não tivesse interferido nas negociações, o saldo político seria bem menor do que o que foi conseguido". Os líderes igualmente rechaçam, com firmeza insinuações de que Lula queria capitalizar a greve "para promover seu partido, o PT". — É uma mentira deslavada. O PT de São Bernardo, assim como todos os núcleos do país, nos deu contribuições muito valiosas, claro. Apoiou nosso movimento, e foi através do PT que o Sindicato pôde atingir pessoas que até então se mantinham à margem do movimento. Mas nada disso foi ou será utilizado para benefício político de Lula ou quem quer que seja.

A RESISTÊNCIA

Afastado do seu sindicato por uma intervenção que já dura oito meses, Olívio Dutra mostra, nesta entrevista ao Coojornal, como é possível resistir e continuar mobilizando os 14 mil bancários de Porto Alegre: uma espécie de sindicato paralelo foi montado, com os diretores dedicando-se exclusivamente à política sindical.

Quando participou de uma greve pela primeira vez, em 1962, na cidade gaúcha de São Luiz Gonzaga, o bancário Olívio Dutra recebeu uma tarefa importante: avisar seus colegas de agência quando terminasse o movimento, para que todos pudessem voltar a tempo das pescarias, caçadas e visitas à família feitas durante a folga inesperada. Depois disso, em 1970, ele veio transferido para Porto Alegre — a pedido do prefeito da cidade, que não suportava mais as críticas feitas por Olívio à sua administração, em artigos dominicais publicadas no jornal A Notícia —, entrou para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre como suplente, assumiu a presidência e foi reeleito, tornando-se um dos líderes mais expressivos do atual quadro sindical brasileiro.

Até hoje, quando relembra o episódio de 1962, Olívio Dutra não pode deixar de rir — afinal, passados 18 anos, o grau de consciência e mobilização dos bancários gaúchos elevou-se muito e Olívio é um dos maiores responsáveis pela mudança.

Em setembro do ano passado, após comandar a primeira greve dos bancários de Porto Alegre depois de 1964, Olívio e seus companheiros de diretoria foram afastados do Sindicato — que se encontra até hoje sob intervenção —, presos e, posteriormente, indiciados em inquérito na Polícia Federal e em sindicância na Delegacia Regional do Trabalho. É a mais longa intervenção em sindicatos, por motivos políticos, dos anos 70 — mas isso não impediu que Olívio continuasse trabalhando tanto quanto antes. Ele ainda sai de casa às sete horas da manhã, todos os dias, não vem almoçar com a família e só volta perto da meia-noite. Aos fins-de-semana, ele tanto pode estar numa reunião da Intersindical, viajando pelo interior do estado ou em articulação com os colegas da Comissão Executiva Regional Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT), da qual é um dos 11 membros.

Na manhã de uma terça-feira de maio, após distribuir panfletos na porta de um banco de Porto Alegre, Olívio Dutra — 38 anos, casado, pai de dois filhos, 18 anos de Banco do Estado do Rio Grande do Sul, salário de Cr\$ 22 mil mensais, dois cursos superiores interrompidos — concedeu esta entrevista aos repórteres Rafael Guimarães, Osmar Trindade e Manoel Canabarro, da Coojornal. Na conversa, Olívio falou sobre a intervenção, o prosseguimento do trabalho junto à categoria dos bancários mesmo sem a máquina do sindicato na mão, a Intersindical e o Partido dos Trabalhadores.

O que significam estes oito meses de intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre?

Olívio — É uma agressão a mim, à diretoria eleita e à categoria, aos 14 mil bancários de Porto Alegre. E por ser uma agressão, é uma coisa que não se justifica, pelo menos logicamente. A não ser a justificativa aquela de quem tem o poder, faz as regras e impõe as coisas. Só por aí é possível explicar a intervenção continuada no nosso sindicato.

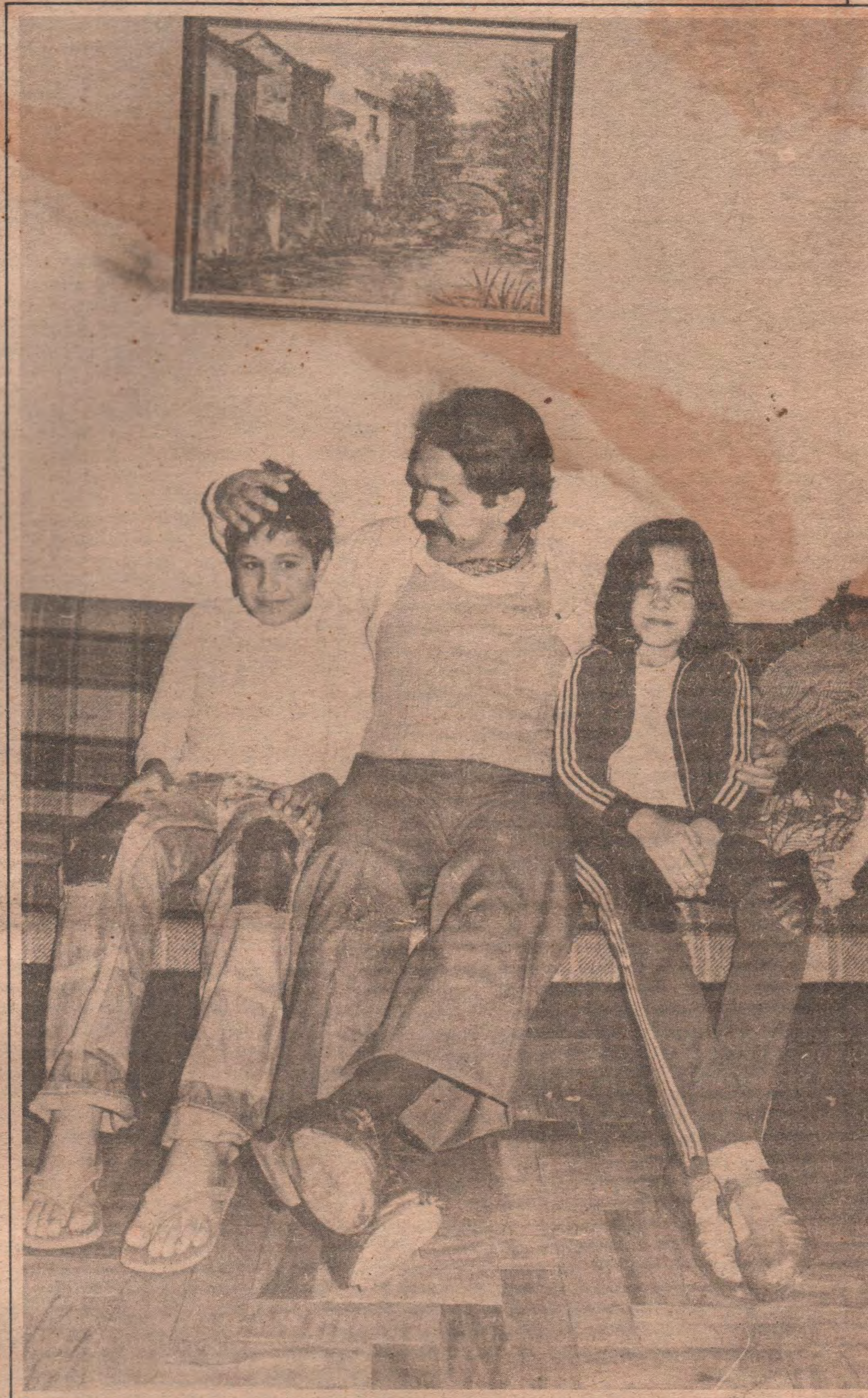
Terá sido só a greve o motivo da intervenção?

Olívio — A greve, na história de lutas do sindicato, foi uma das que obteve o maior índice de participação da massa. A postura da diretoria do sindicato, desde o primeiro momento, foi a de acatar as deliberações que realmente fossem representativas do conjunto da categoria tanto que antes, quando a proposta de greve surgia de setores isolados dentro da categoria, a direção não saiu apressadamente aceitando isso, sempre fez com que esta proposta viesse a ser uma proposta que expressasse o interesse da maioria. E mesmo porque a greve não foi colocada na nossa campanha como o objetivo, a greve surgiu por uma necessidade. Você veja que estivemos com uma proposta de revisão de dissídio em poder do Sindicato dos Bancos por 22 dias, sem nenhuma resposta patronal, e a categoria se mobilizando, o nosso trabalho de base dando resposta a isso. A falta de resposta dos banqueiros foi rebatendo com isso, com essa organização, criando então a insatisfação e, mais do que isso, até mesmo a revolta diante do descaso. E então a greve surgiu para pressionar os empregadores a apresentar uma contraproposta. Não foi sequer uma greve contra uma contraproposta dos bancos, pois esta nem existia, foi uma greve para exigir respeito à uma proposta nossa, que ela fosse respondida. Então, essa movimentação toda da categoria teve o respaldo da direção do Sindicato exatamente pelas circunstâncias em que a decisão foi tomada.

Os oito meses de intervenção também representam uma confirmação do trabalho que nós temos — que não é recente — dentro da categoria, porque apesar do sindicato estar sendo administrado por uma junta — portanto nós não temos a máquina do sindicato — esse trabalho continua, a direção do sindicato se reúne quase que semanalmente na porta dos bancos, ou por dentro dos bancos, distribuindo circulares e volantes, discutindo as questões da categoria.

Quais os prejuízos que a intervenção trouxe para os bancários?

Olívio — A intervenção, com toda a sua violência, não interrompeu o nosso



Apesar da intervenção, o tempo que Olívio dedica à família diminuiu

trabalho — que está sendo confirmado pelas assembleias que temos realizado — porque tem tido a resposta da categoria em termos de apoio à luta pela retomada do sindicato. Nós tivemos, inclusive, que reaprender algumas coisas, porque a gente tinha uma postura de um sindicato como instrumento de luta — é preciso que se diga isso —, e a gente tinha isso meio na base do discurso. Com a intervenção nós tivemos que ir para a prática, continuar o trabalho de mobilização da categoria e de elevação do seu grau de consciência sem ter um instrumento na mão.

Você pode detalhar qual foi esse aprendizado que a intervenção trouxe?

Olívio — O próprio fato de não termos o papel para imprimir uma circular. Quando tínhamos o sindicato, este papel nem era uma questão para nós. Agora, fazer uma circular é um ato político muito mais intenso do que anteriormente, porque significa que o papel você tem de buscar em diferentes fontes, a categoria dá contribuições para se comprar o papel, outros sindicatos emprestam o papel, os sindicatos do resto do país têm nos mandado papel.

Locais para reuniões também foi um problema, porque, de repente, da noite para o dia, as portas da nossa casa, do

nosso sindicato, estavam chaveadas, fecharam-se para nós. O telefone chaveado, os funcionários do sindicato ameaçados e recomendados para não emprestar o telefone para a diretoria afastada. Sequer recados nós poderíamos receber, segundo orientação que os funcionários do sindicato receberam. Isso tudo colocou para a gente outras formas de nos comunicar entre nós mesmos e com a categoria.

Onde realizar as reuniões? As reuniões de diretoria passaram a ser feitas no barzinho do sindicato, que é uma área que não pode se fechar. As reuniões com a categoria a gente faz em outros sindicatos, como é o caso do sindicato dos companheiros Trabalhadores na Indústria do Vestuário, que passou a ser o nosso QC. Isso significa o aprofundamento do relacionamento de uma categoria com a outra, e a unidade de luta, na prática. Também a questão da impressão do material, é um negócio que exige pressa e agilidade mas nós não temos a máquina, então como imprimir? As vezes, temos que montar esquemas do material a ser

Daniel de Andrade

Coojornal/junho de 1980

impresso em três lugares diferentes, para depois distribuir. A gente precisou de quadros nossos para fazer isto, tivemos que montar esquemas para dar cobertura a esse pessoal nos bancos. Nós não temos carros para percorrer os bancos, então os próprios bancários ofereceram os carros e a gasolina.

os contatos com os locais de trabalho, inclusive, se tornaram mais intensos, porque a gente não tem aquela preocupação com a burocracia do sindicato. Então estamos fazendo exclusivamente política sindical. Agora, é uma situação anormal e que a categoria não quer que permaneça. Precisa ser restabelecida a normalidade dentro do sindicato, com o fim da intervenção e o retorno da diretoria eleita, que tem seu mandato até outubro de 1981.

O governo quer dar um exemplo com os bancários

Esta é uma das mais longas intervenções em sindicatos por motivos políticos depois do AI-5. Porque isso acontece justamente no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre?

Olívio — Eu poderia até falar como começou esta onda de repressão, dentro do chamado projeto de abertura, contra os sindicatos, a partir dos sindicatos de bancários do país. Foi com os bancários que o governo tentou dizer ao conjunto das outras categorias que a abertura era para nós ouvirmos mas não para participarmos dela. Já em 78, quando os bancários de São Paulo ensaiaram um greve para romper a intransigência patronal, o governo sacou do seu instrumental de exceção o decreto-lei 1.632, incluindo os bancários nas chamadas atividades essenciais, onde a greve é proibida. Isso colocou para nós que toda e qualquer movimentação grevista nossa, de saída, já é ilegal, não precisa de uma decisão de tribunal, o próprio ministério do Trabalho declara o estado de greve e intervém no sindicato à hora que bem entende.

Isto então começou com os bancários de São Paulo, em 78, prosseguiu depois, no início do segundo semestre de 79, com os bancários de Belo Horizonte e Uberlândia — mesmo que os movimentos paredistas nestes locais fossem dirimidos. O governo agiu com mão de ferro, afastou dirigentes — o primeiro dirigente dos bancários afastado foi o companheiro Arlindo José Ramos, do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, e depois mais quatro dirigentes do Sindicato dos Bancários de Uberlândia — e isto, é claro, me parece a tentativa de começar por categorias sem maior expressão no conjunto da classe operária, mas castigar estas categorias para que, digamos, os trabalhadores do ABC e de outras regiões mais importantes recuassem nas suas reivindicações.

No nosso caso particular, eu acho que o que orientou a decisão do regime de intervir com a violência, foi, sem dúvida nenhuma, o vigor do movimento, a postura do sindicato — que sempre foi crítica — e o papel que nós desempenhamos no conjunto dos outros sindicatos, que, embora modesto, me parece importante no caso particular de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, e também no contexto nacional. Achamos que não somos o núcleo mais importante dentro do sindicalismo mas tínhamos certo papel que, para depois cercar o ABC e outras regiões, era importante se começar pelas bordas. A postura histórica do sindicato e o papel que ele desempenha dentro do sindicalismo autônomo é independente do estado. Eu acho que tudo isso contribuiu para que o regime agisse da forma como agiu e está agindo. O intuito de exemplar, através de nós, outros setores do movimento sindical.

Que justificativas o governo dá para manter a intervenção? **Olívio** — Primeiro as justificativas de ordem legal, que a greve não poderia ter saído, que a direção do sindicato deveria ter dito à categoria que a greve não poderia sair, de acordo com o decreto-lei 1.632. A categoria está cansada de saber, estudar e discutir isso. Depois vem a justificativa de que a greve não era reivindicativa, que era uma greve por motivos políticos

e afirmação de liderança, o Rio Grande vivia uma conjuntura toda especial, com o retorno do Brizola e o PTB se afirmando no estado, o PT iniciando e precisava de um grande gesto da liderança do PT para se firmar e tal, essas são justificativas do regime e estranhamente de alguns setores de oposição também. Quer dizer, sem nenhum interesse em desvendar os reais motivos da greve, de saber, as condições salariais, de trabalho, a intransigência do banqueiro, essas que são as reais causas da greve.

Então, o regime buscou dobrar a nossa categoria porque, para nós, existe um projeto em andamento, há anos, que procura desprestigiar o instrumento maior do trabalhador, que é a greve. Você vê que desde 78 há um certo espaço para reivindicações, mas no deflagrar e desenvolver da greve o regime sempre desencadeou formas de fazer com que ela desgastasse e as categorias passassem a se autoflagelar, dizendo que "a greve foi a pior saída", é um esquema de desprestigiar a greve por falta de resultados mais imediatos e palpáveis que os movimentos possam ter trazido para as categorias que tiveram a necessidade de fazer greve. No nosso caso viu-se claramente isso. A greve, com a nossa prisão e a prisão de companheiros do comando de greve, permaneceu por 14 dias e de certa forma o regime queria que isso acontecesse. Ele tira as direções que têm condições de chegar numa assembléia e dizer a hora em que a greve deve parar, deixa a categoria desarvorada, desorganizada e então a greve acaba por exaustão, com uma debandada e não com uma decisão determinada. É claro que isso tem suas mazelas, há uma desmobilização, há retraimento, e é isso exatamente que o regime quer. É essa a tática que ele empregou em outras categorias de trabalhadores, como no caso do ABC.

Qual a avaliação que a categoria faz hoje da greve?

Olívio — A greve trouxe inúmeras e valiosas lições. A categoria sentiu-se tão assalariada quanto outras, aquelas ilusões pequeno-burgueses de que bancário, afinal de contas, não ganha tão mal ou que tem contatos com o grande industrial, o grande comerciante, com a gente fina, e por isso não pode ter formas de luta iguais às dos trabalhadores comuns, isso tudo desapareceu. O bancário obteve uma consciência de que ele também é um assalariado, um oprimido, um humilhado e que seu instrumento de luta deve ser o mesmo de outras categorias de trabalhadores. A lição de que o ban-

queiro é o próprio governo, a lição de que a luta por melhores salários e condições de trabalho está acoplada com a luta pela liberdade e autonomia sindical. Todos os cursos, encontros, seminários e debates que a gente fazia no sindicato em torno desta questão foram sintetizados num movimento que durou 14 dias. Os 14 dias foram, assim, mais valiosos em termos de transmitir estas verdades do que todos os debates e cursos que se faziam. A categoria assimilou bem as lições da greve, e saiu mordida. Ela também reconhece que cometeu erros, e que o trabalho de base não estava suficientemente solidificado ainda para sustentar uma greve por tanto tempo. Sabe-se também que a estrutura sindical foi contra nós e ficou clara a necessidade de uma alteração nessa estrutura, com o acordo em separado feito pela Federação dos Bancários quando o nosso movimento ia em meio. No momento em que a categoria precisava de unidade, a Federação dividiu. Essas são algumas lições que se tirou da greve.

Nas nossas avaliações, vemos também que a greve, em termos econômicos, não foi de todo ineficaz. A repressão não conseguiu eliminar algumas vitórias nossas, como é o caso da conquista da data-base. A nossa data-base era 3 de novembro e uma das grandes bandeiras da campanha era de que ela deveria passar para 1º de setembro, para se dar uma campanha a nível nacional, e a gente reconquistou esta data, graças à greve. E reafirmaram-se todas as vantagens e direitos que nós tínhamos, não perdemos nenhum, simplesmente não pudemos agregar outros. Então, para nós o saldo realista da greve é esse: a categoria deu um salto qualitativo em termos de consciência, recuperando a sua dignidade.

A longa intervenção tenta acabar com a diretoria

Você é funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, mas não voltou ao trabalho depois da intervenção e nem o banco fez essa exigência. A que você atribuiu esta atitude do Banrisul?

Olívio — Bem, essa orientação não é apenas do Banrisul, é também do Sul-brasileiro. No nosso caso, a intervenção veio sob a forma de afastamento e não da destituição dos cargos. Isso significa então que nós não perdemos os nossos direitos e prerrogativas de dirigente sin-

dical, que são uma conquista da categoria. Há uma cláusula no nosso dissídio que dá abono de ponto para o funcionário eleito para as funções de dirigente sindical.

Mas, com a intervenção o banco não poderia requisitar os funcionários?

Olívio — Nenhum banco fez essa requisição. O único que complicou foi o banco do Brasil — que, aliás, mesmo antes da intervenção, sempre fez exigências nesse sentido, os colegas de diretoria funcionários do banco tinham de periodicamente apresentar-se, solicitar a dispensa por escrito, etc. O secretário do nosso sindicato, Milton Mottini, é funcionário do Banco do Brasil e foi chamado após a intervenção. Lá disseram que ele precisaria renovar o seu pedido, fazer um pedido de licença por motivo de saúde, o que implicaria em prejuízo funcional para ele. Então, em reunião da diretoria do sindicato, achamos que era melhor o companheiro voltar para o trabalho. Os outros dois companheiros de diretoria que trabalham no Sul-brasileiro, por exemplo, não sofreram nenhuma pressão, o banco não fez nenhuma exigência e não colocou nenhum problema para eles permanecerem liberados. Hoje, os dois companheiros estão trabalhando por decisão deles, por motivos pessoais, que foi acatada pela diretoria eleita. Aliás, parece que essa era realmente a intenção da intervenção prolongada, ir angustiando o pessoal, fazendo com que eles voltassem aos bancos e a direção do sindicato, então, vai se desmanchando. Só que, no nosso caso, isso não foi conseguido, porque os companheiros continuam se reunindo com a gente, inclusive executando tarefas, e o Felipe Nogueira e eu, que somos os dois funcionários do Banco do Estado e que não voltamos ao trabalho, estamos aí tocando, fazendo a política sindical e contatos com a categoria.

Mas você nunca chegou a conversar com a direção do Banco sobre este caso, a sua possível volta ao trabalho após a intervenção?

Olívio — Não. O que eu fiz, quando saí da cadeia, foi me apresentar na agência onde trabalho (agência passo D'Areia) e os companheiros de lá disseram que para eles não havia essa exigência. Mas, para todos os efeitos, consultaram o departamento de pessoal e este informou que nós continuávamos no exercício do mandato e, portanto, liberados. O banco inclusive me deu férias...

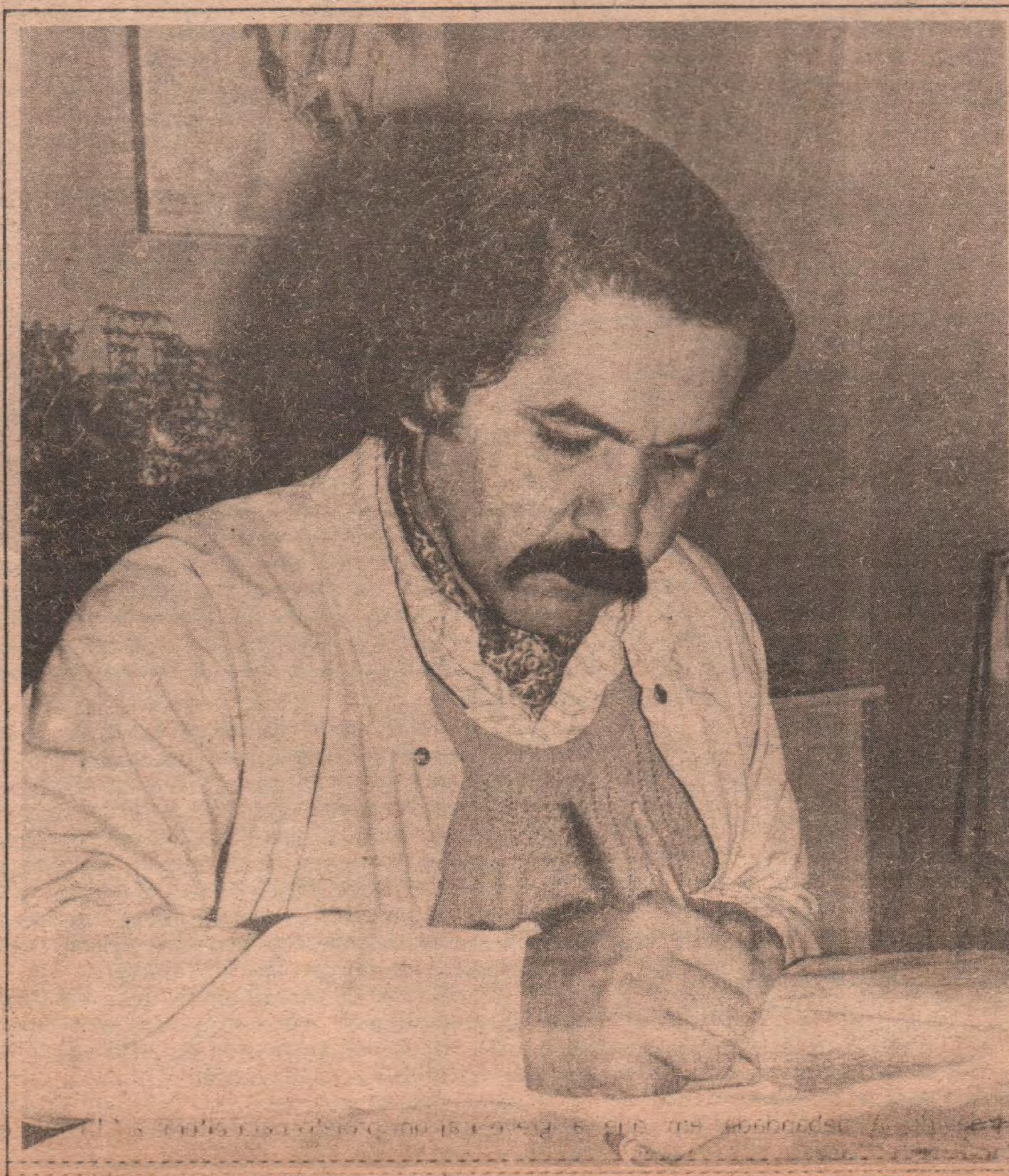
Então, ele considera que tu estejas trabalhando?

Olívio — Sim, considera que eu esteja trabalhando e no exercício do mandato sindical, que não houve nenhuma alteração na minha situação.

A sindicância na DRT recomendou a nossa volta

Desde que vocês saíram da prisão, lutam para levantar a intervenção. Quais as perspectivas disso acontecer?

Olívio — E o seguinte: nós fomos submetidos a uma sindicância na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sendo criada uma comissão lá que ouviu todos os integrantes da chapa. É também o inquérito na Polícia Federal. Bem, a sindicância da DRT terminou no ano passado, concluindo que não havia fatos que pudessem responsabilizar a diretoria pelo movimento, que a direção tinha se portado como devia se portar, e que se recomendava a normalização da vida do sindicato inclusive com o retorno da diretoria eleita. Isso foi para a o ministério do Trabalho, mas o ministério não deu bola e disse que só decidiria depois de ter cópia do inquérito da Polícia Federal. Esse inquérito era para ver se havia enquadramento da direção do sindicato na Lei de Segurança Nacional, artigo 39, se não me engano. Ora, o inquérito foi remetido para a Auditoria Militar e esta devolveu, há coisa de uns cinquenta dias, ou menos até, se julgando incompetente porque não via indícios de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Então isso foi para a chamada Justiça Federal e está lá aguardando parecer do procurador. A coisa está por aí.



Me parece que o Murilo Macedo queria ter ganchos, tanto na DRT como na Polícia Federal, para justificar a intervenção ou até mesmo cassações e destituições, mas não encontrou em nenhum desses pontos o gancho que necessitava. Bom, depois disso o ministério alega que a crise no ABC fez com que eles tivessem que se preocupar exclusivamente com ela e então o nosso caso está engavetado.

O certo é que há, de parte do ministério, um interesse em desmantelar todo o núcleo combativo do movimento sindical, que tem uma postura crítica, levando à prática a questão da liberdade e autonomia sindical. E como nós somos parte desse núcleo, é claro que há o interesse em descartar a gente do movimento sindical. Eu acho que pelo fato de sermos uma categoria pequena — somos 14 mil bancários em Porto Alegre —, do setor terciário, poderia se dar por aí o início do desmantelamento do núcleo mais combativo do movimento sindical brasileiro.

O Delegado que cuida do inquérito na Polícia Federal, normalmente quando o encaminha para a justiça, pede alguma coisa, ou o indiciamento ou o arquivamento. O que foi pedido no caso de vocês?

Olívio — Olha, a gente não teve vistas a este relatório, apesar de nosso advogado acompanhar os depoimentos e o andamento do inquérito. Mas, o que eu sei é que, durante os interrogatórios, o delegado nos disse que estava até sentindo-se constrangido em ter que executar aquele tipo de tarefa, pois estava verificando que não tinha como nos enquadrar na Lei de Segurança Nacional, mas que era uma tarefa que ele tinha que cumprir e ele ia fazer e mandar.

Além do trabalho no sindicato, você tinha uma atuação intensa na Intersindical. Esta disponibilidade atual favoreceu o trabalho na Intersindical?

Olívio — Na Intersindical a gente continua atuando. O certo é que depois da intervenção nós tivemos que centrar fogo na nossa categoria. Se nós tivemos mais espaço, ficamos com maior disponibilidade de tempo, na verdade isto não nos permitiu dar mais tempo para a Intersindical.

Nós continuamos dando o mesmo tempo ou talvez até menos por que temos que intensificar o nosso trabalho dentro da categoria. Os companheiros reclamam a nossa ausência em certos locais, e isso a gente tem que tratar de atender. Mas nós continuamos atuando dentro da Intersindical, reconhecidos pelos companheiros como representantes da categoria dos bancários, e participando das reuniões do DIEESE*.

Corre um abaixo assinado pedindo o fim da intervenção

Como foi o a eleição de vocês para delegados ao Encontro Estadual de Bancários mesmo com a intervenção?

Olívio — Bem, com a aproximação do encontro, nós convocamos uma grande assembleia da categoria para eleger a nossa delegação, que poderia ser a mais expressiva possível, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. A Federação, no nosso entendimento, não estava muito interessada em que o nosso sindicato — que sempre foi crítico em relação a ela — tivesse uma representação expressiva no Encontro Estadual. Então, a junta, alertada por um ofício da Federação, convocou, às pressas, por edital, uma assembleia da categoria relativa ao Encontro Estadual. O edital já dizia que a delegação tinha de ter só dois elementos. Esse edital foi publicado num fim-de-semana e a assembleia era numa segunda-feira. Quer dizer, tudo isso para pegar a gente de surpresa. Mas nós, naquele corre-corre, conseguimos impedir volantes e mobilizar a a categoria.

Fomos para a assembleia, na sede do sindicato, a junta abriu os trabalhos e, pelos estatutos, ela teve de colocar para o plenário a eleição do presidente e secretário da mesa para dirigir os trabalhos. O plenário elegeu Olívio Dutra e Milton Mottini (secretário-geral do sindicato) como presidente e secretário. En-



tão, a junta passou a direção dos trabalhos e se retirou. Aí demos cumprimento ao edital — para evitar qualquer tentativa de impugnação posterior da assembleia —, e elegemos os dois delegados. O plenário, para dar um voto contra a intervenção, elegeu dois diretores afastados como os dois delegados que pedia o edital. (Olívio Dutra e Felipe Nogueira). Encerramos ali, fizemos a ata, e continuamos a reunião para eleger mais oito companheiros, porque nós achamos que a nossa delegação deveria ter dez membros.

Elegemos então mais oito companheiros, muitos integrantes da diretoria afastada e companheiros bons da base. E se tirou uma decisão de que o sindicato tinha que ser aberto aos delegados e companheiros da base interessados para nele se reunirem para discutir o temário do Encontro.

Alguma vez aconteceu de os bancos procurarem vocês, depois da intervenção, para alguma negociação?

Olívio — O que aconteceu foi que o Bradesco, depois da intervenção, pintou e bordou com relação à horário de trabalho, trabalho aos sábados e feriados, etc. e nós saímos em campo, fizemos uma blitz e colocamos numa circular isto, contra o Bradesco, dizendo que o banco estava se aproveitando da intervenção, aproveitando que havia um funcionário seu na interventoria. Aí deu rebu lá no sindicato. A direção regional do Bradesco ligou para o sindicato, para a junta, exigindo que impedissem a circulação daqueles volantes, que "como é que saia um volante daqueles com o timbre do sindicato" e tal. Na verdade, nós usamos nos nossos volantes o mesmo símbolo, mas tiramos a palavra sindicato. Suiu só "Bancários de Porto Alegre — Diretoria eleita". Mas o cara do Bradesco não queria acreditar, disse que não, que eles da junta é que estavam permitindo e tal. Aí, no outro dia, era dureza total no sindicato: tudo fechado, não tinha telefone, esquema violento na gráfica para ver se nós estávamos por lá usando as máquinas. Nos demais casos, a gente recebe bilhetes e cartinhas do pessoal denunciando irregularidades e aí nós vamos lá.

Mesmo os bancários não mobilizados ainda reconhecem vocês como representantes da categoria?

Olívio — Reconhecem sim, tanto que está correndo um abaixo assinado, que já está com 10 mil assinaturas, pedindo o fim da intervenção e a volta da diretoria eleita. Claro, há também as mazelas, devido à debandada em que a greve

acabou, muitos companheiros que estavam recém começando a entrar para o movimento se retraíram, etc.

Não adianta mais usar o instrumental de exceção

Longa intervenção em Porto Alegre, intervenção no ABC, prisão do Lula, para onde leva tudo isso?

Olívio — Sem dúvida nenhuma, é um esquema de desarticular o núcleo mais combativo do sindicalismo brasileiro, por razões óbvias: somos poucos mas estamos localizados em pontos importantes, tanto do ponto de vista econômico como político, e a nossa atuação tem questionado o modelo econômico e o projeto de abertura. Por razões óbvias se tenta no mínimo intimidar, primeiramente, e depois desmantelar, pela força, esse núcleo mais combativo. Porque dos sete mil e tantos sindicatos brasileiros, você sabe quantos sindicatos têm um comportamento capaz de incomodar o regime brasileiro: são poucos e sobre eles cai a repressão. Estes movimentos tem tido também o condão de não se restringir ali, eles têm criado uma consciência muito grande que se alastra por todo o país e hoje já vê os trabalhadores do campo com uma consciência e movimentação admirável, nem se compara com alguns tempos atrás. E isso é decorrente do que vem acontecendo com a classe trabalhadora nos grandes centros.

Agora eu acho que esse processo de consciência não é resultado só da movimentação deste ou daquele núcleo, deste ou daquele sindicato. Então, o governo pode afastar esta ou aquela direção, interromper temporariamente o processo, mas quando ele faz isto este movimento já se irradiou e isto coloca o regime em xeque, não adianta mais continuar usando o instrumento de exceção, tem que mexer na estrutura do próprio modelo. Parece que estamos vivendo exatamente este momento, em que o regime está abertamente reprimindo e não está conseguindo resolver o problema, pelo contrário, está aguçando cada vez mais o grau de consciência das massas exploradas.

Então ele está tentando uma conciliação com certos setores do seu interesse, eu acho que vem aí uma mudança na política salarial — uma falsa mudança, para tornar pior o que já é ruim —, vem aí um projeto para alterar a CLT que está

sendo bolada nos porões dos ministérios, vem alterações no FGTS. Eles estão bolando pacotes aqui e ali pra tentar remendar os buracos que a movimentação dos trabalhadores fizeram no tecido do regime.

Na sua opinião, como tem se comportado os meios de comunicação em relação a isso?

Olívio — Eu confio mais nos meios de comunicação que os próprios trabalhadores possam desenvolver por dentro das suas organizações do que nos meios de comunicação convencionais. Porque mesmo os jornais não atingem a grande massa.

E a televisão?

Olívio — Este sim, na medida em que a grande rede de TV que está aí é um monopólio de um grupo só que está mancomunado com o regime, joga para as multidões o que interessa ao regime. Mas, apesar de tudo isso, não tem conseguido anestesiá-la maioria da população, porque não adianta ver as coisas bem bonitinhas lá se a realidade é diferente.

O governo sempre fez política nos sindicatos

Por exemplo: o Maluf diz na televisão que a greve do ABC é uma greve de elite porque os operários ganham somando tudo, Cr\$ 70 mil por mês. Como se combate este tipo de distorção?

Olívio — Claro que ela tem influência na grande massa e na classe média, mas não acho que tenha o condão de reorientar o comportamento das massas espoliadas. Ela tem que ser combatida com a intensificação das informações diretas de trabalhador para trabalhador. Eu acho muito mais importante um boletim na porta da fábrica do que propriamente uma entrevista de um dirigente sindical num jornal. Porque o trabalhador mesmo não lê jornal e o boletim atinge muito mais, tem o linguajar do trabalhador.

O governo diz que agiu com dureza no ABC porque a greve dos metalúrgicos era jogada política do Lula, para ele se promover e promover o PT. Quais os reflexos disso aqui no estado, para o sindicato dos bancários e o PT?

Olívio — Bom, primeiro, o óbvio: no sindicato, a gente tem uma atuação política. Queira ou não, disfarce ou não, o próprio cargo de dirigente sindical é um cargo político, na medida em que nós vamos para dentro de uma entidade com uma postura, com um programa que aponta como uma categoria deve enfrentar questões que o governo coloca. O fato, por exemplo, de haver uma movimentação por melhores salários é um fato que se coloca contra a política salarial do governo, portanto, é uma ação política. Agora, a gente acha, realmente, que política partidária efetivamente não é a saída para o desatrelamento dos sindicatos. Essa é a nossa postura, nós que inclusive estamos comprometidos com a organização do PT.

A liberdade e a autonomia dos sindicatos não acaba no momento em que a classe trabalhadora tem o seu partido. Achamos que o sindicato tem o grande mérito de ser uma frente de trabalhadores e tem, também, a grande limitação de levar as lutas econômicas mais imediatas da categoria. Por isso, os trabalhadores têm também que se organizar em termos políticos, para fazer a ligação entre estas lutas imediatas, por melhores salários e condições de trabalho, com a sua intervenção organizada no terreno da política — que é onde se fazem os planos, se tomam as decisões e se constrói a sociedade.

Política partidária o atual regime faz nos sindicatos. Os governos que vêm se sucedendo têm feito dos sindicatos instrumentos políticos seus. Antes de 64, nós tínhamos o chamado esquema sindical do PTB, em que os dirigentes sindicais eram aliados pelo Ministério do Trabalho e tal. E esse esquema não desapareceu com o movimento de 64, pelo contrário, simplesmente os atores mudaram mas tudo foi até aprofundado. Fazer política não pode ser um privilégio de uma classe chamada classe política —, é um dever de todo o cidadão, de todo o povo.

Exu, herói dos marginalizados

Uma antropóloga paulista desce aos terreiros e descobre que o povo gosta mesmo é daquele Exu malandro, trambiqueiro e sem vergonha

Durante os últimos quatro anos, a antropóloga paulista Liana Salvia Trindade, da Universidade de São Paulo, frequentou dezenas de terreiros de umbanda do Grande São Paulo à procura de Exu, o herói trapaceiro, o santo trambiqueiro, que tira feitiço e bota quebrando, o caboclo apreciados de cachaça, galinha preta e "despachos" na encruzilhadas, que baixa nos terreiros em nome do Bem e do Mal.

Estudiosa das religiões brasileiras, com particular interesse pelos cultos populares de origem africana, Liana Trindade descobriu que nos terreiros paulistas (e brasileiros) existem dois Exus distintos. Um, o Exu "branco", oficial, benfazejo, patrocinado pelas federações que controlam o culto. Outro, o Exu preto, maligno, combatido pela umbanda oficial, mas invocado pelo povo e recebido pelos pais-de-santo sempre que se torna necessário desmanchar trabalhos muito pesados ou espantar espíritos muito negativos.

Evidência de que o Exu preto é combatido pelos órgãos controladores da umbanda, Liana Trindade foi recebida inicialmente com reservas nos terreiros, onde pensaram que ela e sua equipe de pesquisadores fossem fiscais das federações (existem duas no estado). Depois,



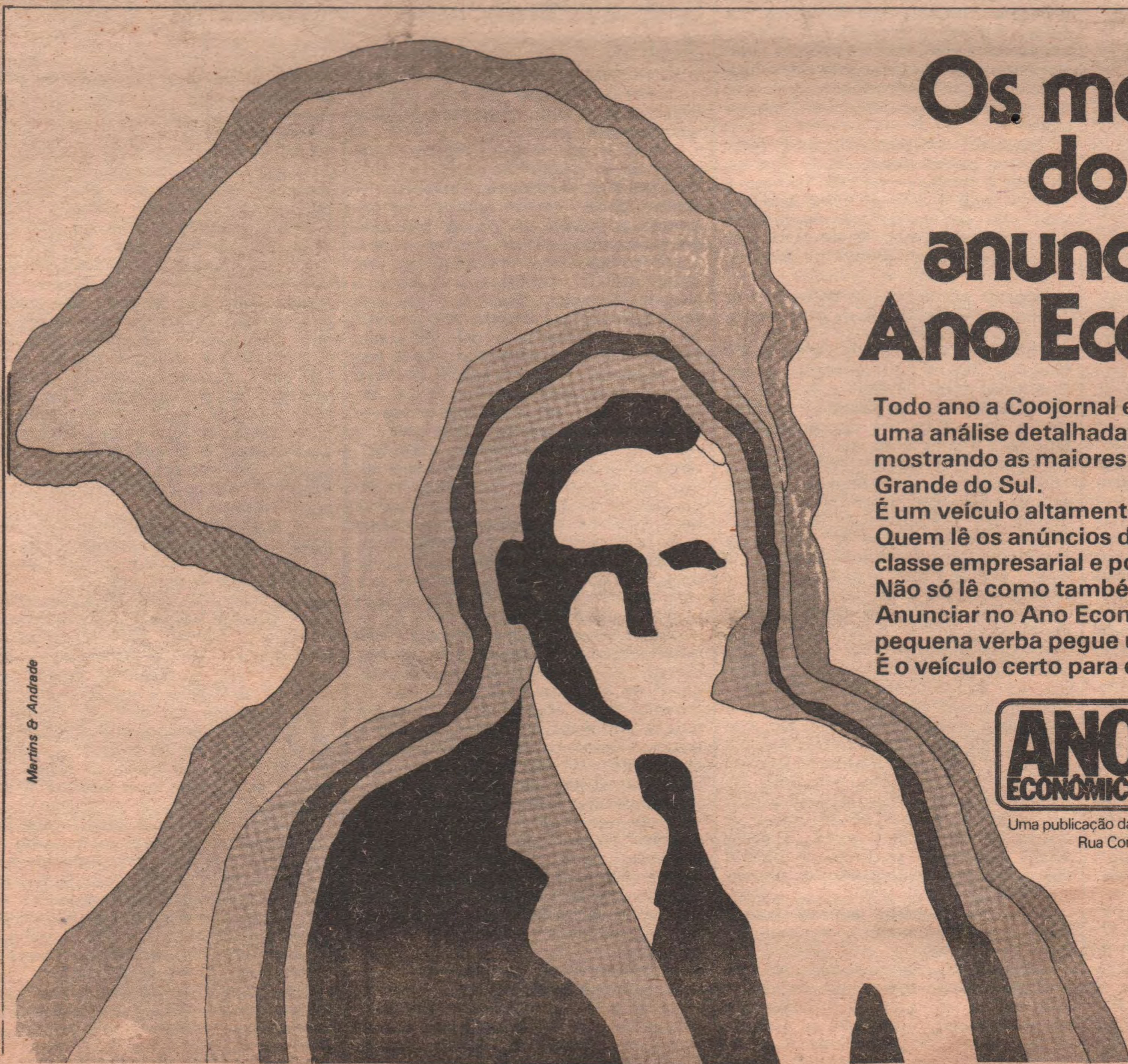
Liana: "Na concepção dos fiéis, Exu continua sendo o herói trapaceiro"

com o tempo, os pais-de-santo, os médiuns e os frequentadores dos terreiros adquiriram confiança e foram abrindo o jogo, até revelar que o povo preserva o mito do Exu africano, numa resistência espontânea ao "embranquecimento" imposto pelas federações.

Para os fiéis frequentadores dos terreiros do Grande São Paulo — Existem cerca de 10 mil na região metropolitana paulista —, os Exus representam seres socialmente marginalizados, excluídos dos benefícios da sociedade, embora participando da produção de bens e riquezas. Em sua existência terrena, os Exus foram malandros, prostitutas, alcoólatras, delinquentes sociais. Como entidades da umbanda (semelhantes aos santos da igreja Católica), os Exus dirigem suas mensagens preferencialmente às classes médias ou proletarizadas, identificando-se com os marginalizados, os humilhados, os oprimidos em geral.

São raros os terreiros onde não aparecem personagens como a Pomba Gira e o Exu Baiano. A primeira, símbolo da prostituição existente entre as mulheres do extrato social mais baixo, se apresenta em trajes típicos, com posturas estereotipadas de "mulheres da vida". Os Exus Baianos configuram a situação do migrante nordestino que, não encontrando no Sul do país emprego e melhoria salarial, torna-se delinquentes. Por isso, os Exus Baianos são descritos como negros ou mulatos sofredores, revoltados, violentos e vingativos.

As conclusões de sua investigação, Liana Trindade desenvolveu no trabalho Exu, Símbolo e função, apresentado em março último como tese de doutorado do Departamento de Ciências Sociais da USP. A banca examinadora deu-lhe dez "com louvor". Trata-se de um trabalho que, se não é pioneiro (Exu já foi estudado por outros cientistas), vai mais fundo do que os anteriores. Desvendando o mundo fechado da umbanda, Liana Trindade mostra que o diabólico Exu — apresentado como revolucionário no livro Os Segredos da Macumba, de Marco Aurélio Luz e Lapassade, editado em 1975 pela Paz e Terra — não pretende pro-



Mertins & Andrade

Os melhores do ano anunciam no Ano Econômico.

Todo ano a Coojornal edita o Ano Econômico, com uma análise detalhada da economia gaúcha, mostrando as maiores e melhores empresas do Rio Grande do Sul.

É um veículo altamente direcionado e seletivo. Quem lê os anúncios do Ano Econômico é a elite da classe empresarial e política do país.

Não só lê como também anuncia.

Anunciar no Ano Econômico é fazer com que uma pequena verba pegue um público de peso.

É o veículo certo para cliente de peso.

ANO
ECONÔMICO **COOJORNAL**

Uma publicação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372, fone PABX (0512) 33.50.99,
telex (051) 1605, CEP 90.000, Porto Alegre, RS

duzir mudanças radicais na sociedade. Ao contrário, seu inconformismo é canalizado para trapaças, malandragens, "jeitinhos" e outros mecanismos usados para vencer a luta, para subir na vida.

A tese sobre Exu deverá ser lançada em livro ainda este ano. Será o segundo livro de Liana Trindade, que publicou em 1978, pela Ática, As Raízes Ideológicas das Teorias Sociais, uma crítica ao conservadorismo presente na teoria estruturalista de Lévi-Strauss. Professora do Departamento de Ciências Sociais da USP, uma das fundadoras do Centro de Estudos de Religiões, criado em 1975 sob a liderança do sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (falecido há dois anos), Liana Trindade concedeu a lida de Abreu Dec- kes esta entrevista para o Coojornal.

Como surgiu o seu interesse por Exu?

Liana — eu conhecia Exu do contexto africano tradicional. O Exu africano é o princípio da existência individualizada, introduz a noção de liberdade e de ação possível entre os sistemas estruturados. É o princípio dinâmico da mudança ainda não realizada. Expressa simbolicamente as incertezas humanas em debate com os limites do tempo, com as condições sociais estabelecidas e a afirmação da liberdade humana frente às imposições sociais. O que eu quis nesse estudo foi verificar a persistência dessas concepções originais na prática brasileira, dentro da doutrina umbandista do culto a Exu.

E como foi feita essa verificação, qual o método usado?

Liana — Entrevistei 50 indivíduos representantes dos diferentes terreiros umbandistas do Grande São Paulo, indivíduos que "recebiam" e trabalhavam com Exu. Em seguida, comparei os dados obtidos na prática dos terreiros com os depoimentos de representantes das federações e a codificação doutrinária existente na literatura da umbanda.

Por que a comparação entre a prática e a doutrina?

Liana — No decorrer da pesquisa, verifiquei que os princípios doutrinários impostos pelas federações umbandistas não eram muitas vezes seguidos na prática pelos chefes de terreiros. As ligações dos pais-de-santo com as federações são rígidas mais pela necessidade de conseguir registro e licença de funcionamento das tendas. Os pais-de-santo não obedecem muito aos códigos estabelecidos.

As federações exigem que os trabalhos com Exu se restrinjam ao domínio do Bem, ou seja, que ele só atue para desmanchar os males feitos por outros Exus. Nos terreiros, de acordo com a demanda dos fiéis, os pais-de-santo fazem Exu atuar tanto no domínio do Bem como no do Mal.

Quais as diferenças mais marcantes entre a umbanda oficial e a praticada realmente nos terreiros?

Liana — São diferenças principalmente ideológicas. Enquanto a umbanda procura se legitimar como religião através do reconhecimento da classe média e pregando a conformidade com os valores e as normas estabelecidas, os participantes dos terreiros umbandistas estabelecem a prática mágica, utilizando Exu como recurso para superar problemas emocionais e sociais. Assim, na concepção e na prática dos fiéis umbandistas,



Exu preserva o conteúdo significativo de suas origens africanas. Ele continua sendo o herói trapaceiro, a encarnação de desafio, da vontade e da irreverência. Ele permite a autodeterminação dos homens possibilita a quebra das interdições sociais que limitam a liberdade humana, ao dar acesso aos meios mágicos de melhorar a sorte dos que têm problemas.

Exu é revolucionário?

Liana — Não. Exu não é conformista, pois luta para resolver problemas e quebrar galhos dos seus fiéis, mas não é revolucionário. Exu não pretende romper as estruturas sociais inscritas no modelo econômico capitalista. Sua magia preenche o vazio deixado pela ausência de meios racionais adequados à solução dos problemas sociais e emocionais dos indivíduos. Exu não quer mudanças, quer dar um jeito para que os indivíduos melhorem de vida, mas dentro das regras do sistema.

Por que os Exus representam os marginalizados?

Liana — O fato de os Exus representarem grupos marginalizados — prostitutas, alcoólatras, delinquentes, migrantes homossexuais — revela a concepção que os indivíduos têm da condição social marginalizada, assim como de sua própria

condição de classe média e proletários. Para atingir os objetivos de ascensão social propostos pelo sistema, os indivíduos (e os Exus que eles invocam) precisam transgredir as normas e leis ditadas pela sociedade. Exu está no centro das contradições da sociedade, que impõe objetivos de evolução social mas não fornece meios para atingi-los. Nesse sentido, evolução social e espiritual se confundem. Por isso existe a divergência entre a doutrina umbandista oficial e a prática nos terreiros. As federações não permitem despachos nas encruzilhadas, tidos como práticas próprias dos negros africanos. Para que a umbanda seja mais amplamente aceita pelo sistema, pela sociedade, pelas classes médias, a doutrina oficial quer o embranquecimento dos Exus. Daí o argumento de que os Exus evoluirão espiritualmente se ficarem isentos dos ritos, despachos e demandas para o Mal. Os pais-de-santo, os fiéis, os donos dos terreiros, ao contrário, têm necessidade de se apegar ao Exu africano que atua para o Bem e para o Mal, pois sabem, pela sua própria condição de marginalizados, que para evoluir socialmente é preciso violar as interdições sociais, competir e lutar em uma relação onde predomina a ambigüidade, onde existe o Bem e o Mal.

Até que ponto Exu atinge a população brasileira?

Liana — Exu é muito conhecido e vivido pela maioria da população brasileira. Nessa pesquisa, tomei consciência de que os intelectuais desconhecem o significado desta entidade para a população. Isso mostra o abismo existente entre setores da classe dominante e o restante da população. Enquanto as classes dominantes brasileiras estão ligadas à cultura européia e norte-americana, a maioria da população vive uma realidade que nós ignoramos. Quando eu realizei uma conferência sobre Exu na Universidade de Aux-en-Provence, na França, quis mostrá-lo como parte integrante de uma situação social nossa, mas os europeus se interessavam mais pelo aspecto puramente exótico do culto, do ritual em si. Com os setores sociais pertencentes ao universo acadêmico, acontece coisa semelhante. Torna-se necessário que os nossos trabalhos acadêmicos se voltem mais para o conhecimento e a compreensão da nossa realidade social. Nada conhecemos dos sentimentos e emoções da maioria das pessoas que nos cercam. Elas estão desligadas das esferas de poder e decisão. São a maioria, mas são como estrangeiros para nós.

A umbanda sempre interessou aos governos

O governo brasileiro está "transando" com a umbanda e os umbandistas apreciam a corte feita pelo governo. Esta aproximação pode resultar na oficialização da umbanda como uma das religiões do Brasil.

Novidade? Nem tanto. Essa história de aproximar governo e umbanda é antiga. O general Góis Monteiro, ministro da Guerra de Getúlio Vargas, na ditadura do Estado do Novo, "prestigiava" os umbandistas. Adhemar de Barros, governador de São Paulo e eterno candidato a presidente da República nos anos 50 e 60, apoiava a umbanda em troca dos votos dos umbandistas, que ainda hoje garantem eleições para diversos parlamentares

que lhes dão cobertura.

A socióloga Maria Helena Concone Villasboas, da PUC de São Paulo, está fazendo uma pesquisa sobre as ligações entre a umbanda oficial (aquela representada pelas federações de umbandistas) e o movimento integralista brasileiro na década de 30. Havia algumas afinidades entre a religião umbandista e a ideologia integralista, particularmente em relação ao nacionalismo.

A atual aproximação entre o governo e a umbanda é muito fluida, mas pode ser detectada através de alguns fatos esparsos. O esforço da umbanda oficial para promover o "embranquecimento" dos rituais de terreiros, especialmente

para reprimir o Exu maligno, faz parte da política para obter a aceitação social e o reconhecimento do governo. Do lado do governo brasileiro, a oficialização da umbanda poderia se prestar a três objetivos político-diplomáticos: 1) incomodar, desmoralizar a Igreja Católica, que tem crescentes atritos com o governo, apoiada na lenda de que o Brasil é o maior país católico do mundo; 2) auxiliar na aproximação com os países africanos, cujos emissários, em suas visitas ao Brasil, são freqüentemente recepcionados em terreiros de umbanda; 3) exercer mais eficazmente o controle sobre a sociedade, pois a umbanda tem reconhecida influência sobre expressivas camadas da população brasileira.

10 COOPERATIVAS ESTÃO À SUA DISPOSIÇÃO DE JORNALISTAS

Jornais, revistas, boletins, fotografias, audiovisuais, programas de rádio ou televisão: as 10 cooperativas de jornalistas que existem no Brasil têm condições de realizar qualquer serviço jornalístico.

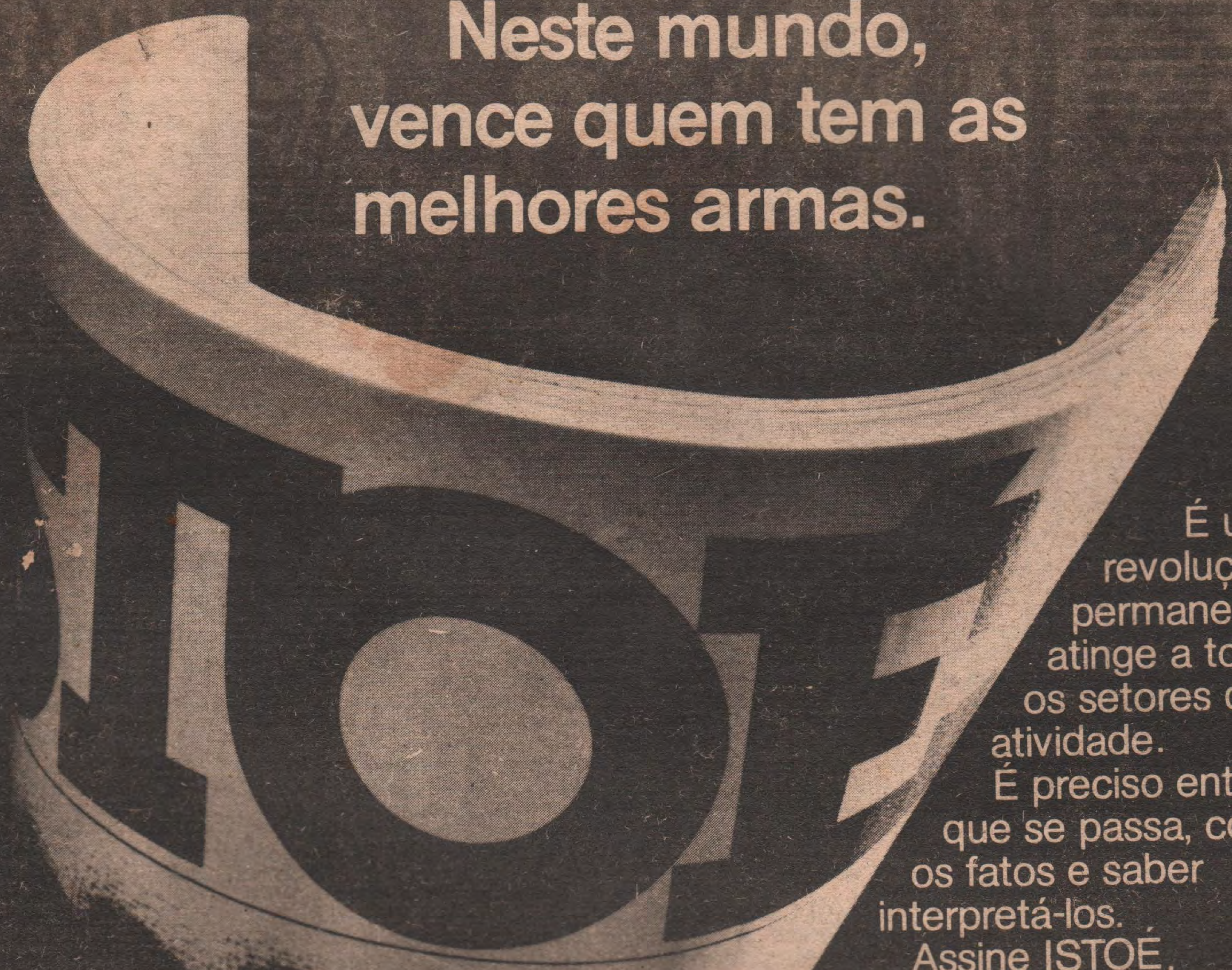
Tome nota dos endereços:

JORNACOOP — SÃO PAULO — rua Rego Freitas, 530 (sobreloja) 01220 — São Paulo — Fones: 256-7191 e 257-1633, JORNACOOP — SANTOS — rua Senador Feijó, 144, cj. 12, CP 797, fone 33-1822 — Santos — SP, COPJORNAL — rua Brasil, 1129, fone 23-3679 — Londrina — PR, COJORTIBA — rua Cruz Machado, 66, sala 908, CP 7258 — Curitiba — PR, COMCISA — av. Estados Unidos, 1, sala 910 — Salvador — BA, COOJORNAT — rua Felipe Ca-

marão, 358, Cidade Alta, fone 222-3087 — Natal — RN, COOJORNAPE — av. Dantas Barreto, 576, 10º andar, sala 1003 — Recife — PE, COOPIM — rua Evaristo da Veiga, 16, sala 508, fone 224-4343 — Rio de Janeiro — RJ, PROJORNAL — rua 72, 407, sobreloja, Centro, fone 223-6006 — Goiânia — GO, COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE BRASÍLIA — Setor de Indústrias Gráficas, 430 — Brasília — DF.

Neste mundo,
vence quem tem as
melhores armas.

formula



É uma
revolução
permanente que
atinge a todos
os setores de
atividade.

É preciso entender o
que se passa, conhecer
os fatos e saber
interpretá-los.

Assine ISTOÉ.

Semanalmente, uma equipe
de jornalistas vai ajudá-lo na
análise e na previsão dos
acontecimentos.

Você recebe a revista em casa ou
no escritório, sem problemas de
edições esgotadas, com garantia do
preço mesmo que aconteça alteração no
preço de capa.

E ainda recebe tudo que é necessário, em
matéria de jornalismo, para acompanhar as
transformações do mundo de hoje.

recorte aqui ✂

Assine
ISTOÉ

Aproveite a
oferta especial
para novos
assinantes!

economize até
cr\$1.956,00

Anexo ao
cupom, em
envelope
fechado, meu
cheque
nominal à
Encontro
Editorial Ltda.,
Av. Paulista,
2006 - 15º -
São Paulo -
CEP 01310

Pagarei
após receber
instruções

Sim! Quero assinar ISTOÉ. Minha opção:

2 anos	<input type="checkbox"/> Cr\$ 4.284,00 à vista	1 ano	<input type="checkbox"/> Cr\$ 2.520,00 à vista
	<input type="checkbox"/> Cr\$ 1.533,00 3 pagamentos		<input type="checkbox"/> Cr\$ 905,00 3 pagamentos

Nome _____
Endereço _____ Telefone _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____
CEP _____ Data _____ Profissão _____
Assinatura _____

Envie ainda hoje este cupon especial de assinatura
Oferta válida por tempo limitado

Não querendo recortar
faça uma cópia ou um pedido à parte. ⇨

SEQÜESTRO

OPERACIÓN SAPATO ROTO

Por OSMAR TRINDADE/RAFAEL GUIMARÃES

1

Pela cabeça de um capitão uruguaio passou a idéia de invadir o Brasil numa operação clandestina e levar de Porto Alegre o casal de uruguaio que era acusado de coordenar a distribuição de um boletim de um partido político clandestino — como de resto são clandestinos todos os partidos políticos do Uruguai. Um pouco de reflexão levou outro oficial mais graduado a pensar num contato com um coronel brasileiro do setor de informações. Era começo de novembro de 1978 e, em Montevidéu estava começando o seqüestro dos uruguaio Lilián Celiberti, Universindo Rodríguez Diaz e os dois filhos menores de Lilián.

Nos dias anteriores, investigando uma denúncia, agentes da Companhia de Contra-informações — um organismo ligado ao Departamento II que por sua vez se liga ao Alto Comando do Exército do Uruguai — haviam detido sete pessoas em Montevidéu, todas militantes do Partido por la Vitoria del Pueblo (PVP) e empenhadas na distribuição de um jornal da agremiação. O primeiro detido fora Carlos Amado Castro Acosta, através do qual os agentes uruguaio chegaram a Luís Alonso (Lito), Rosário Pequito Machado, German Steffen e seu filho Rony Steffen, Marlene Chauquelt e Ana Salvo.

Interrogados sob tortura, alguns deles acabaram confessando contatos que mantinham em Porto Alegre. Foi principalmente Rosário Pequito Machado quem deu a pista: ela disse que costumava vir com freqüência para se encontrar com Lilián e Universindo. Naquela altura, a operação que ganhara como código o nome de **Sapato Roto**, já envolvia todo o Alto Comando do Exército do Uruguai.

O general Gregório Goyo Alvarez era o comandante geral, que seria substituído ainda no final daquele ano pelo general Luís Queirolo; o coronel Calixto de Armas chefiava o Departamento II, imediatamente subordinado ao Alto Comando e com comando direto sobre a Companhia de Contra-informações; o major Carlos Rossel (codinome **Gustavo**) chefiava a Companhia e seu imediato era o major Bassani; o capitão Eduardo Ramos, chefe da Seção Técnica, comandava os interrogatórios; os capitães Clauco Yannone (codinome **Xavier**) e Eduardo Ferro (codinome **Guilherme**) coordenavam as operações.

Foi Eduardo Ferro quem sugeriu invadir o Rio Grande do Sul para levar Lilián e Universindo. Foi Calixto de Armas quem vetou a iniciativa e promoveu os contatos com um coronel brasileiro, que no Uruguai era mencionado como "o chefe do Dops" de Porto Alegre. Entre os dias 7 e 9 de novembro, chefiada por Clauco Yannone e Eduardo Ferro, a **Operación Sapato Roto** tomou o caminho do Brasil, para entrar pelo posto da Polícia Federal da Vila Chuí e, com pleno conhecimento dos setores de informação da polícia política do Rio Grande do Sul. Na noite de 12 para 13 de novembro, os dois oficiais uruguaio retornaram ao Uruguai conduzindo Lilián, Universindo e as duas crianças de Lilián, escoltados por policiais brasileiros. Mas na mesma noite um deles, Eduardo Ferro, voltou a Porto Alegre trazendo apenas Lilián Celiberti. Reapareceu às pressas alguns dias depois. Trocaram de hospedagem por dois dias e seguiram para Montevidéu, onde ainda teria que ser montada uma incrível história de um casal armado e acompanhado por duas crianças que tantara invadir a fronteira de seu país...

2

Em Porto Alegre, Lilián Celiberti foi seqüestrada na manhã do dia 12 de novembro, um domingo, na Estação Rodoviária. Naquele local foi vista acompanhada pelo delegado Pedro Seelig, do Dops, para onde foi levada. Num dos

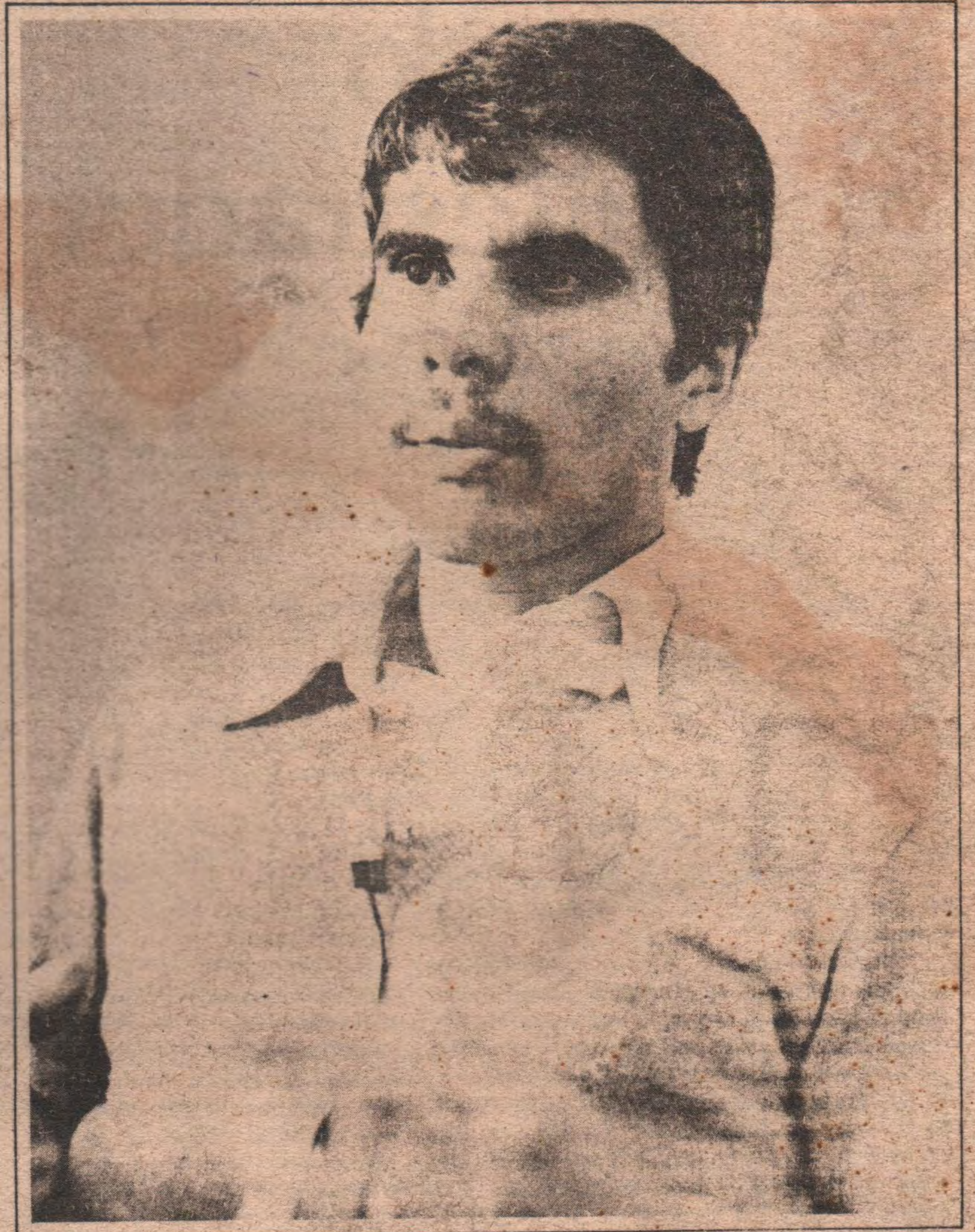
Em novembro de 78, Oficiais da Companhia de Contra-informações do Exército do Uruguai seqüestraram Lilián e Universindo, com a ajuda do Dops gaúcho. São as revelações do ex-soldado uruguaio Hugo Walter Garcia Rivas, um dos seqüestradores.

bolsos de Lilián, encontraram seu endereço que há três ou quatro dias era procurado: rua Botafogo, 621, apartamento 110. Lá, por volta do meio-dia, quando saíram para ir a um estádio de futebol, foram detidos Universindo e os dois filhos de Lilián, Camilo e Francesca.

No Dops, se reuniram todos os detidos em Porto Alegre e mais Luís Alonso, Rosário Pequito Machado e Marlene Chauquelt, que os capitães Ferro e Yannone haviam trazido de Montevidéu para ajudar a localizar Lilián e Universindo. À noite, em quatro veículos brasileiros — um volks bege e outro azul claro e duas Brasília azul-marinho —, todos foram levados ao Chuí, de onde Lilián retornaria acompanhada pelo capitão Eduardo Ferro na madrugada do dia 13. Dessa tarde de domingo no Dops, ficou uma testemunha em drama de consciência posterior: a falecida escritora Faustina Elenir Severino, que substituiu uma colega no plantão interno e teve de cuidar das crianças.

No apartamento de Lilián montou-se uma **campana** ou uma **ratonera** (ratoeira), como preferiam os uruguaio. Havia interrogatórios quase ininterruptos feitos pelo capitão Eduardo Ferro, enquanto três ou quatro policiais brasileiros se revezavam na cobertura. Uma vizinha do edifício ouvia um rádio que recebia e retransmitia informações em código ("Alô Franca. Paris chamando..."). Na tarde do dia 17 de novembro, o chefe da sucursal da revista **Veja** em Porto Alegre, Luiz Cláudio Cunha, recebeu a informação de São Paulo: uma pessoa que dizia chamarse **Eduardo**, avisava que havia um casal de uruguaio e duas crianças presumivelmente desaparecidos em Porto Alegre. E complementava com os nomes e o endereço de Lilián.

No apartamento da rua Botafogo, Luiz Cláudio e o fotógrafo João Baptista Scalco foram recebidos inicialmente por



Lilián e, em seguida, pelos revólveres empunhados pelos policiais João Augusto da Rosa (**Irno**) e Orandir Portassi Lucas (**Didi Pedalada**). Pelas costas, foram cercados por outro policial, Juares Perrone (**Picanha**), que seguia os jornalistas desde a entrada nos jardins do edifício. Luiz Cláudio e Scalco só denunciariam o fato na segunda-feira e na mesma sexta-feira Lilián foi vista pelos vizinhos sendo retirada do apartamento para ser levada ao Dops e daí ao Chuí. Do ponto de vista dos militantes uruguaio e dos policiais brasileiros, estava encerrada a operação.

3

O segundo capítulo do relato deste episódio só foi possível montar pela insistência do trabalho de jornalistas, do advogado de Lilián — Omar Ferri — e do promotor Dirceu Pinto, que representa o Ministério Público no processo que tramita na 3ª Vara Criminal da Justiça de Porto Alegre. O primeiro capítulo é recente mas se ajusta ao segundo pelas evidências já conhecidas. Foi fornecido por Hugo Walter Garcia Rivas, 23 anos, ex-soldado do Exército do Uruguai, que

era fotógrafo e agente da Companhia de Contra-informação.

Garcia Rivas chegou ao Brasil no dia 26 de abril último, um sábado. Vinha disposto a contar sua história e arranjar dinheiro para abandonar definitivamente o seu país em companhia da mulher e de um filho de 14 meses. Procurou o advogado Omar Ferri, não o encontrou e foi até o jornal **Zero Hora**, em Porto Alegre, a procura do jornalista Paulo Maciel, a quem disse já conhecer de nome. Ao jornal, vendeu um depoimento e 31 fotografias — várias delas de militares uruguaio envolvidos no seqüestro — por seis mil dólares (aproximadamente Cr\$ 300 mil).

Pelo advogado Omar Ferri foi encaminhado ao Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (Sijau), que tem sede em Paris e é representado em São Paulo pelo advogado Belisário dos Santos Júnior. De lá, saiu para Oslo, Noruega, na condição de refugiado. Ao Sijau ele prestou um depoimento de mais de 40 horas e posteriormente foi apresentado a um pequeno grupo de jornalistas, aos quais detalhou o conjunto de sua versão e questões específicas que poderiam dar crédito ou não ao seu depoimento.

Na região da Vila Chuí, onde Garcia Rivas afirma ter se desenvolvido a parte mais importante da **Operación Sapato Roto**, foram confirmadas as referências que ele forneceu. Lá reside seu pai, Orosman Garcia, um ex-sargento do Exército do Uruguai que cuidou do Parque de Santa Teresa e construiu, há alguns anos, as cabanas que foram utilizadas durante o seqüestro de Lilián e Universindo. O velho confirma que seu filho ingressou no Exército em 1975 e que algum tempo depois transferiu-se para a Companhia de Contra-informações. Sabe que ele havia pedido desligamento do Exército mas alega desconhecer as intenções do filho ao abandonar o país. "Soube que ele foi para o Brasil com a família mas não recebi nenhuma notícia sua", disse Orosman Garcia ao **Coojornal**, quando recebeu a notícia de que o filho já estava para sair do Brasil para a Europa. "Ele é adulto, sabe o que faz e não tinha mesmo porque me dar satisfações, se não quisesse dar".



Orosman Garcia com a mulher e a filha: "Hugo deve saber o que faz".

SEQÜESTRO

As revelações do seqüestrador

Hugo Walter Garcia Rivas, ex-soldado uruguaio, conta em detalhes como a operação foi executada

— Quando você ingressou no Exército?

— Em 1975, no Comando Geral do Exército. No final de 1976 fui transferido para a Companhia de Contrainformação do Exército, que está diretamente ligada ao Departamento II do Estado Maior do Exército. Eu não pedi a transferência, mas disseram que eu passaria para a Companhia.

— Porque você ingressou no Exército, se no Uruguai o serviço militar não é obrigatório?

— Aos 18 anos eu tinha completado o Liceu e não estava disposto a continuar estudando, vivia aquelas indefinições da idade. Então resolvi ingressar no Exército.

— Onde você nasceu e foi criado?

— Eu sou natural do Chuí, na fronteira com o Brasil mas fui criado em Montevidéu. Meu pai era sargento do Exército e depois retirou-se, indo trabalhar como construtor civil no Chuí. Somos seis irmãos e eu sou o mais velho.

— Quais são as funções dessa Companhia de Contrainformação?

— Sua tarefa específica deveria ser desenvolver vigilância e informação dentro do próprio Exército. Mas a Companhia passou a realizar tarefas em outro nível, no plano político da investigação sobre civis, prendendo e interrogando pessoas.

— Quais foram as suas primeiras tarefas nesse organismo?

— Sempre trabalhei como fotógrafo. Como civil, eu já era fotógrafo, embora não fosse profissional. Havia aprendido fotografia com um amigo da família. Passaram-me para a Companhia porque eu não tinha instrução militar — quem serve no alto Comando não tem instrução militar. E na Companhia querem quem não tinha preparação militar, que não se comporte como militar, em virtude das tarefas de inteligência que deve realizar. Mas eu era um agente, não apenas um fotógrafo. Devíamos andar na rua ouvir conversas. Íamos a estádios de futebol, a locais onde se reúne muita gente, lugares públicos.

— Por que você pediu desligamento do Exército?

— Desde que comecei a trabalhar na Companhia não gostei do tipo de tratamento que era dado aos presos, às pessoas em geral. Ainda em 1977 pedi para sair mas não me deixaram. É muito difícil conseguir o desligamento, porque a pessoa já está conhecendo muita coisa e os oficiais não costumam dar o desligamento. Até que em dezembro de 1979, quando houve uma troca de comando, eu pedi o desligamento ao novo comandante e este concedeu-me.

— Qual o motivo que o levou a denunciar atividades tidas como secretas do Exército uruguaio?

— Quando eu saí fizeram-me assinar uma declaração comprometendo-me a não relatar nada do que eu havia visto ou tomado conhecimento durante a minha permanência na Companhia. Eu ganhava 2.200 pesos (Cr\$ 11 mil, aproximadamente) no Exército e este também era um dos motivos pelos quais eu queria sair. Eu pensava em ir trabalhar no interior. Depois que me desliguei, um ex-colega falou-me que na Companhia queriam que eu voltasse, que eu sabia muita coisa e que isso era perigoso. Falou-me de al-

gumas pressões para que eu retornasse. Aí eu resolvi abandonar o país, lembrando-me que minha mulher tem um tio no México e que poderíamos ir para lá.

— Conte como começou a operação para seqüestrar Lilián Celiberti, Universin-do Diaz e os filhos de Lilián em Porto Alegre.

— Começou quando uma informação anônima transmitida ao Comando Geral do Exército levou à prisão de Carlos Amado Castro Acosta, um militante do Partido por la Victória del Pueblo (PVP), em Montevidéu. O Alto Comando informou à Companhia que em determinada residência da Villa Colón essa pessoa poderia ser localizada e detida. Investigando, soube-se que ali era a residência de seus pais, onde ele ia todos os dias visitar uma filha pequena. Num dos primeiros dias de novembro de 1978, montamos um esquema, entre quatro agentes — eu estava entre eles —, para prendê-lo. Fomos por volta da meia-noite para o local e o prendemos por volta das 10 horas do dia seguinte. Ele tinha um esquema de segurança com sua mãe, senti que não devia entrar na casa e tentou se afastar mas foi detido em seguida. A seguir, e através de suas declarações, foram detidos também Luís Alonso, Rosário Pequito Machado, German Steffen e seu filho Rony Steffen, Marlene Chauquelt e Ana Salvo. Todos pertencentes ao PVP.

“Cogitou-se uma operação clandestina”

— Você presenciou os interrogatórios dessas pessoas?

— Vi interrogarem a Rosário Pequito Machado. Ela foi torturada *notacho*, como se diz no Uruguai. É um tanque cortado ao meio, cheio de água. O preso fica deitado sobre uma tábua, com um capuz impermeável, e a cabeça da pessoa fica mergulhada na água. Depois foi algemada com as mãos às costas e pendurada pelas mãos. A mantinham nua. Assim permaneceu quatro dias. Desmaiava, a reanimavam e voltavam a colocá-la na mesma posição.

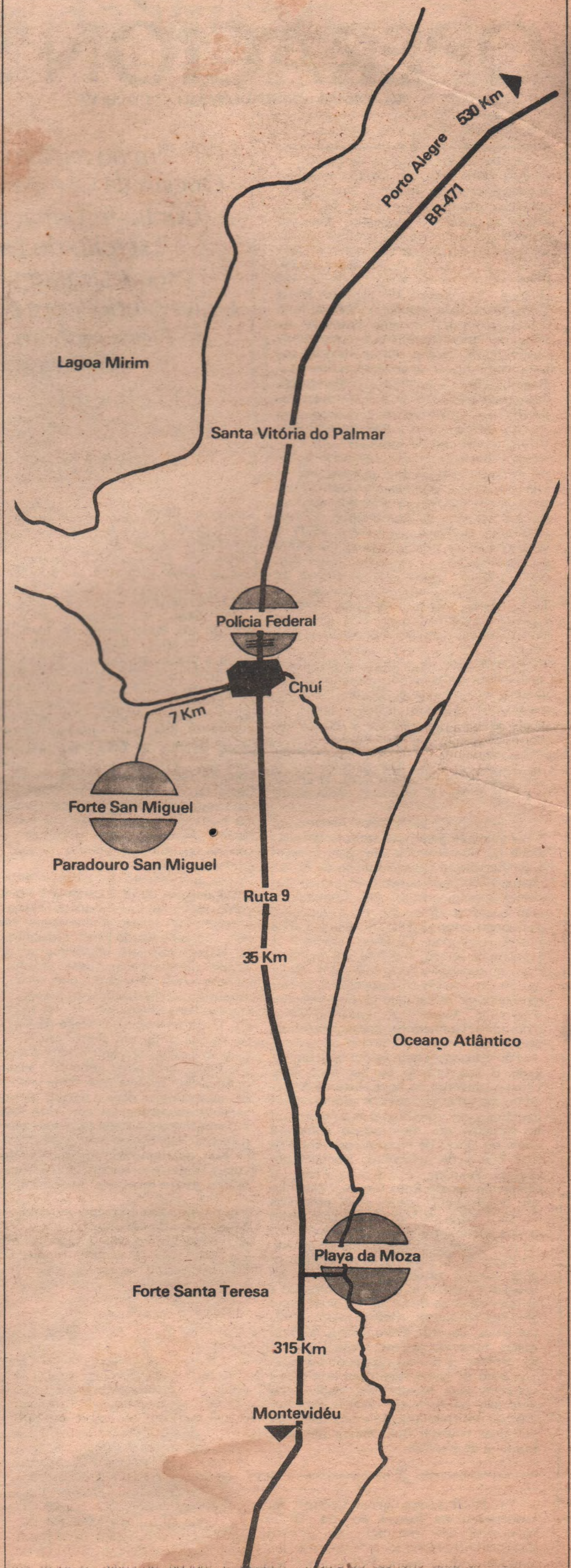
— Quem comandava e quem participava das torturas?

— O interrogatório era dirigido pelo capitão Eduardo Ramos, que era o chefe da seção técnica da Companhia. Estavam ele e uns companheiros meus, subalternos, dos quais não quero mencionar os nomes porque eram subalternos e cumpriam ordens. Dos presos queria saber-se sobre a distribuição de um jornal chamado *Compañero*, que é do PVP e era distribuído por eles em Montevidéu.

— Como processou-se a seqüência das operações a partir das prisões realizadas em Montevidéu?

— Pelos interrogatórios soube-se que algumas dessas pessoas tinham contatos em Porto Alegre. Foi particularmente Rosário Pequito quem deu a informação sobre Porto Alegre. Os oficiais chegaram a cogitar de vir a Porto Alegre para prender essas pessoas sem fazer nenhum contato com a polícia brasileira. Foi o pri-

O ROTEIRO DO SEQÜESTRO



SEQÜESTRO



meiro que se cogitou: de uma operação clandestina no Brasil. Em seguida o chefe do Departamento II naquela época o coronel Calixto de Armas, disse que isso era impossível, que era necessário contactar a polícia brasileira.

— O coronel Calixto de Armas consultou seus superiores sobre essa operação no Brasil?

— Não. Ele é uma pessoa muito bem conceituada entre seus superiores, de posições firmes, com muita capacidade de comando. Antes de ir para a função onde estava, ele estivera no Paraguai, até 1976, como agregado militar, eu creio. O coronel Calixto de Armas entrou em contato com alguém em Porto Alegre, com um coronel também, cujo nome nunca foi mencionado. Soube que era um coronel através de um sargento que era mão direita do coronel Calixto de Armas, o sargento Miguel Rodriguez. Primeiro vieram a Porto Alegre o capitão Eduardo Ramos e o maior Bassani, que naquela época esteve uma semana como comandante interino da Companhia, porque o major Carlos Rossel, que era o chefe, andava ausente. Depois o próprio major Rossel viajou para acertar outros detalhes. Foi estabelecido um código especial — de conhecimento apenas dos oficiais — para as comunicações por telex com Porto Alegre.

“Vi Didi Pedalada em San Miguel”

— Qual foi a data do início da viagem a Porto Alegre e como se processou?

— Não me lembro o dia, talvez entre uma terça e uma quinta-feira, no começo ainda de novembro. Viajamos com um caminhão de três toneladas, com um furgão cedido pela Comissão Administradora de Abastos (Abastecimento de carnes), da qual era interventor o capitão Armando Mendez, também integrante da Companhia. No caminhão viajavam os quatro detidos: Luis Alonso, Rosário Pequito Machado, German Steffen e Marlene Chauquelt, todos encapuzados e sob custódia. Ia também uma Kombi amarela, fechada como o caminhão, e um Fiat 128. No Fiat viajavam os oficiais Eduardo Ferro e Glauco Yannoni. Na Kombi, que foi levada prevendo o retorno de um número maior de prisioneiros, viajavam eu e um companheiro apenas. Paramos na fronteira com o Chui, onde German Steffen dizia haver marcado um contato com alguém que viria do Brasil mas que não ocorreu. Eu fiquei com Steffen num hotel de San Miguel e os demais seguiram para Porto Alegre.

— Como foi a passagem pela fronteira?

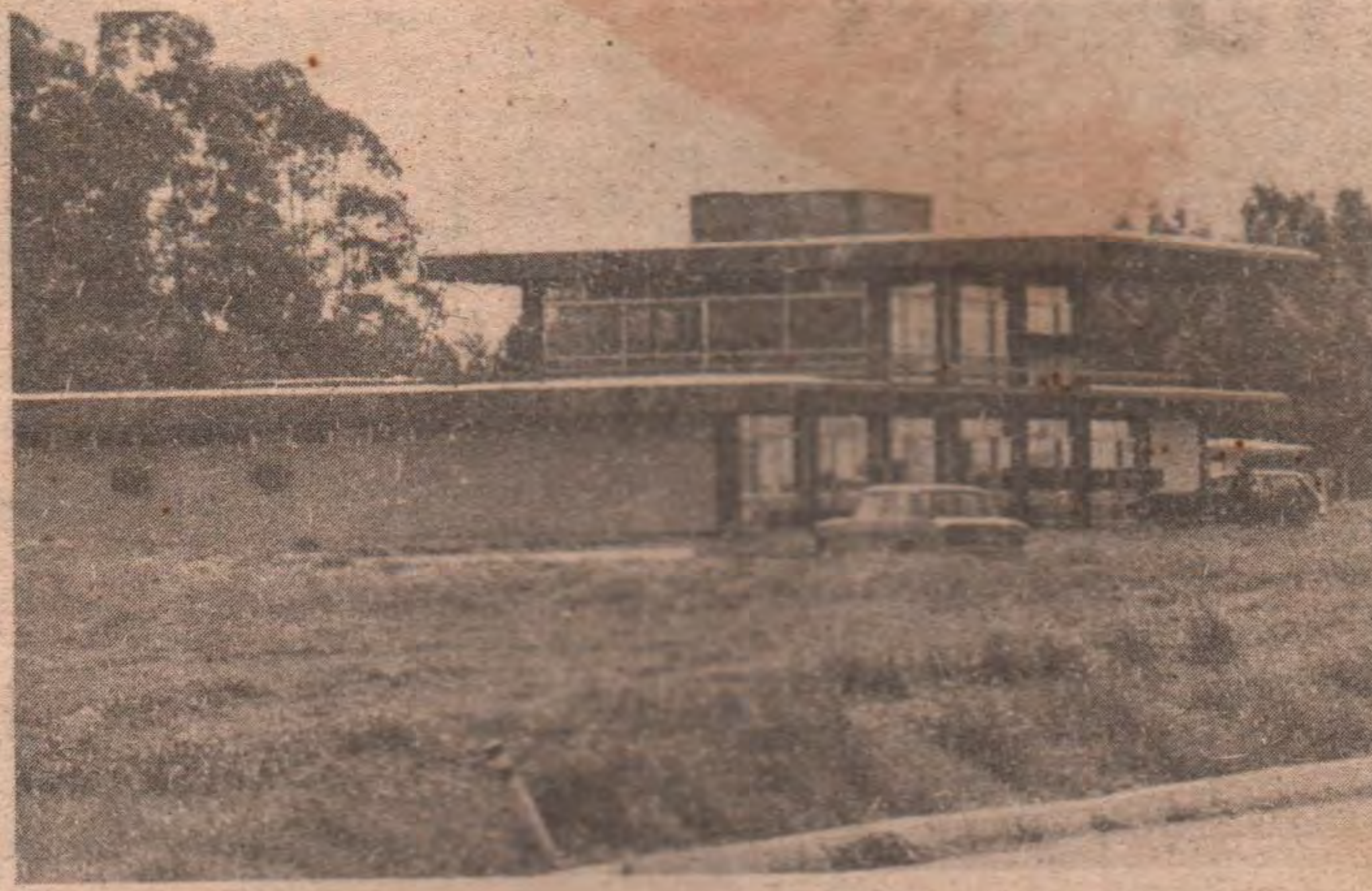
— No posto de controle da alfândega, segundo eu soube, havia uma comunicação prévia para não interromper os carros uruguaios, que se dirigiram ao posto da Polícia Federal do Brasil. De lá os três detidos — Luis Alonso, Rosário Pequito Machado e Marlene Chauquelt — e mais os oficiais Eduardo Ferro e Glauco Yannoni seguiram em automóveis da polícia brasileira, não sei se da Polícia Federal ou do Dops. Fiquei em São Miguel com todo o pessoal subalterno. Passados dois ou três dias retornaram os oficiais com os três detidos, mais Lilián, Universindo e as duas crianças de Lilián. Nos chamaram para que fossemos buscá-

Os três locais utilizados no seqüestro: o Paradoiro San Miguel, próximo à fronteira; as cabanas das oficiais uruguais, no Parque Santa Teresa, e as dependências da Polícia Federal, no Chui.

los na Polícia Federal brasileira, no Chui. Era pouco depois da meia-noite quando nos chamaram. Nessa mesma madrugada retornaram para Porto Alegre o capitão Ferro, Lilián e os três brasileiros que haviam ido junto.

— Você tem certeza que nas duas vezes eram usadas as dependências da Polícia Federal?

— Sim, tenho certeza. Era o posto da Polícia Federal. Tinha alguma coisa assim como uma placa indicando o local de plantão, me lembro. Antes tínhamos ouvido falar muito em Dops. Falava-se em contatar o Dops para isto ou aquilo em relação à essa operação. Só não sabia-se os nomes das pessoas ou da pessoa com quem tratavam as coisas no Dops. O sargento Miguel Rodriguez foi quem me explicou que o Dops era um órgão policial mas que quem dirigia era um coronel, e foi ele também quem me falou no delegado Pedro Seelig, dizendo que



era uma pessoa muito importante no Dops. Quando voltaram pela primeira vez de Porto Alegre foi que vi Didi Pedalada. Esse sargento Miguel Rodriguez foi quem apontou ele e falou que havia sido jogador de futebol. Os outros dois policiais que acompanhavam os oficiais uruguaios não sei quem eram.

— Quando o capitão Ferro retornou a Porto Alegre com Lilián o que lhes foi dito sobre isso?

— Ficamos em cinco ou seis policiais cuidando os detidos. Dizia-se que haveria um contato no outro dia no apartamento onde residia Lilián e que estavam retornando para ver se apanhavam essa pessoa que deveria ir se encontrar com ela. Alguns dias depois retornaram, numa madrugada, e de manhã saímos de São Miguel para as cabanas de Santa Teresa, porque em São Miguel estávamos muito perto da fronteira. Foi isso o que nos disse o capitão Ferro.

Uma cabana perto do mar

Segundo o depoimento de Hugo Walter Garcia Rivas, os militares uruguaios utilizaram dois recantos históricos de seu país, no seqüestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodrigues Diaz. De início, eles ocuparam o Paradoiro San Miguel, localizado no parque do mesmo nome, a sete quilômetros da Vila do Chui, que divide o Brasil e o Uruguai. Depois, transferiram a operação para o Parque Nacional de Santa Teresa, a 35 quilômetros da fronteira.

O Parque San Miguel está situado numa região montanhosa, com espessa vegetação. Tem uma área de 1.600 hectares e é considerado um parque outonal. Pertence ao Serviço de Parques e Museus do Ministério do Exército (Sepame), órgão diretamente subordinado ao Ministério de Defesa Nacional. Na região está localizado o Forte San Miguel, uma fortaleza de pedra que ocupa uma área de 3 mil metros quadrados. Ele começou a ser construído quando o Uruguai estava sob o controle dos portugueses e foi terminado em 1737, quando os espanhóis já dominavam o país.

Em torno do Forte, estão localizados os outros prédios do parque: a Casa de Administração da Sepame, um museu, um quartel do Exército e o Paradoiro San Miguel que, em novembro de 1978, abrigou participantes do seqüestro. É um prédio de pedra, estilo espanhol, com dois andares e um subsolo, 23 quartos, adega, piscina e restaurante. Foi construído entre 1942 e 1948. Atualmente, é administrado pela Direção Nacional de Turismo, ligado ao Ministério do Interior, e explorado em concessão. Anos atrás, quando o cruzero ainda era forte em relação à moeda uruguia, o local era muito frequentado por turistas brasileiros.

A diária completa custava Cr\$ 1.760,00.

Santa Teresa é considerado parque de verão, pois fica no litoral. Sua área é de 12 mil hectares, cobertos por árvores. Nela está o Forte de Santa Teresa, feito de pedra, numa área de 16 mil metros quadrados. O forte, visto de cima, tem a forma de uma estrela de cinco pontas. Foi construído pelos espanhóis em 1772 e reformado na década de 40.

Na área, está a administração dos Parques Oceânicos, que controla todo o turismo na região, incluindo o Parque San Miguel. Todo o serviço de manutenção de Santa Teresa é feito por soldados do Exército. Além do forte, o parque possui áreas para acampamento, um mini-zoológico, churrasqueiras e algumas pequenas praias de mar.

Numa delas, a Playa de la Moza (Praia de Moça), ficam as 10 cabanas do Exército que os oficiais usam para passar as férias. Apenas uma tem dois andares, justamente a que foi utilizada pela Companhia de Contrainformações para alojar os prisioneiros. As cabanas ficam a cerca de 100 metros do mar. Logo após ter sido entregue aos avós, o menino Camilo afirmou que no lugar onde esteve, após o seqüestro, ele ouvia o barulho das ondas.

Para os brasileiros, a denúncia mais grave é a utilização das dependências da Polícia Federal, durante a operação. O prédio de dois andares fica a dois quilômetros da Vila do Chui, no mesmo local onde funciona a fiscalização da Receita Federal. A Vila do Chui é separada por uma avenida que divide os dois países. De um lado moram os brasileiros e, do outro, os uruguaios. Ao todo, a população atinge cerca de 12 mil pessoas. A Vila fica a 530 quilômetros de Porto Alegre.

— De quem eram as instalações ocupadas em São Miguel e em Santa Teresa?

— Para usar esses lugares pediu-se autorização para o chefe dos parques de Santa Teresa e de São Miguel, que era o major Nery Castellanos. As cabanas de Santa Teresa pertencem ao comando Geral do Exército, que as ocupam durante o verão na praia. Elas ficam distantes 40 ou 50 metros da praia. As crianças de Lilián ficaram numa dessas cabanas e os outros detidos numa cabana maior, de dois pisos. Durante a estadia em São Miguel eu não vi as crianças, que estavam encerradas, eu creio. Havia um companheiro nosso com a missão específica de cuidá-las.

— Houve tortura de presos em Santa Teresa?

— Lilián foi torturada. Foi improvisada uma grande bacia para imersão e ali era torturada pelo capitão Ferro, um homem que gosta muito de participar diretamente dos interrogatórios. Perguntavam-lhe por mais nomes, queriam que ela indicasse outras pessoas no Brasil para passar as informações ao Dops. Perguntavam por Lalo ou Hugo, que segundo diziam, deveria estar em São Paulo.

“Fiz as fotos para os dois passaportes”

— Como e quando foi a retirada de Santa Teresa para Montevideú?

— Ao retornar com Lilián, o capitão Ferro falou no problema que havia ocorrido com a presença de jornalistas no apartamento e essa foi uma das razões para nos afastarmos um pouco mais da fronteira. ele dizia, meio que fanfarrando: “Se hubieran visto la cara del periodista quando le meti la pistola en la boca!” Permanecemos mais ou menos 48 horas em Santa Teresa e saímos para Montevideú pela Ruta 9. Os detidos iam todos juntos no caminhão, que também carregava alguns objetos trazidos de Porto Alegre: roupas, um rádio-gravador, uma máquina de fotografia e uma máquina de escrever. Na Kombi seguiram as crianças e no Fiat os dois oficiais. Chegamos por volta da meia-noite a Montevideú. Os presos ficaram na Companhia e as crianças foram para um apartamento do Exército no centro de Montevideú. Todos os presos foram interrogados e torturados de novo na Companhia, numa oficina mecânica onde são feitos interrogatórios, com um rádio ligado a todo o volume para que não sejam ouvidos os gritos. O capitão Ferro e o major Rossel comandavam os interrogatórios. Um dia me pediram com toda a urgência para tirar fotos de Lilián e Universindo, para fazer-lhes documentos falsos. O sargento Obdulio Custódio, meu chefe na fotografia, foi fazer fotos das crianças no apartamento onde estavam para que também lhes fizessem documentos falsos. Me mandaram também tirar fotos do passaporte de Universindo, um passaporte espanhol.

— Você tomou conhecimento de que Lilián e Universindo foram acusados de tentar entrar no Uruguai portando armas?

— Eu mesmo tirei essa fotografia para enviar ao juiz. Eles foram fotografados junto com armas da própria Companhia. Depois foi feito um comunicado que saiu nos jornais dizendo que eles tinham uma mala com fundo duplo para carregar armas. Ainda fotografamos exemplares do jornal *Compañero*, do PVP, que disseram que eles estavam carregando.

— Por que você não menciona nomes de subalternos que participaram da operação, como a pessoa que ficou encarregada de cuidar as crianças?

— Prefiro não mencioná-los porque acho que eles estavam numa situação igual a minha, ou seja, cumpriam ordens. Quem sabe alguns deles até tenham vontade de abandonar o que são obrigados a fazer. Mas na Companhia se cumpre ordens e ninguém pode se negar a alguma tarefa. Ouvi companheiros dizerem que tinham vontade de abandonar aquilo.

— Era comum fabricar documentos falsos na Companhia?

— Na Companhia há muitos passaportes estrangeiros. Não sei como

(*) Os jornalistas Luiz Claudio Cunha e J.B. Scalco, testemunhas do seqüestro afirmaram que o homem que lhes apontou uma arma no apartamento de Lilián era o inspetor João Augusto da Rosa, o Iro, na época lotado no Dops gaúcho.

SEQÜESTRO

foram obtidos. Havia formulários para fazer cédulas argentinas. Numa oportunidade fizemos uma cédula falsa para o próprio comandante chefe do Exército, Luís Queirolo. Era um caso muito especial porque ele queria um documento falso com seu próprio nome, mas não queria tirar fotos novas e tampouco fazer a impressão digital. Mas quem vai contrariar o comandante?...

— **Chegando a Montevideu o que ocorreu com os detidos e as crianças?**

— Chegamos todos juntos, mandaram levar as crianças para esse apartamento que fica na Calle Rio Negro mas não sei exatamente onde. Fui dispensado com ordem de apresentar-me no dia seguinte, no horário habitual. Foi na volta que soube que o major Rossel também estivera no Brasil durante o seqüestro e que viajaria de novo naquela semana para Porto Alegre.

— **Quem você acha que estava no apartamento de Lilián naquele dia que a operação foi interrompida pela presença dos jornalistas, em Porto Alegre?**

— Estou seguro que estavam o capitão Ferro e o major Rossel. Há uma outra pessoa que eu tenho dúvidas se não estava também em Porto Alegre que é o major Bassani.

"Universindo e Lilián iam morrer"

— **Além das fotos para os documentos, foram tiradas outras fotos dos detidos e das crianças?**

— Eu tirei outras fotos de Lilián e Universindo. Me disseram que queriam fotos deles rindo ou meio sorridentes, não sei com qual finalidade. Sei que o sargento Obdulio Custódio foi ao apartamento da mãe de Lilián, alguns dias depois para tirar fotos das crianças. Também não sei a que se destinavam, mas certamente não eram para documentos porque não eram fotos padrão como as que são usadas em documentos. Uns quatro ou cinco dias depois de estarem todos em Montevideu vi que Lilián estava numa cela com a porta aberta. Perguntei porque estava aberta a cela e me responderam que ela havia tentado suicidar-se.

— **Você ouviu falar no destino que se pretendia dar a Lilián e Universindo depois do seqüestro?**

— Ouvi o capitão Ferro dizer a outro oficial, em certa ocasião: "Depois de trazer os do Brasil, para evitarmos problemas, os liquidamos e pronto". Acredito que o aparecimento dos jornalistas e a descoberta do seqüestro mudou muito os planos. Logo no começo lá no Uruguai pensavam que a imprensa brasileira seria proibida de noticiar. Depois soubermos que o Dops estava tendo problemas e que os nomes de Pedro Seelig e Didi Pedalada estavam sendo acusados.

— **O comandante em chefe das Forças Armadas de então, general Gregório Alvarez, tinha conhecimento dessa operação?**

— O que eu posso dizer é que dessa operação participou unicamente a Companhia, sem a colaboração de ninguém mais. Mas quando começaram as repercussões do seqüestro no Brasil já estava Luís Queirolo como comandante. O capitão Iduardo Ferro e o major Carlos Rossel iam com freqüência despachar com Queirolo em função desse problema. A Companhia é o órgão que cede os homens para a segurança de Queirolo, pelo menos três à sua disposição sempre. Mas não houve nenhuma investigação interna por causa desse fato. O que houve foi transferência por questões de segurança dos oficiais que participaram: o capitão Ramos, o capitão Ferro, o major Rossel e o major Bassani foram todos transferidos para outras funções.

— **O pessoal da Companhia usa codinomes para atuar?**

— A Companhia tem cerca de 90 pessoas, todas sob numeração. Os oficiais têm codinomes. O chefe do Departamento é mencionado por uma espécie de código, *Rojo maiz*, para identifica-lo. O major Yannoni era Xavier, o major Rossel era Gustavo, o capitão Ferro era Guiller-

mo. No caso do chefe do departamento é uma indicação para comunicações por rádio, por exemplo.

— **A operação para prender os militantes do PVP teve alguma denominação especial?**

— Chamava-se Operación Sapato Roto. Tínhamos certeza que era um seqüestro porque todas as detenções feitas pela Companhia, por não serem detenções oficiais, são consideradas seqüestros. Quando começou a operação não houve nenhuma recomendação especial. Apenas fomos todos chamados para operar, como se fazia sempre. Depois dos fatos passados e com a repercussão que alcançou no Brasil é que fomos chamados pelo major Carlos Rossel e ele nos recomendou para guardar absoluto sigilo. Nesse período chegavam recortes de jornais brasileiros que noticiavam o fato, o que deixava os oficiais um pouco intranqüilos.

— **Quais os vínculos da Companhia com a Ocoa (Organismo de Coordinación de Operaciones Antisubversivas)?**

— Vínculos permanentes não existiam, salvo a troca de informação. Os dois organismos fazem coisas semelhantes. A Companhia foi criada para trabalhar dentro das Forças Armadas, na contra-informação, para evitar a fuga de informações. A verdade é que nunca esteve restringida a isso, mas sim passou a trabalhar em setores de combate aos opositores do governo, um trabalho que seria da Ocoa. O seqüestro, por exemplo, seria uma tarefa da Ocoa. Mas a Companhia começou e creio que por isso levou até o final. Acho que até uma questão de competição para ver quem realiza os melhores trabalhos.

— **No período seguinte ao seqüestro quais foram as tarefas que você desempenhou?**

— Fizemos diversas. Uma delas, e mais constante, era vigiar a casa da mãe de Lilián e controlar as pessoas que chegavam ou saíam. Todos eram controlados. Além disso, o telefone da sua casa estava permanentemente controlado desde a Chetatura de Polícia. Todos os dias tínhamos que ir à chefatura buscar as fitas com as gravações para a Companhia. As visitas da mãe, a Lilián, também eram controladas. Sempre que havia visita, ia alguém da Companhia para colocar microfones. Nesse caso, o Batalhão da Infantaria n.º 13 solicitava. Inclusive quando o embaixador da Itália foi visitá-la foi feito esse trabalho de escuta.

— **Foi a Companhia que fez o seqüestro do pessoal do PVP em Buenos Aires, em 1976?**

— Não posso afirmar. Eu tive informações que a Companhia participou de uma operação, quando trouxeram três

adultos e duas crianças para o Uruguai. Mas não sei de que organização eram esses detidos.

— **Como soube-se na Companhia que a Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil iria a Montevideu logo depois do seqüestro e quais as providências tomadas?**

— Soube-se no mesmo dia que ela deveria chegar. Sabíamos até o número do voo e a hora de chegada. Eu e outros companheiros participamos da vigilância, o controle que deveria ser feito. Fotografamos a comissão desde o terraço do aeroporto e depois fomos controlar seus movimentos desde uma janela do palácio do governo que dá vistas para o hotel onde ela se hospedava. Fui eu que telefonei, de um bar, para o doutor Ferri avisando-o que estavam sendo controlados. Avisei porque achei que deveria tomar essa providência. Eu disse antes que já me impaciava com o tipo de tarefa que era obrigado a fazer.

"Ouvi mencionar um coronel do Dops"

— **Você tem consciência da repercussão que pode ter seu gesto de denunciar a participação do Exército uruguaio no seqüestro?**

— Eu espero, pelo menos espero, que alguns dos meus ex-companheiros que tinham o mesmo pensamento meu, que se atrevam a fazer o mesmo. Eu sei que há muita gente que pensa assim, que não está satisfeita com a situação do Uruguai. Eu falo dos soldados, do pessoal ao meu nível, com quem eu conversava. Mas no ano passado chegou preso à Companhia um capitão que era acusado de tentar um golpe. Foi interrogado e torturado e dizia que não tinha do que se arrepender, que não fizera nada ilegal. Como este oficial deve haver outros, certamente há. Apesar dele continuar preso.

— **O que você pensava fazer ao abandonar o Exército?**

— Pretendia trabalhar no Departamento de Correios ou na Dinarp (Dirección Nacional de Relaciones Públicas), onde eu já tinha um emprego mais ou menos em vista. Eu tinha também problemas familiares que alegava para me desligar e eram verdadeiros, pois às vezes passava quatro ou cinco dias sem poder ir em casa. A situação que se criou depois, quando também não obtinha emprego, foi que me fez decidir por abandonar o país. Denunciar o que eu sabia era um plano que eu tinha em mente. Queria denunciar ao doutor Ferri, que é o ad-

A Companhia: aula prática de tortura

No depoimento que prestou ao Sijau, em São Paulo, o soldado Hugo Walter Garcia Rivas falou também sobre a existência e o funcionamento de uma Escola de Inteligência ligada ao Exército uruguaio. A seguir, publicamos os principais trechos do depoimento sobre a Escola:

"Há uma única Escola de Inteligência no Exército uruguaio, subordinada ao Departamento II. A Escola é só para o Exército mas às vezes também é freqüentada por elementos da Marinha e da Força Aérea. Atualmente, ela está situada na rua Dante y República, no bairro de Cordón, para onde se mudou há pouco.

A Escola é nova, começou a funcionar em 1975, e é o único lugar onde são ministrados cursos completos de inteligência. Por isso a Escola tem importância — tanto é assim que no término de cada curso sempre comparece um alto chefe. Há três cursos por ano e um período de férias.

Os oficiais uruguaios designados para freqüentar a Escola são principalmente aqueles que vão ser nomeados para cargos de inteligência, o Serviço 2 (S2) de cada unidade. São sempre jovens oficiais — aspirantes ou tenentes. Também freqüentam o curso, embora em minoria, oficiais da Marinha, da Força Aérea e da polícia, além de oficiais estrangeiros. Os estrangeiros geralmente são de El Salvador, Guatemala, Costa Rica. Uma vez veio um paraguaio. Chilenos nunca vi, brasileiros tampouco. Creio que os chilenos não precisam fazer curso no Uruguai. Pelo menos lá está catalogado que a inteligência chilena é a melhor da

América. Acho que esses oficiais estrangeiros freqüentam a Escola a convite do Exército uruguaio, porque não conheço casos de intercâmbio, em que oficiais uruguaios vão ao outro lado — salvo o Panamá.

O pessoal subalterno que vai à Escola é aquele que trabalha ligado aos serviços de inteligência. Eu, por exemplo, fiz o curso.

Nós fizemos o curso separados dos oficiais. Houve uma ocasião em que sargentos e oficiais fizeram o curso juntos. Mas não se repetiu mais porque o 1º colocado foi um sargento e isso, diziam, não podia acontecer. Agora há cursos especiais para sargentos.

As aulas do curso de inteligência consistem essencialmente de política. Por exemplo, fala-se em política mundial, mas sempre partindo do princípio de que a política no Uruguai era adequada: "O Uruguai está como tem que estar".

Discutia-se muito a política do comunismo, afirmava-se que ela era contrária ao Uruguai. E davam cursos práticos de inteligência, aulas práticas de seguimento de pessoas nas ruas. Há uma matéria que se chama inteligência aplicada e que consiste em aplicar tudo o que se pretende realizar no trabalho real de inteligência. Um trabalho combinado em que se faz, por exemplo, vigilância a uma pessoa, depois o seguimento, depois uma operação fictícia. Pega-se uma casa um pouco afastada e se faz a operação prática. Também há aulas de primeiros socorros, defesa pessoal, interrogatórios e torturas.

vogado de Lilián Celiberti. Quando falharam as duas promessas de emprego e surgiram as insinuações para que voltasse à Companhia eu concluí que era hora de sair do país, que era tudo coisa arrumada.

— **Mais claramente, como foi essa insinuação para você voltar à Companhia?**

— Eu tinha estado mais ou menos um mês no Chuí, trabalhando com meu pai. Depois voltei a Montevideu e trabalhei em fotografia, mas sem equipamento próprio. Ai um ex-companheiro foi me visitar e falou mais ou menos assim: que as coisas estavam difíceis, que o novo comandante não estava gostando que houvesse gente na rua com informações lá de dentro, como as que eu tinha. Ai eu decidi vir ao Brasil procurar o doutor Omar Ferri, a quem não encontrei num primeiro momento porque cheguei num dia que o seu escritório estava fechado e fui ter ao jornal *Zero Hora*, procurando um jornalista que eu lembrava do nome. Daí fui encaminhado ao doutor Ferri e expus que eu precisava de dinheiro para ir ao México, como eu pensava. O doutor Ferri me disse que não podia me dar dinheiro mas sugeriu que falássemos com o jornal, com quem fiz um acordo. Vendi a minha história e 31 fotografias por seis mil dólares.

— **Quais as fotos que você trouxe consigo do Uruguai?**

— São de oficiais da Companhia que participaram do seqüestro, algumas fotos da sede da Companhia, dos documentos falsos de Lilián e Universindo, fotos das armas que disseram que eles carregavam. Essas fotos eu fui retirando do laboratório fotográfico e levando para minha casa muito antes de sair da Companhia. Eu já pensava em sair e dizer o que eu sabia.

— **Você soube de alguma providência para tentar desmoralizar a atuação do advogado Omar Ferri e da imprensa brasileira?**

— Sobre o advogado de Lilián houve aquele documento que fizeram a mãe dela assinar. Quem foi ao seu apartamento foi o major Carlos Rossel, que era quem ia sempre, mas não sei quem era a pessoa do Brasil que o acompanhava. O major Rossel tratava de todos os assuntos referentes aos Celiberti. Junto ao telefone da Companhia tinha uma instrução por escrito dizendo que se alguém da família Celiberti ligasse era para chamá-lo. Soube depois que aos Celiberti ele dizia chamar-se Rodriguez. Sobre os jornalistas eu vi, em certa ocasião, no setor de operações, um expediente com uma extensa relação de nomes de jornalistas brasileiros que, dizia o documento, trabalhavam na cobertura do seqüestro. Eram muitos nomes, mais de 10. A lista estava escrita em espanhol, mas como era um expe-

Eles pretendem convencer o aluno de que a tortura é necessária, absolutamente necessária, para se obter as informações. Mas a tortura deve ser feita de tal maneira que não ponha em perigo a vida do interrogado. Não por respeito à vida da pessoa em si, mas sim porque se ela morre pode levar as informações consigo. Agora, acontece casos em que o aluno, na ânsia de demonstrar ao professor que já sabe obter as informações acaba excedendo-se na tortura.

Também são dadas aulas práticas de tortura. A Companhia traz um preso qualquer — sempre há presos lá —, traz também o *tacho* e pede-se que alguns alunos batam no preso, que outro o afogue no *tacho*, enquanto um terceiro aluno o interroga. Eles aproveitam isso para que o preso vá se acostumando à tortura, pois só depois é que ele vai ser interrogado de verdade. Todos os alunos estão presentes nestas aulas, menos os estrangeiros. Há um sistema de rodízio de alunos, de forma que, em uma semana, todos tenham assistido às aulas práticas. Os outros métodos de tortura usados são pendurar o interrogado pelas mãos, que estão algemadas às costas, e os choques elétricos em várias partes do corpo.

Os professores da Escola são o dr. Escaravino (primeiros socorros), o capitão Alanís (substituído agora pelo capitão Ramos) e o major Rossel. Eu vi também o comandante Alfredo Lamy dar algumas aulas no Departamento III. Em 1978 estive lá o capitão Criado. O chefe da Escola de Inteligência, tenente coronel Alberto Mira, não dava aulas.

SEQÜESTRO

diente do Departamento II poderia ter sido encaminhada desde o Brasil através de organismos de inteligência. Mas além disto nunca soube de qualquer outra disposição sobre os jornalistas.

— Você ouviu mencionar o nome de algum militar brasileiro envolvido na operação?

— Não, nunca ouvi o nome de nenhum militar. Apenas ouvia mencionar o famoso "coronel que mandava no Dops". O que eu ouvi mencionar, numa oportunidade, foi o nome de um funcionário do Dops. Quando o major Rossel vinha para Porto Alegre, depois do seqüestro, ouvi o capitão Ferro mandar "saludos para Jair, ao doutor Jairzinho" dizia ele. (*)

— Você não teme alguma represália do governo Uruguaio?

— Penso que terão desejo de matar-me imediatamente. Não sei se o major Rossel pensará assim, mas quanto a Ferro estou tranqüilo que sim. Ferro é uma pessoa muito violenta, é um assassino típico. Mas não acredito que se atreva. Ferro é um tipo de uns 35 anos, talvez um pouco mais. Tem uma altura de 1m75cm, usa bigode espesso, tem olhos verducos, cara redonda, cabelo curtinho, físico forte e diz ser faixa preta em karatê. Tem curso de inteligência no Panamá. Na Companhia ele é temido e olhado com ódio, de certa forma.

"Eles não valiam um seqüestro"

— Do ponto de vista da Companhia o seqüestro de Porto Alegre é considerado um fracasso?

— Nós pensávamos que o seqüestro fora um absurdo tremendo. Até porque aquelas pessoas, Lilián e Universindo, não valiam um seqüestro, vamos dizer assim. Quer dizer, não eram pessoas de tal importância para que a Companhia viesse a Porto Alegre. Ferro não se preocupava com isso, pelo menos aparentemente, porque sempre andava muito alegre. Mas Yannone andava preocupado, certamente porque sentiu que tinha feito uma grande *macana*. Nós, os subalternos, pensávamos igual, que havia sido um equívoco muito grande. Vimos que Lilián e Universindo eram apenas integrantes do setor de propaganda do PVP, que se dedicavam somente a distribuir um jornal. Eu não poderia dizer que foi um fracasso.

— Havia algum tipo de preocupação na Companhia, entre os oficiais, em relação a abertura política no Brasil?

— Ouvia-se comentários do tipo de que "o governo brasileiro está se equivocando em que pessoas possam protestar". Eles analisavam do ponto de vista de que isso poderia resultar em problemas para o Uruguai devido à proximidade.

— Por que o major Carlos Rossel, que era o chefe da Companhia, se incumbia dos contatos diretos com a família Ceilberti e não algum outro subalterno?

Creio que era por ser a pessoa mais capacitada para tanto. Não posso supor a Ferro indo falar com a mãe de Lilián e tentando explicar-lhe alguma coisa sem ficar violento. Além disso, se não estou enganado, Rossel ia tratar de serenar a mãe de Lilián, ou melhor, até ameaçá-la.

— Falava-se de corrupção nas Forças Armadas entre os oficiais e soldados da Companhia?

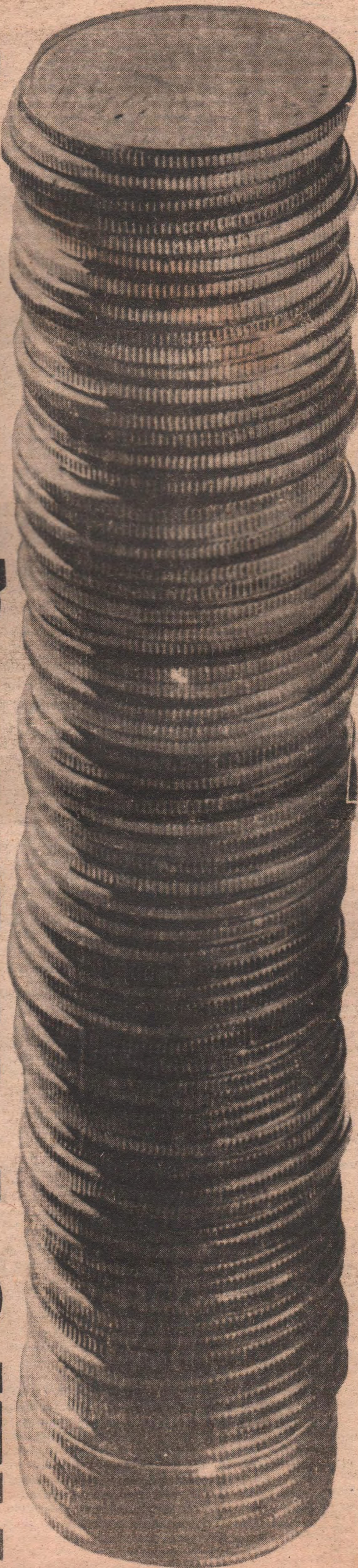
— Não. Penso que os oficiais deveriam se cuidar muito para não falar disso próximo dos soldados.

— Você não teve conhecimento de apropriação de bens de pessoas detidas?

— Na Companhia ou em qualquer órgão de inteligência do Uruguai é comum que quando se prende uma pessoa leva-se tudo o que tem na casa. Esses bens vão para depósito mas depois são levados pelos oficiais. Eles dizem que fica em depósito para que os subalternos não levem, mas os oficiais acabam levando tudo.

(*) Doutor Jair é o codinome do delegado Pedro Seelig da polícia gaúcha, indiciado — juntamente com os inspetores João Augusto da Rosa, Janito Kepler e Orandir Portassi Lucas (Didi Pedalada) — no inquérito que apura a autoria do seqüestro.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".

ESCOLA, INSTRUMENTO DO PODER

UMA ESCOLA PARA O POVO, de Maria Teresa Nidelcoff, Editora Brasiliense, 150 páginas.

EDUCAÇÃO E MUDANÇA, de Paulo Freire, Editora Paz e Terra, 79 páginas.

As relações entre educação e sociedade, escola e sociedade, educação e mudança social, escola e mudança social, têm sido objeto de inúmeros debates que se situam entre duas posições contrárias: uma afirmando o papel transformador exercido pela educação e pela escola sobre a estrutura social, e outro que o nega categoricamente.

A questão sempre discutida, resume-se à pergunta: a educação (ou a escola) é fator de mudança? A partir dela, desdobram-se obrigatoriamente outras interrogações: Mudanças a que nível? Ao nível da própria estrutura social? Que tipo de mudança pode ela operar, do ponto de vista sócio-econômico, político, institucional? Como pode fazer isso?

Questões que vão gerando indagações, projetos, atividades individuais e coletivas, que determinam portanto, estratégias educacionais, dependendo das definições perante elas. Nesse sentido, constituem-se em um problema fundamental para todos aqueles que se preocupam com a educação e seu papel social, como principalmente para os que têm nela seu campo de atividade profissional. A clareza e a objetividade frente a essas questões impõe-se como indispensável para a definição de uma atitude honesta e conseqüente, nem baseada num otimismo subjetivista e ingênuo, nem num pessimismo fatalista e cínico.

Paulo Freire já colocou o problema no seu devido lugar quando estabeleceu a invalidade de uma e de outra dessas posturas exclusivistas. Por um lado, chamou a atenção para o fato de que ele costuma chamar de "crença ingênua" no poder que teria a educação institucional como alavanca da transformação social. Segundo ele, não é a educação que cria a sociedade, mas justamente o contrário, assumindo a educação e sua expressão institucional, a escola, o papel de preservação e reprodução do modelo de sociedade que a cria. Assim é que, a transformação radical desse papel da educação só é possível com a transformação radical da própria sociedade.

O próprio Freire, entretanto, encarrega-se de combater a posição estreita a que o fechamento dessa concepção pode levar, não aceitando a posição de encarar esse papel de reprodutora da sociedade, — ao contrário do transformador — como um processo de determinação mecânica, e não histórica, sujeito a contradições, e portanto aberto à possibi-



lidade de intervenção consciente dos homens, e isso também através da educação.

O desafio à lucidez se coloca justamente no sentido de perceber objetivamente os limites a que está imposta a educação e a escola numa sociedade classista onde ela cumpre papel de um dos instrumentos dos dominadores, sobre os dominados, e saber identificar as possibilidades reais em que ela pode ser redirecionada para cumprir papéis transformadores, principalmente através da ação dos professores.

É com essa preocupação que a educadora argentina Maria Teresa Nidelcoff escreveu seu livro *Uma Escola para o Povo*. Inspirada nas concepções pedagógicas de Paulo Freire, ela parte do reconhecimento e da identificação da real natureza da escola institucional, procurando discutir as possibilidades de intervenção dos professores, muito embora esses limites.

Para se ter uma amostra, vejamos os traços gerais que ela descreve da escola, perfeitamente ajustáveis à escola brasileira, principalmente os referentes às relações entre "rendimento escolar e as condições sócio-econômicas do educando". Assim é que, segundo ela:

— a escola tende a exigir de todos os alunos um rendimento igual, quando eles

são desiguais; porque as condições sócio-econômicas donde provém são desiguais;

— a sociedade produz desiguais que a escola é impotente para tornar iguais;

— a própria escola não é igual para todos, seja do ponto de vista dos equipamentos necessários à transmissão do ensino, seja na composição do corpo docente;

— a chamada *orientação profissional* é uma mentira numa sociedade classista, porque as condições sócio-econômicas desiguais produzem visões de mundos diferentes, e como conseqüência, atitudes e modelos de identificação profissional também diferentes, que descaracterizam completamente o sentido de vocação das profissões escolhidas seja por alunos provenientes das classes dominantes, seja daqueles das classes populares e dominadas.

REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES

Ilustrando essa situação com dados de nossa realidade mais próxima, basta considerar o caso de uma escola de elite de Porto Alegre onde eram oferecidos os cursos de *auxiliar de escritório, eletrônica e fotografia* aos alunos de 2º grau, em cumprimento do artificialismo do ensino profissionalizante. Por uma razão que é fácil de se entender, nenhum aluno can-

didatou-se ao curso de *auxiliar de escritório*, sendo que os outros ainda não eram cursados numa perspectiva profissional, mas para aprender o manejo de determinados instrumentos utilizáveis em atividades de lazer.

Com base nesses elementos, a educadora Nidelcoff conclui: "Todos esses dados nos mostram que a escola se limita a reproduzir no seu interior a desigualdade de oportunidades que caracteriza a estrutura de nossa sociedade. E mais ainda: ao dotar os mais privilegiados com uma maior preparação intelectual e profissional, a escola os confirma e sedimenta em seus privilégios." (Pág. 15)

COMO MUDAR?

Diante dessa situação em que está imersa a escola, o que é possível mudar? Mesmo tendo-se consciência de que não se pode fazer uma mudança profunda na escola sem uma mudança também profunda na sociedade, o que pode ser mudado? Esta é a interrogação de que parte o livro de Maria Teresa Nidelcoff. E ela mesmo responde: "Algo pode mudar... é o modo de agir dos professores, sua maneira de relacionar-se com os pais e as crianças, os objetivos do trabalho, a maneira de focar os conteúdos". (Pág. 19)

Partindo do fato de que, consciente ou inconscientemente, os professores, através de ação pedagógica trabalham para mudar ou conservar a sociedade, ela identifica três posturas mais observáveis por parte dos professores:

a) Existem mestres para quem tudo está muito bem do jeito que está e para quem os valores e características da sociedade atual não devem mudar, devem mesmo ser difundidos. Eles atuam conscientemente como representantes do atual regime social, assumindo a responsabilidade de incorporar os alunos a tal regime, e de adaptá-los ao sistema de vida e aos valores que a sociedade propõe.

b) Outros, que são a maioria, definem-se a si mesmos como *professores* e nada mais, *professores-professores*. Com sua atitude aparentemente apolítica e sua postura crítica, eles se convertem de fato em policiais-guardiões do regime social sem saber o e, muitas vezes, sem querê-lo.

c) A terceira opção pode ser definida como *professor-povo*. Ele não acredita que sua missão seja difundir entre o povo os valores do opressor; ao contrário, acredita que o sentido de seu trabalho é ajudar o povo a se descobrir, a se expressar, a se liberar... Ele será um professor para modificar, não para conservar." (Págs. 19 e 20)

A partir dessa constatação passa a discutir detalhadamente os três pontos em que ela considera possível uma ação do professor, ou seja, ao nível das relações com as crianças e seus pais, dos objetivos do trabalho e do enfoque dos conteúdos.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Mesmo reconhecendo que os objetivos do livro se situam ao nível da ação propriamente individual do professor é necessário considerar a ausência de uma preocupação em discutir as possibilidades de ação educativa dos professores a partir das relações que possam estabelecer entre si, como forma de superar uma visão individualista e isolada de encarar os desafios de uma educação de caráter mais liberador.

Necessário se faz também lembrar que uma ação pedagógica dessa natureza é dirigida àqueles professores que atuam junto às escolas onde a população escolar é composta por alunos provenientes das classes populares, situados aos níveis do ensino de 1º e 2º grau, o que não invalida, entretanto, o aproveitamento de sua proposta para outros níveis de ensino e mesmo para outras experiências de educação.

Mais do que outras observações que poderiam ser feitas, imprescindível mesmo é a leitura desse importante pequeno-grande, livro da educadora argentina, cuja marca mais definitiva é a objetividade e honestidade científica, que o qualificam como uma decisiva contribuição para abrir novos caminhos para a educação.

DILAN CAMARGO



Querida Família:

Querida Família
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres argentinos.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão

DEBATE 1

Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Cojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar(es) — Querida Família
..... exemplar(es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$, 00.

Nome

Rua Bairro

Cidade

CEP

Estado

Assinatura

☐ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).

Lançamentos

A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS, de Jacques Donzelot. O autor procura analisar a família na sua função social de conformar as pessoas dentro da ordem pré-estabelecida, utilizando a repressão no seu sentido mais global. Editora Graal, 210 páginas.

O JORNAL DE ANTÔNIO MARIA, apresentação de José Aparecido de Oliveira, oração de Vinícius de Moraes, prefácio de Paulo Francis e Seleção de Ivan Lessa. De Antônio Maria, disse Paulo Francis: "Seu estilo, em última análise, consistia em revelar o absurdo, a ironia das situações e pessoas que apanhava, formalmente, ao natural. Um pequeno twist na organização das palavras, aqui e ali, produzir o efeito, sem que a aparência de simplicidade se alterasse". Estas crônicas são editadas pela Paz e Terra, 142 páginas.

CENTRAL ÚNICA. POR QUE NÃO?, Almir Pazzianotto Pinto. "Qual é o papel do sindicato no processo de conscientizar a massa trabalhadora em relação à sua verdadeira situação no quadro institucional, jurídico, legal na sociedade brasileira?" As respostas podem ser encontradas nesse livro cujos direitos foram cedidos para a Central Única de Trabalhadores. Global, 65 páginas.

A CADEIRA DO DRAGÃO, de Carlos Eduardo Novais. Brasil mural, ano de 1979: Tortura, abertura, ruptura, ditadura, censura, descompostura, frescura, conjuntura, altura, baixura, contados nessas crônicas editadas pela Nórdica, 172 páginas, Cr\$ 190,00.

O QUARTO DE JACOB, de Virgínia Woolf. Este é o terceiro romance da autora, marcando a ruptura definitiva com os métodos tradicionais da criação dentro da ficção. Tradução de Lya Luft, 172 páginas, Cr\$ 190,00.

O CASAMENTO ESTÁ MORTO. VIVA O CASAMENTO! de Adolf Guggenbuhl-Craig. O autor é o presidente da Sociedade Internacional de Psicologia Analítica. Editora Símbolo, 140 páginas.

NO MAR DAS VÍTIMAS, de W. Rio Apa. Trata-se de uma reedição dos contos do autor catarinense, pela Co-Editora, de Curitiba, 150 páginas.

AGONIA DO HEROÍSMO, de Maria Helena Martins. Resultado de uma pesquisa sobre o contexto e a trajetória de Antônio Chimango no Rio Grande do Sul, apresentado originalmente como tese de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. L & PM Editores, 182 páginas Cr\$ 180,00.

O PARTIDO COMUNISTA NA GÊNESE DO POPULISMO, de Arnaldo Spindel. Com a abertura política, dois temas começam a ser bastante explorados: a volta de um neo-populismo, e os limites reais desta abertura até o ponto de uma legalização do Partido Comunista Brasileiro. Daí a atualidade desse volume, edição da Símbolo, 110 páginas.

HOMENS E MÁQUINAS NA TRANSIÇÃO DE UMA ECONOMIA CAFEIÇA, de Cheywa Spindel. Analisando essa obra, Paul Singer afirma que a autora "num esforço incomum de pesquisa, conseguiu reunir a maior parte destas contribuições, dando a sua própria análise um rico conteúdo empírico e apreciável alcance teórico". Editora Paz e Terra, 190 páginas.

A SOMBRA E O RIO, de Ruy Espinheira Filho. O autor é cronista da Tribuna da Bahia e lança seu terceiro livro. Editora Civilização Brasileira, 115 páginas, Cr\$ 150,00.

NOITE CONTRA NOITE, de Telmo Padilha. Na apresentação os editores falam que "o poeta de *Onde Tombam os Pássaros*, *Pássaro Noite*, *Canto Rouco*, *O Rio*, *Vão Absoluto* e *Travessia*, apresenta agora sua produção de um lirismo denso e depurado, rico em imagens e recursos, de inspiração universal". Civilização Brasileira, 90 páginas, Cr\$ 150,00.

INSTITUIÇÃO E PODER, de J.A. Chilhon Albuquerque. Como subtítulo, "a análise concreta das relações de poder nas instituições". Editora Graal, 170 páginas.

O FIEL DA BALANÇA DA JUSTIÇA

MANOEL FIEL FILHO: QUEM VAI PAGAR POR ESTE CRIME, de Carlos Alberto Luppi, Ed. Escrita, 112 páginas.

Um homem entra na sala de interrogatórios do DOI-CODI, em São Paulo e avisa ao oficial: "Chefe, o omelete está feito". Esta foi a fria comunicação sobre a morte do operário Manoel Fiel Filho, durante uma sessão de torturas nas dependências do II Exército, dia 17 de janeiro de 1976. A cena, testemunhada pelo atendente de enfermagem Geraldo Castro da Silva, é um dos fortes ingredientes do livro *Manoel Fiel Filho: Quem Vai Pagar Por Este Crime*, de autoria do repórter Carlos Alberto Luppi que acompanha o caso desde o início.

Manoel Fiel Filho, 49 anos, fora detido na véspera do crime, sob acusação de distribuir o jornal *Voz Operária*, do Partido Comunista Brasileiro. Levado ao DOI-CODI, ele acabou morrendo na manhã do dia 17, segundo testemunho de outros presos que escutaram seus gritos. A versão oficial, sustentada pelos militares foi o suicídio, mas três dias depois o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, foi exonerado de suas funções pelo presidente Ernesto Geisel. Afinal, o operário fora o terceiro preso a morrer no DOI-CODI, em dois anos. Antes dele, o tenente reformado da PM, José de Almeida e o jornalista Vladimir Herzog também apareceram mortos nas mesmas circunstâncias.

Em seu livro, Carlos Alberto Luppi, um capixaba de 29 anos, reúne suas reportagens publicadas em 1976 e em 1979, quando foi reaberto o processo que responsabiliza a União pelo crime. A principal delas, sem dúvida, é uma entrevista em que o conhecido perito Asdrúbal de Lima Cabral contesta os laudos periciais do Exército, fornecendo uma série de elementos técnicos que comprometem a versão oficial de suicídio.

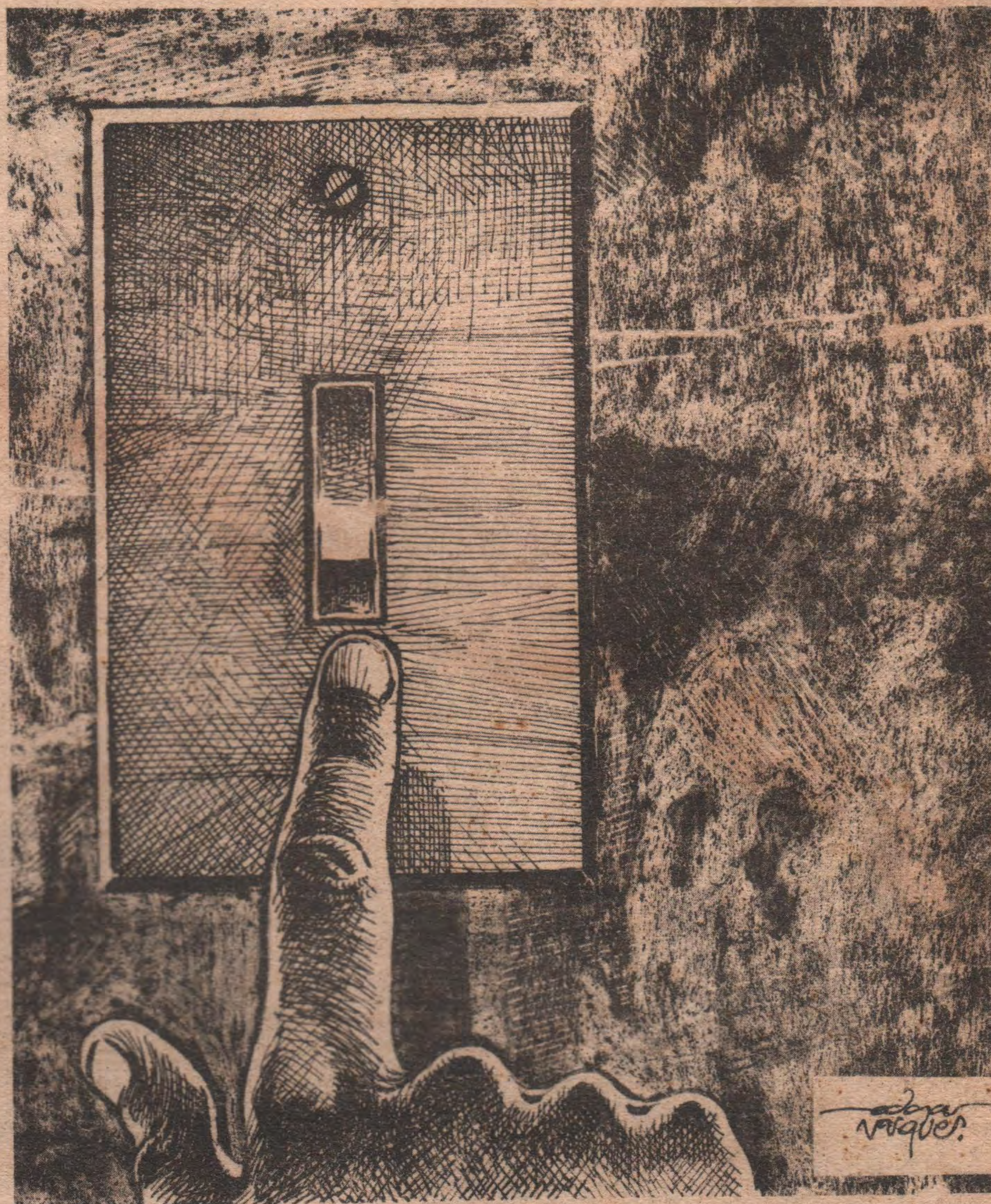
Manoel Fiel Filho: Quem Vai Pagar Por Este Crime é um exemplo do melhor jornalismo investigativo. Além de depoimento da viúva de Fiel, de seus colegas de trabalho e dos advogados da família, ele traz os relatórios oficiais do Exército, desde o IPM que nada concluiu até os incompletos e tendenciosos laudos de necropsia e exame do local.

O livro reproduz os depoimentos de duas importantes testemunhas que estavam presas no DOI-CODI, na mesma oportunidade. O de Geraldo Castro da Silva, que ouviu os gritos de Fiel "Não me judiem tanto que você me matam", e, pouco depois, testemunhou o comunicado de sua morte: "Chefe, o omelete está pronto". O outro depoimento é do vendedor de bilhetes Sebastião de Almeida que assistiu a uma cena em que o operário foi atingido com um violento cotovelo na altura do pâncreas, por um dos interrogadores.

Os dois estavam entre os 19 presos que foram levados à cela de Fiel após a sua morte, para comprovarem o suicídio. "Observem que este louco se suicidou, não havia necessidade para isto. Se vocês disserem o contrário lá fora nós temos o endereço de um por um e vocês vão pagar por isto", foi a ameaça de um dos funcionários de quartel. Segundo geraldo, a vítima trajava roupa comum e não macacão, como fora registrado pelo laudo de encontro do cadáver.

Conforme o mesmo laudo, Fiel teria se suicidado com suas próprias meias de nylon, mas usava sapatos. "Como é possível um indivíduo tirar os sapatos, retirar as meias que usa, amarrá-las, depois calçar novamente os sapatos e se auto-estrangular?", indaga o perito Asdrúbal Cabral, na entrevista concedida a Luppi. E conclui: "Evidentemente, mexeram no corpo do operário morto antes da perícia e isso só, já é um crime".

O próprio repórter, a certa altura, trata de apontar contradições e dúvidas gritantes dos relatórios oficiais: Por que Fiel Filho foi encerrado em cela forte, se já prestara depoimento e estava para ser libertado, segundo depoimento de seu interrogador, o sargento Luiz Shinji Akaboshi? Por que ele se suicidaria já que



segundo o mesmo sargento, sua participação na subversão era "inexpressiva"? Por que as perguntas feitas durante o IPM foram sempre direcionadas à comprovação do suicídio? E se ele realmente tivesse acontecido, por que as ameaças aos presos? E tantas outras.

Munido de depoimentos, laudos e peças judiciais, Carlos Alberto Luppi, consegue desvendar um episódio típico da história recente do país. Seu livro soma-se a outros trabalhos jornalísticos sobre a morte de Vladimir Herzog, os assassinatos de Araceli e Cláudia Lessin, os atentados da extrema direita, e tantos mais, importantes para a compreensão deste período em que a justiça ainda é muito frágil para punir os poderosos.

RAFAEL GUIMARÃES

UM REPÓRTER QUE RESPEITA AS EMOÇÕES

COM AS MÃOS SUJAS DE SANGUE, Marcos Faerman, Global Editora, 152 páginas.

Marcos Faerman vem se dedicando, há quase 20 anos, a uma tarefa árdua, angustiante e corajosa. Eterno insatisfeito com o que se costuma chamar "objetividade jornalística" — método adotado sem maiores discussões como a técnica de linguagem mais correta a ser empregado em textos jornalísticos —, Faerman vem combatente e competentemente fustigando a linha imaginária entre literatura e jornalismo. Trata-a como um fio invisível, mero penduricalho da ortodoxia oficial, que não resiste à linguagem escrita com emoção.

Profissional reconhecido no país, Marcos Faerman publicado agora pelo Global obtém uma vitória pessoal nesta antiga luta. Mas afora o saldo particular deve ser contabilizado o crédito mais significativo do surgimento de *Com as mãos sujas de sangue*: consiste na oportuna documentação do trabalho criativo desse repórter de texto brilhante e rara capacidade de envolvimento assumido com o assunto de seu trabalho, o ser humano.

Cúmplice da realidade, Faerman mergulha nos temas de suas reportagens com

a incondicional companhia dos personagens. E como lida com fatos e pessoas verdadeiras não fica imune às contradições, aos temores, às crenças e às dúvidas do que ele mesmo define como "o ser humano sufocado em sua vontade de ser".

Por isso sua mensagem não é desesperançada. Antes retrata lutas silenciosas, porém, insistentes, de moradores de favelas, sobreviventes indígenas, habitantes dos Alagados, caiçaras de Trindade, "a ralé" e "a gente inferior", buscando, desesperadamente, sair do sotoco.

Não é gratuito o uso dos registros históricos nas reportagens de Faerman. Parte evidente do mergulho nos temas, a busca do passado também é indispensável para jogar luz no presente. É permitir ao repórter em certas ocasiões dar a impressão de realmente ter estado em cenas ocorridas anteriormente.

Para isso Faerman conta com uma singular alergia à linearidade do texto e uma poderosa técnica de reconstituição, assentada numa linguagem cinematográfica, ágil, de frases curtas, poética muitas vezes. Raramente ele recorre ao efeito provocado pela ironia ou pelo sarcasmo. E isso é significativo porque tais recursos foram particularmente comuns nas matérias contemporâneas às reportagens que integram o livro, publicadas entre 1974 e 1977 na imprensa paulista.

Aliás, tratando-se de uma seleção de 13 textos de jornais, *Com as mãos sujas de sangue* também tem o mérito documental de desmentir os arautos da morte da reportagem naqueles idos. E ao mesmo tempo renega o comodismo e a argumentação de que em tão duro período da vida nacional não se podia criar ou denunciar.

Marcos Faerman cria e, ao longo das 152 páginas do livro, pratica uma explosiva denúncia da caudalosa época que vive.

Valorizando as inevitáveis proporções em que foram escritos os textos — com prazos marcados, espaços determinados, ou pré-estabelecidos — não se pode deixar de ler *Com as mãos sujas de sangue* sem considerá-lo como uma das boas obras da literatura brasileira atual — além de ser, inegavelmente, um grato documento jornalístico elaborado por um repórter desburocratizado, que cultiva decidido respeito à emoção e possui dotes de artesão da linguagem.

ANDRÉ PEREIRA



LUIS FERNANDO VERISSIMO

HOUVE UM TEMPO
EM QUE TRES
LETRAS DEFINIAM
UM HOMEM



ALGUÉM DIZIA
"EU SOU PTB" E VOCE
SABIA COM QUEM ESTAVA
FALANDO



"EU SOU UDN", VOCE SABIA COM QUEM ESTAVA FALANDO... E SAIA DE PERTO



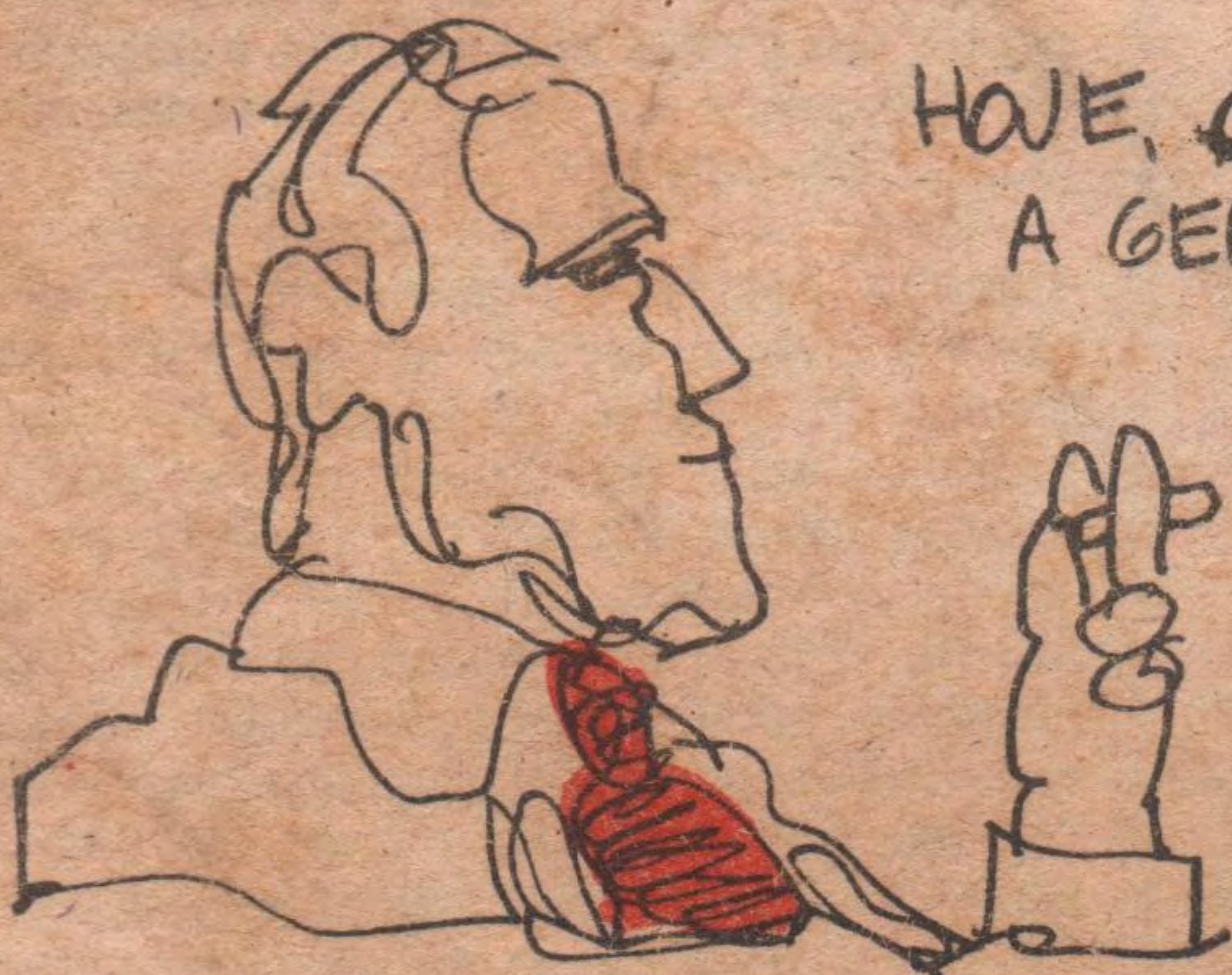
"EU SOU
PSD"...



BOM, VOCE
SABIA
COM QUEM
NÃO
ESTAVA
FALANDO



HOJE, O QUE É QUE
A GENTE DIZ?



"EU SOU PTB,
MAS PODEM ME CHAMAR
DE IVETE"?



CONSEGUIRAM QUE AS LETRAS NÃO SIGNIFIQUEM MAIS NADA



SÃO
UNS
FDP

